CAROLINA GOMES DOMINGUES

**Da Vila Barros ao Edifício Japurá: quando o Moderno bate à porta
São Paulo, 1920-1950**

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e
do Urbanismo.

Orientador: Luiz Antonio Recamán Barros.

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

D671v Domingues, Carolina Gomes
Da Vila Barros ao Edifício Japurá: quando o
Moderno bate à porta. São Paulo, 1920-1950. /
Carolina Gomes Domingues ; orientador Luiz Antonio
Recamán Barros. - São Paulo, 2017.
138 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e
Urbanismo

1. Cortiço Vila Barros. 2. História do Urbanismo.
3. São Paulo. 4. Produção do Espaço. I. Barros, Luiz
Antonio Recamán, orient. II. Título.

DOMINGUES, Carolina Gomes. **Da Vila Barros ao Edifício Japurá: quando o Moderno bate à porta. São Paulo, 1920-1950.** Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

*A meus pais,
com todo meu amor.*

AGRADECIMENTOS

Professor Luiz Recamán, pela escuta e orientação generosas

Professora Ana Castro, pela confiança

Professora Rosa Aboy, pela discussão preliminar deste texto

Professora Mariza Romeiro, pela banca de qualificação

Funcionários dos arquivos pesquisados, pela paciência

CAPES, pela bolsa que tornou este trabalho possível

Milena Coimbra, pela ajuda com as fontes primárias

Raphael Grazziano, pela diagramação

Luiza Berthoud, pelas leituras e traduções

Bia Sankofa e Ana Paula, mulheres que me encheram de coragem na caminhada até aqui.

RESUMO

A Vila Barros é o maior cortiço conhecido pela historiografia da cidade de São Paulo. Foi construída no início da década de 1920, sobre os terrenos originados pelo loteamento do vale do antigo córrego do Bexiga. Formada por um conjunto de treze edificações, a Vila deu abrigo aos trabalhadores e trabalhadoras ocupados sobretudo em expedientes temporários e informais – lavadeiras, pedreiros, carpinteiros, meninos entregadores de jornal. Seus moradores, sujeitos ao preço sempre crescente dos alugueis, compunham a parcela mais empobrecida da população urbana. Localizada no centro da cidade, em lotes contíguos ao Parque Anhangabaú – entre as ruas de Santo Amaro, Jacarehy e Travessa Jacarehy – a Vila Barros era encarada pelas autoridades municipais como uma ‘chaga aberta’, uma ferida no tecido urbano remodelado e aburguesado. Seus moradores foram, ao longo das décadas de 1920, 30 e 40, invariavelmente associados às imagens da ‘promiscuidade’ e da ‘criminalidade’ por meio de um discurso que circunscrevia os significados da precariedade material ao estigma moral. Na década de 1950, quando a cidade passava pela maior remodelação urbana e viária de sua história, a Vila Barros foi enfim demolida pelo poder público. O Plano de Avenidas de Prestes Maia desenhou uma Avenida de Irradiação que não suportaria, em uma de suas margens, o enorme conjunto de cortiços. O terreno foi comprado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), importante órgão habitacional do governo de Getúlio Vargas, que arrasou a Vila e construiu em seu lugar o conjunto residencial Japurá, um edifício de dezesseis andares sobre pilotis.

Palavras-chave: Cortiço Vila Barros. História do Urbanismo. São Paulo. Produção do espaço.

ABSTRACT

Vila Barros is the largest tenement known by the historiography of the city of São Paulo. It was built in the early 1920s, on the lands originated by the allotment of the valley of the old Bexiga stream. Composed of a set of thirteen buildings, the Vila gave shelter to the workers mainly occupied in temporary and informal professions – washerwomen, masons, carpenters, and newspaper delivery boys. Its inhabitants, subject to the ever-increasing price of rent, represent the most impoverished portion of the urban population. Located in the center of the city, in lots adjacent to the Anhangabaú Park – between the streets of Santo Amaro, Jacarehy and Travessa Jacarehy – Vila Barros was seen by the municipal authorities as an ‘open sore’, a wound in the refurbished and bourgeois urban fabric. Throughout the 1920s, 1930s and 1940s, its inhabitants were invariably associated with images of ‘promiscuity’ and ‘criminality’ through a discourse that circumscribed the meanings of material precariousness into moral stigma. In the 1950s, when the city underwent the greatest urban and road remodeling in its history, Vila Barros was finally demolished by the public power. The Prestes Maia Plan of Avenues designed an Irradiation Avenue that could not support, in one of its banks, the enormous set of tenements. The land was bought by the Institute of Industrialists’ Retirement and Pensions (IAPI), an important housing body of the Getúlio Vargas government, which bulldozed the village and built in its place the residential set Japurá, a sixteen-story building on pilotis.

Key-words: Vila Barros tenement. Urbanism History. São Paulo. Construction of the land.

LISTA DE IMAGENS E REFERÊNCIAS

Capítulo 1

Figura 01: Detalhe da “Planta da cidade de São Paulo (1881)”. Cia. Cantareira de Esgotos, Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008, AHMWL.

Figura 02: Detalhe da “Planta Geral da Capital de São Paulo (1897)”. Gomes Cardim, Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008, AHMWL.

Figura 03: Detalhe da “Planta Geral da Cidade de São Paulo (1905)”. Alexandre M. Coccoci e L. Frutuoso, Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, SMDU.

Figura 04: Detalhe da “Planta da Cidade de São Paulo (1913)”. Alexandre M. Coccoci e L. Frutuoso. Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, SMDU.

Figura 05: Detalhe do “Mappa da Imperial Cidade de São Paulo (1855)”. Carlos Rath. Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out. 2008, AHMWL.

Figura 06: Largo do Bexiga. Militão Augusto Azevedo, 1860. Coleção Álbuns Originais da Cidade, Acervo da Biblioteca Mário de Andrade.

Figura 07: Vista tirada do Viaduto do Chá. Aurélio Becherini, 1914. Coleção Álbuns Originais da Cidade, Acervo da Biblioteca Mário de Andrade.

Figura 08: “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. Cópia anexada ao processo nº 236481, Caixa J1, 1920, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 09: Detalhe do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. Processo nº 236481, Caixa J1, 1920, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 10: “São Paulo: Projeto da Avenida de Irradiação”. Ulhôa Cintra e Prestes Maia, 1925. Fonte: Boletim do Instituto de Engenharia, nº 29, v. VI, jul/out de 1925.

Figura 11: Detalhe do desenho “São Paulo: Projeto da Avenida de Irradiação”. Ulhôa Cintra e Prestes Maia, 1925. Fonte: Boletim do Instituto de Engenharia, nº 29, v. VI, jul/out de 1925.

Figura 12: Detalhe do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. Processo nº 236481, Caixa J1, 1920, Acervo de Obras Particulares,

AHMWL.

Figura 13: Boca de Lobo. Desenho elaborado pelo engenheiro da III Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação Municipal. Processo nº 10626, Caixa, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Capítulo 2

Figura 14: “Planta para construção de casas na Rua de Santo Amaro, 58”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 15: “Conjunto de edificações da Vila Barros”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 16: Detalhe do “Mapa SARA Brasil (1930)”. Folha 51-12. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 17: Casas que não compõe a Vila Barros. Detalhe do “Conjunto de edificações da Vila Barros”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 18: Casas da divisa do terreno (Detalhe). Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2546A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 19: Casas da divisa do terreno (Detalhe). Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2548A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 20: Corte transversal do cortiço ‘Navio Parado’. Detalhe da “Planta para construção de casas na Rua de Santo Amaro, 58”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 21: Patamar térreo do cortiço ‘Navio Parado’. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2576A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 22: Planta do cortiço ‘Navio Parado’. Detalhe da “Planta para construção de casas na Rua de Santo Amaro, 58”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 23: ‘Navio Parado’ e pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2548A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 24: ‘Navio Parado’, ‘Pombal’ e pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2547A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 25: Rua interna calçada com paralelepípedos. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2570A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 26: Planta do cortiço ‘Geladeira’. Detalhe da “Planta para construção de casas na Rua de Santo Amaro, 58”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 27: Planta do cortiço ‘Geladeira’. Detalhe da “Planta para construção de casas na Rua de Santo Amaro, 58”. Processo nº 4763A, Caixa OP138/54, 1923,

Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 28: Pátio do ‘Geladeira’, ‘Navio Parado’ ao fundo. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2551A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 29: Pátio do cortiço ‘Geladeira’. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2554A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 30: Pátio do cortiço ‘Geladeira’. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2555A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 31: Pátio do cortiço ‘Geladeira’. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2553A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 32: Mulheres lavam roupa. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2559A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 33: Planta das casas na Travessa Jacarehy, 3 e 5. Processo nº 17603, Caixa J1, 1921, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 34: Fachada do casarão ‘Vaticano’. Fonte: SCHNECK, 2016, vol. 2, p. 94.

Figura 35: Entrada para Vila Barros, no alinhamento da Rua Japurá. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2549A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 36: Corredor de circulação que comunicava as ruas Japurá e Santo Amaro. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2564A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 37: Menino parado na porta de acesso à escadaria para a rua de Santo Amaro. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2565A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 38: Menina e senhor sentados no pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2568A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 39: Menina e senhor sentados no pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2569A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 40: Casebres em meio ao pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2572A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 41: Detalhe do “Mapa SARA Brasil (1930)”. Folha 51-12. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 42: Fundos das edificações no alinhamento da Travessa Jacarehy (Rua Japurá). Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2571A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 43: Fundos das edificações no alinhamento da Travessa Jacarehy (Rua Japurá). Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2573A, Acervo Fotográfico do

Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 44: Crianças e roupas no pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2574A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 45: Crianças e roupas no pátio da Vila Barros. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2575A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 46: “Tres guardas civis praticam actos brutaes”. Notícia publicada em 05/06/1929 pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

Capítulo 3

Figura 47: Detalhe da “Planta Geral dos Melhoramentos Centrais”. Fonte: MAIA, 2011, p. 48.

Figura 48: Esboço do Perímetro de Irradiação. Detalhe do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. Processo nº 236481, Caixa J1, 1920, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 49: Panorama do Bexiga, tomado a partir do largo que lhe deu nome. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2271A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 50: Av. 9 de Julho, Largo do Bexiga, Ruas de Santo Amaro e Santo Antônio. Detalhe do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. Processo nº 236481, Caixa J1, 1920, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 51: Reurbanização do Largo do Bexiga. Sebastião de Assis Ferreira, 1940. Fotografia 1815A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 52: Largo do Bexiga, Rua de Santo Antônio e Av. 9 de Julho. Benedito Junqueira Duarte, 1941. Fotografia 2270A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 53: Largo do Riachuelo. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 3077A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 54: Vista do Viaduto Jacareí. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 3094A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 55: Panorama do Vale do Anhangabaú, com o bairro do Bexiga ao fundo. Sebastião de Assis Ferreira, 1935. Fotografia 768E, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 56: Avenida 9 de Julho. Benedito Junqueira Duarte, 1940. Fotografia 1281A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 57: Vale do córrego Bexiga. Detalhe do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. Processo nº 236481, Caixa J1, 1920, Acervo de Obras Particulares, AHMWL.

Figura 58: Detalhe do “Mapa SARA Brasil (1930)”. Folha 51-12. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 59: “Jornada da Habitação Econômica”. Notícia publicada em 12/09/1941 pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

Figura 60: Objetos deixados em uma das varandas do cortiço ‘Pombal’. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2550A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 61: Varanda de circulação do cortiço ‘Pombal’. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2552A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 62: Mulheres ao pé da escada. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2577A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 63: Localização da escada de acesso ao corredor do primeiro pavimento do ‘Navio Parado’ (Detalhe). Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2548A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 64: A senhora Concheta Gambone utiliza um dos tanques de lavar roupas. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2562A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 65: Retrato de senhora Concheta Gambone. Benedito Junqueira Duarte, 1942. Fotografia 2563A, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 66: Ilustração dos usos para o Edifício Japurá. Eduardo Kneese de Mello, 1948. Revista *Acrópole*, ano 10, nº 119.

Figura 67: Ilustração dos usos para o Edifício Japurá. Eduardo Kneese de Mello, 1948. Revista *Acrópole*, ano 10, nº 119.

Figura 68: Ilustração dos usos para o Edifício Japurá. Eduardo Kneese de Mello, 1948. Revista *Acrópole*, ano 10, nº 119.

Figura 69: Implantação do Edifício Japurá, sobre a planta da Vila Barros. Fonte: BONDUKI, 2014, p. 143.

Figura 70: Maquete do Edifício Japurá. Fonte: BONDUKI, 1998, p. 198.

Figura 71: Plantas dos apartamentos do Edifício Japurá. Fonte: PERRONE e REGINO, s/d. p. 81.

Figura 72: Planta dos apartamentos tipo quitinete. Fonte: PERRONE e REGINO, s/d. p. 78.

Figura 73: Vista aérea da maquete. Fonte: REGINO, 2006, p. 179.

Figura 74: Detalhe da cobertura (terraço-jardim) e corte. Fonte: REGINO, 2006, p. 179.

Figura 75: Edifício Japurá em construção na década de 1950. Benedito Junqueira Duarte, 1955. Fotografia 341F, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição dos Boletins de Ocorrência por ano de levantamento – p. 79

Tabela 02 – Ocorrências segundo a cor da pele – p. 79

Tabela 03 – Ocorrências segundo a nacionalidade – p. 80

Tabela 04 – Ocorrências segundo seu motivo – p. 85

Tabela 05 – Ocorrências segundo a ocupação – p. 85

Tabela 06 – Ocorrências segundo o sexo – p. 85

ABREVIACÕES USADAS NO TEXTO E NAS NOTAS DE RODAPÉ

ACMSP – Anais da Câmara Municipal de São Paulo

AOP/AHMWL – Acervo de Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís

BOMP/APESP – Boletins de Ocorrência Médico-Policial do Fundo da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Arquivo Público do Estado de São Paulo

OESP – Jornal O Estado de São Paulo

RAM – Revista do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SUMÁRIO

Introdução	21
Capítulo 1 – A baixada do Bexiga em disputa	25
Capítulo 2 – A Vila Barros	49
Capítulo 3 – O Moderno bate à porta	89
Considerações finais	117
Bibliografia	123
Anexo I	127

INTRODUÇÃO

Encerrar uma pesquisa é uma tarefa difícil porque quase nunca se tem a sensação de haver terminado ou concluído algo. A investigação nos conduz por caminhos antes insuspeitados, abre novos ângulos ao olhar e apresenta um conjunto sempre renovado de questões. Implica em um movimento segundo o qual quanto mais se aprende, menos se sabe. É uma trajetória feita de dúvidas e aprendizados, que solicita os tempos da espera e do trabalho para, lentamente, criar corpo e amadurecer. Este trabalho foi maturado ao longo de incontáveis horas de dedicação dentro de bibliotecas e arquivos, mas foi composto também por dias de angústia, em que os levantamentos e a pesquisa não pareciam fazer qualquer sentido. Nestes dias, o esforço era o de enxergar nos personagens e enredos do passado, que preenchem as páginas adiante, lentes preciosas para a compreensão das dinâmicas de produção do espaço e de exclusão que marcam a cidade do presente – o interesse pelo passado renova seu sentido quando se alimenta das inquietações do dia-a-dia.

A Vila Barros é o maior cortiço conhecido pela historiografia da cidade de São Paulo. Ocupava quase toda a extensão da quadra definida pelas ruas de Santo Amaro, Jacarehy e Travessa Jacarehy, no bairro do Bexiga, e era formada por quatro conjuntos independentes, denominados ‘Navio Parado’, ‘Vaticano’, ‘Geladeira’ e ‘Pombal’. Construída por iniciativa do senhor Francisco de Barros ao longo da primeira metade da década de 1920, a Vila Barros ocupou os terrenos situados no fundo do vale do córrego Bexiga, poucos metros à montante do local onde o rio desagua no Anhangabaú. Deu abrigo a centenas de trabalhadores e trabalhadoras empregados nos mais distintos expedientes e ocupações, homens e mulheres que compunham a parcela mais empobrecida da população da cidade. Foi demolida e substituída, em meados dos anos 1950, por um conjunto residencial de dezesseis pavimentos, construído pelo governo de Getúlio Vargas, o Edifício Japurá.

A Vila Francisco de Barros é nosso objeto de estudo. A história de sua construção, existência e substituição é capaz de conduzir o olhar através das inflexões que

marcaram, ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, o debate acerca das condições de alojamento dos trabalhadores urbanos. Nesse período, que se estende desde a última década da Primeira República até o término da ditadura de Getúlio Vargas, a Vila Barros foi testemunha do rearranjo territorial e político que atravessou a cidade de São Paulo no bojo de seu processo de industrialização, e que a afastava a passos cada vez mais largos daquela pacata Vila de Piratininga. A cidade se expandia e desejava construir para si a imagem de uma metrópole vigorosa e ordeira, que ia deixando para trás os contornos cosméticos das obras de ‘embelezamento’ vindicadas e aplaudidas pelos barões do café, para assumir o papel de cidade industrial e operária, locomotiva do desenvolvimento nacional.

Desde o final do século XIX, quando a cidade entra em um ciclo duradouro de crescimento populacional, os cortiços passam a ser identificados ao espaço da doença, do vício, da indolência e da criminalidade. A densidade habitacional e a precariedade de suas instalações sanitárias ameaçavam a cidade com os perigos da contaminação e disseminação de moléstias não apenas de ordem física, mas também de ordem moral. Apesar das diferenças entre os modelos e parâmetros que deram forma às intervenções urbanísticas no transcorrer da primeira metade do século XX, estes casarões e casebres insalubres foram continuamente varridos para fora do centro de São Paulo pelos despejos, demolições e normativas prescritas pela legislação. Dessa forma, a história da Vila Barros oferece um ponto de vista privilegiado para o *(i)* estudo dos distintos contornos e matizes assumidos pela crítica a essa forma de habitação coletiva e, também, para a *(ii)* análise das variações quanto às soluções apresentadas como alternativa habitacional exemplar: a Vila é uma constante em meio a um cenário composto por uma série de variáveis mutantes e mutáveis.

O levantamento das plantas e respectivos pedidos de aprovação, junto à Seção de Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís abriu um ofereceu um campo fértil à pesquisa: junto ao primeiro pedido encaminhado pelo proprietário do terreno, Sr. Francisco de Barros, à Diretoria de Obras e Viação Municipal, em abril de 1920, estava anexada a cópia de um “Plano de Conjunto de Melhoramentos para a Bela Vista”, uma proposta de reforma e embelezamento para o vale do córrego Bexiga. A partir da descoberta deste “Plano de Melhoramentos” ficou clara a possibilidade de *(iii)* relacionar a construção dos sobrados da Vila Barros com o contexto dos projetos de reformas urbanas planejadas e/ou executadas para a baixada do córrego Bexiga, especialmente para o trecho contíguo aos jardins do Parque Anhangabaú. O Plano levanta, ainda, uma série de correspondências entre o desenho viário nele apresentado e os estudos/ensaios para o Plano de Avenidas, colocando definitivamente para a pesquisadora a tarefa de considerar as tensões e relações que articulavam e opunham a construção da Vila Barros e os projetos de reformas urbanas e viárias das décadas de 1920 e 1930.

No primeiro capítulo, o esforço que organiza a narrativa é o de recriar a geografia urbana do pequeno trecho do bairro do Bexiga, contíguo ao centro da cidade,

onde se localizava a Vila Barros. São apresentados o loteamento que deu origem ao bairro, as ruas que delimitam a quadra onde foi construída a Vila Barros, sua relação com o Largo do Bexiga. A política urbanística que, ao longo da década de 1910 (e de toda a Primeira República), modelou o centro da cidade também é apresentada, a fim de caracterizar o modelo que servia de matriz para quaisquer intervenções e reformas – entre elas, o “Plano de Melhoramentos para a Bela Vista”, jamais executado. O emaranhado composto pelos planos e projetos, pelos interesses do proprietário-produtor-de-casas-para-aluguel e pela autoridade da Diretoria de Obras e Viação forma o enredo que pretende conduzir o leitor pelas lacunas, inoperâncias e ambiguidades que fizeram com que, no caso concreto do vale do córrego Bexiga, um “Plano de Conjunto” derivasse em um urbanismo fragmentário e desconexo, realizado lote a lote.

No segundo capítulo é realizada uma tentativa de reconstituição, ainda que fragmentária, do espaço social da Vila Barros. As tensões e disputas que deram forma ao ‘Navio Parado’, ‘Geladeira’, ‘Pombal’ e ‘Vaticano’ são captadas a partir do manuseio de uma variedade de fontes e documentos: legislação sanitária e construtiva, plantas aprovadas, fotografias, boletins de ocorrência médico-policiais. A comparação e contraste entre estes conjuntos documentais permite entrever os intervalos que separam as camadas constitutivas do espaço social, ilumina o jogo de forças do qual resultou a Vila Barros. É um recurso que fornece, a cada momento, imagens dissonantes a respeito da configuração deste cortiço na baixada do córrego Bexiga – independência entre as casas/circulações labirínticas, casas unifamiliares/subdivisão de cômodos, privacidade/superlotação, salubridade das construções/lixo e sujeira amontoados, alvarás concedidos/abrigos improvisados, vida doméstica/pátio semi-público.

Cada uma das fontes propõe uma gramática e sintaxe particulares, a partir das quais a Vila aparece delineada. Cada uma delas forja diferentes sujeitos. Os sucessivos pedidos de aprovação e/ou substituição de plantas encaminhados pelo proprietário do terreno à Diretoria de Obras e Viação Municipal fornecem a imagem dos usos prescritos para a Vila, sobretudo das normas estabelecidas por lei quanto a áreas mínimas, disposição e uso dos cômodos. As fotografias e os boletins de ocorrência colocam em cena os homens e mulheres que ali habitaram, levantam indícios sobre seu cotidiano e formas de trabalho. O capítulo apresenta uma sobreposição entre estas imagens e não pretende forjar uma síntese entre elas. A intenção é, antes, a de enriquecer a gama de significados que compõe e atravessa, ao longo do segundo quartel do século XX, a história de construção e existência da Vila Barros.

O terceiro e último capítulo, por fim, amplia novamente a escala para olhar também a geografia (re)construída daquele trecho do bairro do Bexiga. Durante a primeira gestão municipal de Francisco Prestes Maia (1938-1945), o território onde se localizava a Vila Barros foi recortado pelas avenidas e viadutos do perímetro de irradiação. O perímetro – solução viária defendida por Prestes Maia desde a primeira metade da década de 1920 – colocou o cortiço imediatamente à margem do Viaduto Jacareí, amplificando a evidência (que a Vila Barros condensava) quanto às péssimas

condições de alojamento dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade. Se não é possível traçar uma correspondência direta entre as obras do perímetro de irradiação, que ecoavam a intenção de recuperar zonas consideradas “degradadas”, e a demolição da Vila Barros, o fato é que em 1945 o projeto para o Edifício Japurá estava concluído.

Além da transformação na fisionomia deste trecho do bairro – o mesmo trecho que, no limiar dos anos 1920, havia sido objeto do “Plano de Melhoramentos para a Bela Vista” – o capítulo apresenta ainda os contornos assumidos pelo debate público acerca da série de “males” e “vícios” gestados nos cortiços da cidade. Discursos proferidos por autoridades municipais, engenheiros, médicos, assistentes sociais, (sobretudo no âmbito da Primeira Jornada da Habitação Econômica, em 1941) insistem nas imagens maniqueístas da “sujeira”, da “doença” e da “criminalidade” para caracterizar a moradia dos homens e mulheres que compõe a parcela mais empobrecida da população urbana. Apesar da variedade de tipologias habitacionais em discussão, as soluções propostas assumem, invariavelmente, um tom “civilizatório”. Em uma São Paulo que se tornava, a cada dia, mais migrante e mais nordestina, seria necessário ensinar tanto aos recém-chegados do campo quanto aos negros e imigrantes de outrora – todos moradores dos cortiços –, os hábitos de vida doméstica adequados ao ‘progresso’ que marca a vida moderna, operária, urbano-industrial.

As transformações no tecido urbano que resultaram na demolição da Vila Barros assinalam o cruzamento entre este contexto de obras e debates com ainda mais uma camada de intervenção: o projeto do Edifício Japurá, de autoria do arquiteto Eduardo Kneese de Mello, compõe a política de atendimento habitacional inaugurada por Getúlio Vargas. O Edifício é obra do Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários (IAPI), órgão do governo federal encarregado de produzir habitação para os trabalhadores da indústria. No capítulo final o esforço é, portanto, o de reunir elementos do novo arranjo territorial que se articulava na década de 1940, na tentativa de compreender as co-implicações entre as ideias, projetos e obras que concorreram para a produção/renovação do espaço na baixada do córrego Bexiga. O projeto do Edifício Japurá é também apresentado, a fim de contrastar as formas assumidas por essa solução habitacional “exemplar” e as imagens – avessas, antagônicas – da Vila Barros.

CAPÍTULO 1

A BAIXADA DO BEXIGA EM DISPUTA

O novo parque não pode ser adiado porque o que ainda hoje se vê, na adiantada capital do Estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão. (...) É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetas do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação, se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. (...) Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita. Tudo isso pode desaparecer, tendo sido já muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo.

(Washington Luís, *Apud* SEVCENKO, 2009, p. 141)

São Paulo, 1918. O discurso do prefeito da cidade, Washington Luís, enaltece a adoção de mais um plano de reforma urbana para a capital: o ajardinamento da várzea do Carmo, a baixada alagadiça do rio Tamanduateí, que delimitava a borda leste da colina onde foi fundada e onde esteve circunscrita, ao longo de quatrocentos anos, a cidade de São Paulo. A outra borda da colina histórica, marcada pelos barrancos do vale do riacho Anhangabaú, também havia sido objeto de projetos e obras de embe-

lezamento, cujos contornos foram delineados pelo urbanista francês Joseph Bouvard, com quem Francisque Cochet (autor do projeto para a várzea do Carmo) trabalhava como paisagista. As duas intervenções orientavam-se pelo propósito de cercar o centro com parques de desenho paisagístico refinado, capazes de compor a imagem de uma modernidade burguesa, aos moldes das cidades europeias.

O amadurecimento e estabilização da economia cafeeira fez com que o escopo das intervenções concebidas para a cidade de São Paulo fosse ampliado por volta de 1910. Das iniciativas parciais que caracterizaram os primeiros anos do século, evoluiu-se para um conjunto de propostas de maior alcance, sinalizadas pela expressão ‘melhoramentos’.

(CAMPOS NETO, 1999, p. 103)

O discurso do prefeito condensa a política de gestão do espaço urbano adotada na Primeira República. Durante todo o período as intervenções seguiram invariavelmente essa lógica: redesenhavam o centro, demolindo ou reformando as construções de infraestrutura simples ou precária e, ao mesmo tempo, ‘limpavam’ os bairros valorizados da presença indesejada de pobres encortiçados, mendigos, vadios, bêbados e prostitutas, alocando em seu lugar luxuosos edifícios, para um público consumidor rico e europeizado. Tratava-se de remover todos os indícios que pudessem associar São Paulo ao ‘atraso’ e à ‘incivilidade’. Com o intuito de remodelar o centro, conferindo a ele uma estética peculiar, a política urbanística da Primeira República costurava em uma única cadeia causal os propósitos de limpeza, ordem, civilização e progresso. Apontava ao mesmo tempo para o que contradizia de uma só vez todos esses objetivos, o que era seu avesso, sua anti-imagem, seu não-espelho denunciador: a população pobre encortiçada, ‘não asseada’, ‘transgressora’ e ‘incivilizada’, considerada, sob a ótica do próprio Estado, não-cidadãos ou sub-cidadãos.¹ Era explícita, portanto, a intenção de eliminar os núcleos de moradias pobres e insalubres do centro da cidade.

Este padrão de intervenção traduzia a crescente e obstinada preocupação da autoridade pública com o embelezamento e a configuração do espaço urbano, decorrente do expressivo desenvolvimento econômico e demográfico da cidade. Apesar da significativa expansão cafeeira e industrial das duas primeiras décadas do século,² e do consequente aumento da demanda por terrenos e habitações, o orçamento municipal

1 Cabe aqui lembrar que, conforme estabelecia a Constituição de 1891, eram cidadãos plenos – ou seja, tinham direitos políticos – apenas os brasileiros homens maiores de 21 anos e alfabetizados. A maior parte dos trabalhadores de São Paulo na República velha era, quando não analfabeta, estrangeira.

2 O número de indústrias na cidade saltou de 326 em 1907 para 4.154 em 1920. No mesmo período, o número de trabalhadores empregados na indústria subiu de 24.186 para 83.998. Ver ROLNIK, 1997, p. 153. A lavoura cafeeira ainda se encontrava em franca expansão: entre 1925 e 1929 a produção do grão praticamente dobrou – passando de 15.761 milhões para 28.492 milhões de sacas de sessenta quilos. Ver FURTADO, 2006, pg. 256.

de São Paulo “era inteiramente consumido nas chamadas ‘obras de melhoramentos’ – em sua grande maioria obras de ampliação, calçamento e melhorias no sistema viário – e na construção e reforma de praças e parques”.³ Diante do propósito de fazer de São Paulo a vitrine do progresso nacional, o poder urbano paulistano exercia unicamente a função de transformar ou reprimir tudo que se diferenciava ou divergisse da ‘ordem social’ - ordem esta que, antes de mais nada, “[é] um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. Assim a diferença é considerada desvio e transforma-se imediatamente em ‘objeto de intervenção’”.⁴

Esta prática, em que sobressaía o papel da polícia como agente de controle social, colada à dinâmica urbana segregacionista de uma São Paulo que havia crescido e mudado rapidamente, encontrava seu principal veículo legitimador no discurso higienista. Nas primeiras décadas do século, afinal, “as preocupações com a discriminação, classificação e controle da população eram intensas. Aos investimentos em obras de remodelação da fisionomia e do traçado da urbe – que buscavam atribuir visibilidade e uniformidade a seus espaços, conforme os ditames do racionalismo funcionalista típico da cidade modernizada⁵ – conjugava-se o higienismo ou sanitarianismo como modelo de gestão, de modo a organizar a repressão e a violência, os despejos e as demolições, exercidos quando não em nome da ‘ordem’, em nome da ‘saúde pública’. O discurso higienista fornecia ao poder urbano a justificativa para cumprir seu propósito de criar uma (ao menos em parte) cidade aprazível, admirável, *ad-mirável*, para ser vista e exibida, como vitrine do progresso local e nacional. Nesse sentido,

as intervenções urbanísticas mais intensas tiveram início em São Paulo durante a prefeitura Antônio Prado (1899-1911), que transferiu mercados das zonas centrais para os subúrbios, alargou ruas do centro velho, remodelou praças. Estas mudanças implicaram o deslocamento das populações que ali habitavam ou circulavam: a zona de prostituição da cidade, por exemplo. Porém, é durante a prefeitura de Raymundo Duprat (1911-1914) que a maior reforma urbana anterior a 1930 ocorreu: iniciada com a discussão

3 ROLNIK, 1997, p. 147.

4 ROLNIK, 1994, p. 98.

5 São Paulo, afinal, “embora processando de forma lenta, incompleta e diminuta os novos padrões urbanísticos em vigor, inseria-se entre as cidades haussmannizadas. (...) Desde as últimas décadas do século XIX, o poder público municipal sintonizava-se com as novas concepções, que propunham transformar a cidade no lugar por excelência para a realização da ‘vida moderna’. (...) Apesar do desenho das ruas mais ou menos mantido no Triângulo, que não perdeu de todo seu traçado colonial, os princípios de alinhamentos retilíneos, praças abertas entremeando o circuito, fachadas uniformes, interiores amplificados, iluminados e arejados, foram sistematicamente perseguidos e postos em prática durante décadas”. BARBUY, 2006, p. 71.

entre grandes proprietários urbanos e técnicos da prefeitura em torno de cinco projetos diferentes, acabou por demolir vários quarteirões habitacionais encortiçados do centro com vistas a edificar eixos monumentais à La barroca ou ocupados com comércio, escritórios, confeitarias, teatro e parques de luxo. (...). Conferir [ao centro] o novo desenho significa não só poder ocupá-lo com atividades rentáveis, mas também marcá-lo com uma estética peculiar. A configuração do centro funciona como uma espécie de sinal do ‘caráter’ da cidade, cartão de visitas, imagem que ela exhibe para fora, mas sobretudo que o poder urbano exhibe para a totalidade da cidade e de seus habitantes.

(ROLNIK, 1994, p. 102 e ss.)

Apesar do esforço das autoridades municipais no sentido de (re)construir o centro de São Paulo, a própria dinâmica de especulação com terrenos fazia com que, nas franjas e desvãos do tecido urbano renovado, núcleos e construções precárias se multiplicassem para dar abrigo aos trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos – como é o caso do cortiço Vila Barros, construída no vale do córrego Bexiga. Área de ocupação antiga e historicamente demarcada pela existência de redutos de escravo fugidos, a chácara do Bexiga aparece já em 1881 como uma zona incorporada pelo mercado imobiliário da cidade, como evidencia a planta da Cia. Cantareira de Água e Esgotos reproduzida abaixo. Este loteamento, delimitado pelos córregos Saracura e Bexiga, deu origem ao bairro.⁶ A partir de então, as feições coloniais do antigo arrabalde desapareceriam, retalhadas pelo movimento das linhas de bondes. A chácara do Bexiga seria paulatinamente inundada pela expansão dos negócios imobiliários: arruamentos, instalação de postes de luz elétrica, dos serviços telefônico, telegráfico e postal, das redes de águas e esgoto.

Entre a abertura do loteamento, em 1881, e as duas primeiras décadas do século XX, muita gente chegaria ao Bexiga. Nesse período, a população da cidade de São Paulo saltou de 23.000 para 580.000 habitantes,⁷ crescimento embalado pelo enorme e contínuo afluxo de imigrantes estrangeiros.

Os campos do Bexiga, de onde o matadouro saiu, era local de escravos fugitivos, que com a abolição saíram da clandestinidade das matas. Permanecendo na região e para ali atraindo negros migrantes de outras paragens, caracterizaram este bairro como o espaço negro da cidade. Nesta região também se instalava parte da “Baixa Itália”, imigrantes italianos do Sul que em sua maioria

6 “Os limites geográficos do loteamento foram, pelo menos no primeiro momento, determinados pelos obstáculos físicos impostos pelos córregos do Saracura e do Bexiga, com encostas típicas de regiões ribeirinhas, e pelo espigão da Paulista, ainda conhecido como Morro do Caaguassú”. In: SCHNECK, 2010, p. 31-32.

7 Conforme exposto por DEAN, s.d., p. 10.

Figura 01

Os córregos Saracura e Bexiga delimitavam o loteamento original do bairro. A planta registra a escassa ocupação da chácara do Bexiga, que contrasta com a densidade da colina histórica.

não entraram no trabalho fabril. O Bexiga avizinhou os “por conta própria”: os tripeiros, os peixeiros, carroceiros, biscateiras, cantores, músicos, vagabundos de Nápoles, Sicília e Calábria e Bari, conviveram com as lavadeiras, prostitutas e domésticas, carregadores, lixeiros, “marginais” negros e mulatos. (ROLNIK, 1989, p. 26)

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a ocupação dos terrenos do Bexiga extrapolava os limites de seu loteamento original. Os rios, no entanto, ainda permaneceriam como barreiras internas, impondo clarões em meio à trama urbana do bairro. Os vales do Saracura e do Bexiga, recortados pelos rios que lhes dão nome, foram sendo deixados à margem da urbanização do bairro, uma vez que sua topografia acidentada, marcada por declives e barrancos, dificultava sobremaneira sua integração às redes de infraestrutura. A construção da Vila Barros, no início da década de 1920, era signo do avanço da urbanização e da conquista de uma dessas últimas fronteiras internas – como demonstra a sequência dos mapas abaixo. A Vila Barros foi construída sobre o leito do córrego Bexiga, no fundo de seu vale.

Figuras 02, 03 e 04

Mapas de 1897, 1905 e 1913. O mapa mais à esquerda, de 1897, mostra uma ampla porção de terreno ainda vazio no vale do Bexiga. O mapa de 1905 sinaliza o avanço da ocupação neste trecho, com a abertura de uma rua entre as ruas da Abolição e de Santo Amaro. É apenas em 1913, no entanto, que aparece indicado o nome da rua: Travessa Jacarehy.

A canalização do córrego – primeiro passo indispensável à conquista de suas margens – gerou impasses ao reconfigurar os espaços e seus limites, firmados sobre aquele território também a partir do antigo serpentear das águas do Bexiga. Assim é que, em novembro de 1919, o proprietário do terreno localizado à Rua de Santo Amaro, nº20 – terreno contíguo ao de onde viria a se localizar a Vila Barros – solicitava à Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo, uma cópia da planta cadastral da cidade:

O abaixo-assinado tendo adquirido por compra o prédio e terreno da Rua Santo Amaro nº20, e não podendo ao certo determinar as suas divisas no fundo do terreno por serem ellas indicadas pelo córrego do Bexiga, ora canalizado, e os confrontantes alegarem que esse córrego foi desviado do seu leito primitivo, requer a V. Ex. se digne mandar fornecer-lhe por certidão uma cópia da planta cadastral desta cidade, (...) com a respectiva escala e declarando mesmo quanto medem os referidos terrenos de largura no fundo, assim como da frente ao fundo respectivamente.

(Acervo de Obras Particulares, AHMWL, 1919, Caixa S3, nº 226297-H. Grifo no original)

Dando entrada pela Rua de Santo Amaro, nº 58, a Vila Barros se estenderia por toda a depressão do pequeno vale, até atingir sua outra borda, no alinhamento da Travessa Jacarehy, onde teria uma entrada também, na altura do nº 13. A Rua de Santo Amaro é um dos caminhos mais antigos da cidade. Seu traçado deita-se sobre a crista do vale do córrego Bexiga: partindo do Largo do Bexiga – que, ao lado do Largo do Piques, compunha uma baixada desvalorizada, trecho de cidade onde se cruzavam os caminhos dos viajantes e tropeiros⁸ – enveredava pelo interior da Província, com destino a Jundiaí, atravessando o distante arrabalde de Santo Amaro, ao sul da capital. Como todos os caminhos da São Paulo antiga, era um divisor de águas. Se a Rua de Santo Amaro consta dos mapas desde pelo menos 1855 (conforme atesta o “Mappa da Imperial Cidade de São Paulo”), a Travessa Jacarehy faria sua estreia apenas em 1905, quando ainda sequer tinha nome. Assim, cinquenta anos separam estas duas ruas que, na década de 1920, estariam unidas por um corredor de circulação interno ao cortiço. As duas entradas formariam um corredor que, a partir da Rua de Santo Amaro, afundava em um lance sucessivo de escadarias, até atingir o pátio interno.

8 “Há o caminho que, na altura do Largo do Piques, dividia-se em dois: o Peabiru, que através da atual rua da Consolação dirigia-se a Sorocaba; e o caminho de Santo Amaro, que percorrendo o percurso formado pela rua do mesmo nome e a atual Avenida Brigadeiro Luís Antônio, ia em direção a Jundiaí. Contíguo ao Piques, o Largo do Bexiga (transformado em Riachuelo, em 1865) era o ponto de intersecção dos dois caminhos. Ali se realizava o comércio de escravos, de madeira trazida da Vila de Santo Amaro e ficava a hospedaria do Bexiga, pouso de viajantes vindos do sul”. In: SCHNECK, Op. Cit., p. 31.

Figura 05

Detalhe do “Mappa da Imperial Cidade de São Paulo”, elaborado em 1855 pelo engenheiro Carlos Rath. A edificação, destacada em amarelo, próxima ao local onde se encontram os córregos Saracura, Bexiga e Itororó, corresponde à estalagem do Bexiga. À sua direita, correndo paralelamente ao córrego do Bexiga, aparece o caminho de Santo Amaro (destaque em verde).

Nos anos que antecederam a construção da Vila Barros, essa baixada desvalorizada – antiga porta de entrada para a cidade que dava abrigo e repouso às tropas de muares, tantas vezes registrada pelas fotografias de Militão Augusto Azevedo –, esse entroncamento de caminhos, estaria à margem do mais belo e refinado jardim da capital: o Parque Anhangabaú. O vale do rio Anhangabaú havia sido saneado e ajardinado ao longo da década de 1910, fazendo do “pântano, com valas de agrião e rãs coaxantes” de outrora, um “lindo parque, civilizadíssimo”.⁹

Fotografias do período permitem dimensionar o vulto da obra que resultou no Parque Anhangabaú de Bouvard. Tudo é novo, tudo é construído: a topografia, os edifícios junto à Libero Badaró, a vegetação, as vias

⁹ Os trechos citados compõem a descrição que Monteiro Lobato fez do novo parque, em dezembro de 1918. Citado por HEÑERU, 2007, p. 61.

de circulação. A escala desse empreendimento era inédita para os padrões paulistanos. Sua construção simboliza o auge da representação urbana da elite cafeeira. O sonho de duas décadas havia sido finalmente alcançado. O esplendor da “capital do café” estava ali cristalizado.

(HEÑERU, 2007, p. 105)

Figura 06: Largo do Bexiga, fotografado em 1860 por Militão Augusto Azevedo.

Figura 07: Vista tirada do Viaduto do Chá, em que se vê, ao fundo, o Bexiga a Ladeira de Santo Amaro. Fotografia de 1914, atribuída a Aurélio Becherini.

Figura 08: O Parque do Anhangabaú terminava, em sua extremidade sul, no Largo Riachuelo (ou Largo do Bexiga).

O Bexiga, porém, a começar pelo Largo que lhe deu nome, permanecia sendo encarado pelo poder público como uma zona ‘deteriorada’ da cidade, apesar dos esforços em rebatizá-lo com um nome mais convidativo aos investimentos de capital e à burguesia paulistana:

O abaixo-assinado foi encaminhado [em 1883] por proprietários de terras da região ao Presidente da Câmara e aos demais vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Naquele documento, os proprietários solicitaram “a mudança do nome de Campo do Bixiga para o de Campo da Bella Vista, visto como aquelle nome nenhuma tradição nos faz recordar”. (...). O texto do documento deixa bem claro as intenções dos peticionários: a mudança do nome do bairro significava revesti-lo de uma nova conotação e valor supostamente impossível de obter com a alcunha pejorativa de ‘Bexiga’ (...). O fato é que “Pela Lei nº 1.242 de 1910, o antigo Bexiga [...] passou a constituir um único bairro com o nome que conserva até hoje – Bela Vista”. (SCHNECK, 2010, pp. 78 e 79)

Assim é que, em dezembro de 1919, foi apresentado à Câmara Municipal projeto cuja intenção era tirar “não só de um plano secundário, mas do abandono em que tem vivido, do completo esquecimento, o populoso bairro da Bela Vista, que, pelas suas condições de vida atual, de desenvolvimento e progresso admiráveis, e sobretudo, pelo aumento extraordinário de sua sempre crescente população, não só merece, como necessita, os melhoramentos de beleza e higiene visados pelo projeto”.¹⁰ O representante do projeto, vereador José Passalacqua, faz a defesa dos motivos que justificariam sua adoção:

Eu disse [melhoramentos] de beleza e higiene e disse bem, embora à primeira vista, venha parecer aos meus doutos colegas que o projeto visa uma grande e dispendiosa obra de transformação e embelezamento dispensáveis ou impróprios, nesta época, em que a Prefeitura tem a seu cargo dar cumprimento a obras de maior necessidade e urgência. Uma análise, entretanto, mais demorada vos convencerá do contrário. **O projeto visa exatamente melhorar as condições de higiene do bairro, aproveitando o vale insalubre, abandonado e inabitável que o separa do belo distrito vizinho, facilitando imenso as suas vias de comunicação com o centro da cidade, suavizando as rampas íngremes que lhe dão acesso e aproveitando o vale abandonado, para transformá-lo, sem grande ônus para o tesouro municipal, em jardim e avenida admiráveis, com ligação, por obras do mesmo estilo, aos jardins do Parque Anhangabaú.** (ACMSP, 1919, p. 630. Grifo nosso.)

¹⁰ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1919, p. 630.

O projeto vai à mesa, é lido e julgado objeto de deliberação o seguinte:

PROJETO N. 106, DE 1919

A Câmara Municipal de S. Paulo, decreta:

Art. 1º – Fica adotado o plano de melhoramentos do bairro da Bela Vista, constante do projeto organizado pelo engenheiro Cintra e rubricado pela mesa da Câmara.

Art. 2º – Para a execução dos melhoramentos constantes do projeto, fica a Prefeitura autorizada a entrar em acordo com os proprietários dos terrenos e prédios atingidos, ad referendum da Câmara.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 27 de dezembro de 1919 – José Maria Passalacqua, R. Duprat, Marrey Junior, Luiz Fonseca, H. Siciliano, José Piedade, Henrique Queiroz, Pinto de Almeida, Henrique Fagundes, A. Baptista da Costa, Mario do Amaral – Às comissões de justiça, obras e finanças.

(ACMSP, 1919, p. 630)

O “vale insalubre, abandonado e inabitável”, a que se refere o sr. José Passalacqua, corresponde ao Largo do Bexiga e à baixada do Piques. Corresponde ao fundo do vale do córrego Bexiga, na altura de seu encontro com o Saracura, zona que demarcava a separação entre a Bela Vista e “o belo distrito vizinho”, o Anhangabaú. Dessa forma, ao propor o ajardinamento do Largo (rebatizado como Largo Riachuelo, em 1865) e de toda a várzea do Bexiga, o projeto dispunha fundamentalmente sobre o ‘melhoramento’ da área onde, em 1920, começaria a ser construído o conjunto de casas que conformariam a Vila Barros. É esse fato, inclusive, que explica a descoberta do desenho elaborado pelo “competente e talentoso engenheiro da 2ª Seção Técnica da Prefeitura, o Dr. João Florence de Ulhôa Cintra”, cujo “auxílio técnico e preciosa colaboração” foram, nas palavras do próprio José Passalacqua, fundamentais para a definição do traçado do projeto.¹¹

No mês de abril de 1920, “desejando construir muro nas frentes da rua Jacarehy na extensão de dez metros, e de vinte metros na travessa Jacarehy”, o proprietário sr. Francisco de Barros submeteu requerimento em que solicitava “os respectivos alinhamentos, e a largura da travessa Jacarehy, em vista de não ter casa alguma do lado esquerdo da referida travessa”.¹² Em resposta ao seu requerimento, foi juntada, pelo

11 O desenho do projeto não está reproduzido nos Anais da Câmara Municipal, tendo sido encontrado junto ao primeiro pedido encaminhado à Diretoria de Obras e Viação Municipal da Cidade de São Paulo pelo sr. Francisco Lopes de Oliveira Barros, proprietário e construtor do conjunto de casas que, em poucos anos, daria origem à Vila Barros. Um importante fio condutor para a investigação, encontrado inadvertidamente no primeiro dos 17 processos relativos à pedidos de aprovação e/ou substituição de plantas que foram pesquisados no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

12 Processo nº 236481, Caixa J1, 1920, AOP/AHMWL.

engenheiro da Seção de Obras competente, cópia do desenho do “Plano de conjunto de melhoramentos para o bairro da Bela Vista”:

A travessa Jacarehy não tem realmente, como diz o próprio requerente, alinhamento definido de um dos lados (...). Foi porém, há pouco tempo, organizado pelo meu colega eng. Cintra, um plano de conjunto de melhoramentos para o bairro da Bela Vista – o qual está dependendo de aprovação da Câmara – à qual foi submetida pelo próprio representante do estudo, Dr. Coronel Passalacqua. Parece-me pois que deverá esperar a aprovação desse plano para que se possa dar o alinhamento prévio. É o que julgo dever submeter à apreciação da Diretoria. (...). Junto o plano de melhoramento a que me referi. Vai nele indicado por sinal vermelho o local de que se trata. (Processo nº236481, Caixa J1, 1920, AOP/AHMWL. Grifo nosso.)

Figura 09 [à esquerda]

“Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”.

Figura 10 [à direita]

Detalhe do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o Bairro da Bela Vista”. O ponto vermelho, assinalado pelo próprio engenheiro da Diretoria de Obras, indica o local onde seria construída a Vila Barros.

Amadurecia entre os técnicos e especialistas no assunto, a noção de que o acelerado ritmo de crescimento da capital paulista exigia um “plano de conjunto de melhoramentos”, e não apenas intervenções fragmentadas e descontínuas. A ideia de que as “questões urbanas” deveriam ser pensadas em seu conjunto, e não lote a lote, de forma desconexa, tinha já no final da década de 1910 importantes adeptos – entre eles, Victor da Silva Freire, o Diretor de Obras e Viação de São Paulo entre 1889 e 1926, a maior autoridade municipal no que dizia respeito à concessão ou não de alvarás construtivos: “Está-se vendo em todo o caso (...) como em todas as manifestações da vida da cidade – trate-se de tráfego ou de salubridade da habitação – representa vantagem a consideração do problema tomando desde logo como ponto de vista o ‘do conjunto’”. Não consiste em outra coisa, em sua essência, o ‘urbanismo’”.¹³

Dessa forma, em 28 de fevereiro de 1920, o mesmo Sr. José Passalacqua apresentaria na Câmara Municipal outro projeto que, apesar de não favorecer o distrito da Bela Vista, “é, entretanto, um complemento do projeto [anteriormente] apresentado, e impõe-se como parte do plano de embelezamento da cidade, o qual, aos poucos, e dentro dos nossos recursos, deverá fatalmente ser feito”:

O Sr. José Passalacqua – Sr. Presidente, em sessão de 27 de dezembro do ano findo, no intuito não só de dar o embelezamento que se impunha a um dos mais populosos bairros da capital, injustamente esquecido e abandonado...

O Sr. Almeirindo Gonçalves – Não tem sido tão esquecido assim. Tem sido muito lembrado até de uns anos para cá...

O Sr. José Passalacqua – ... mas, principalmente, de dar salubridade e facilitar os meios de acesso ao referido bairro, que é o da Bela Vista, - eu tive a honra de ser atenciosamente ouvido nesta casa, com a apresentação do meu projeto n. 106, o qual visava de acordo com um belo trabalho técnico do digno e competente auxiliar da segunda seção da Diretoria de Obras, dr. João Florence de Ulhôa Cintra, – o **aproveitamento dos terrenos impróprios para construção, e compreendidos no prolongamento do Vale Anhangabaú, entre Liberdade e Bela Vista, de modo a transformá-los em bela avenida ajardinada, como continuação, ou antes, transição, do embelezamento que em ficou transformado o Parque Anhangabaú, (que é hoje motivo de orgulho para nós e admiração para os que nos visitam), e que termina, de chofre num largo, como o largo Riachuelo, mal calçado e mal arborizado. (...).** O projeto visa um traço de união, útil e necessário, como plano de conjunto, entre, – de um lado, o prolongamento e alargamento a que se está procedendo até a

13 Essa é uma das conclusões que Victor Freire apresenta no extenso artigo “Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações - um capítulo de urbanismo e de economia nacional”, cujas 140 páginas foram publicadas no Boletim do Instituto de Engenharia em 1918. FREIRE, 1918, p. 351.

ladeira S. Francisco, da rua Libero Badaró, transformada, hoje, em uma das nossas principais artérias, – e, de outro lado, o ajardinamento do largo Riachuelo, conforme projeto apresentado, ao qual acabo de me referir, de acordo, ainda, com o embelezamento a que se está procedendo, e já vai adiantado, do obelisco do Piques, colocado justamente em frente aos prédios que o projeto visa desapropriar.

(ACMSP, 1920, pp. 178 e ss. Grifos nossos.)

Este “traço de união” a que se refere o sr. Passalacqua seria obtido com a desapropriação dos prédios compreendidos entre as ladeiras do Ouvidor e S. Francisco, e consequente ajardinamento do local, “transformando, assim, as duas ladeiras, em uma única rua larga, espaçosa e de fácil trânsito”.

Onde, porém, mais premente é a necessidade de alterações dessa natureza, é no fim da rua Libero Badaró. As ladeiras do Ouvidor e S. Francisco são, a bem dizer, intransitáveis, tantos riscos e dificuldades oferecem à viação. Acresce que tais ladeiras, demasiadamente próximas uma da outra, e convergindo ao mesmo ponto, pouca vantagem apresentam. Atendendo-se a isso, e ao nenhum valor dos pardieiros que formam o agrupamento central que as divide, a melhor coisa que se tem a fazer para o caso é, – arrasarem-se as casas que lhes ficam de permeio e fazer-se uma só rampa sinuosa e suave, ajardinada nos flancos; ficará, então, um espaço apenas, limitado pelas casas dos dois lados externos das atuais ladeiras. Ter-se-á, assim, resolvido vantajosamente o problema de um confortável acesso à rua Líbero, bem como embelecido magnificamente aquele local, pois, ladeando esta última rua se constituirá uma balaustrada, de onde se descortinará o lindo conjunto artístico do monumento do Piques.

(ACMSP, 1920, pp. 178 e ss.)

O vale – apesar de “inabitável” – era habitado. Tratava-se de uma população “cujo estado extremo de miséria as forçara a se aglutinar em casebres às margens (...) da Baixada dos Piques. Eram núcleos com forte presença de negros, resultantes originalmente de grupos de escravos evadidos das lavouras e aquilombados naquelas zonas até então insalubres, abandonadas e sem valor”.¹⁴ No entanto, após a exposição detalhada da proposta, complementar às do projeto apresentado dois meses antes, a Câmara Municipal deliberou o seguinte:

PROJETO N. 9, DE 1920

A Câmara Municipal de S. Paulo decreta:

¹⁴ SEVCENKO, 2009, p.140.

Art. 1º – Ficam declarados de utilidade pública os prédios compreendidos entre as ladeiras do Ouvidor e S. Francisco, desde a rua Libero Badaró até o largo do Piques.

Art. 2º – Fica a Prefeitura autorizada a entrar em acordo com os proprietários dos prédios atingidos, ad referendum da Câmara.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 28 de fevereiro de 1920 – José Maria Passalacqua, R. Duprat, Mario do Amaral, Almeirindo Gonçalves, M. Pereira Netto, Luciano Gualberto, Luiz Fonseca, dr. Mario Graccho – Às comissões de obras, justiça e finanças, ouvindo-se a Prefeitura.

Existia, portanto, um plano de conjunto de melhoramentos muito bem delineado para o Largo e o bairro do Bexiga. Ao contrário do afirmado pelo engenheiro da Diretoria de Obras, no pedido de autorização para a construção de um muro na rua e travessa Jacarehy, em abril de 1920, o “Plano de Conjunto de Melhoramentos para a Bela Vista” não dependia de aprovação da Câmara – ele já havia sido aprovado, em sessão do dia 27 de dezembro de 1919 (Projeto nº 106, de 1919). Apesar disso, e da alegada impossibilidade de se fornecer as medidas para o alinhamento requerido, a 2ª Seção Técnica terminou por autorizar a construção do muro. Nas páginas do processo, o único registro que oferece elementos para a compreensão dessa mudança de postura, é a solicitação que foi feita ao sr. Francisco de Oliveira Barros, dois meses depois da juntada do Plano de Melhoramentos, para que ele apresentasse seu título de propriedade do terreno.

Ao. Sr. Diretor,

Não havendo ainda projeto aprovado que modifique o alinhamento da travessa Jacarehy, deve-se conservar o existente, na forma do art. 3º do ato 709, como este porém não está perfeitamente determinado, por não ter a rua fachada em um dos lados, convém que se junte o título de propriedade.

Após a juntada da escritura, Francisco de Barros obteve enfim, em 08 de junho de 1920, as medidas para o alinhamento:

Sr. Diretor,

Verifica-se pelo título de propriedade junto, bem como pelas antigas cercas e portão, com pilares de alvenaria, existente à rua Jacarehy,¹⁵ que a lar-

15 Os técnicos da Diretoria de Obras e Viação constantemente fazem confusão entre a Travessa Jacarehy e a Rua Jacarehy, o que fica evidente pelas correções feitas nos documentos, a riscos de tinta, pelos próprios técnicos. Neste caso, apesar de não haver rasura ou qualquer indício de correção do texto, é possível afirmar que ao escrever ‘Rua Jacarehy’ o técnico referia-se, na verdade, à ‘Travessa Jacarehy’, porque a Rua Jacarehy corre em sentido mais ou menos paralelo ao da Rua Humaitá, e não poderia ser facilmente

gura d'esta rua é de 13,00m. É o que se confirma também pelo exame da planta d'esta rua, levantada neste trecho em 1907, para o estudo de seu prolongamento até a rua Humaitá. D'essa consideração, as [medidas] para o alinhamento são: travessa Jacarehy, frente 17,50m, alinhamento por uma paralela às casas fronteiras e a 13,00m de distância; canto cortado 3,50m. Rua Jacarehy: frente 7,50m alinhando pelo existente aos lados.

Apesar da existência tanto do Projeto nº 106, de 1919, quanto do Projeto nº 9, de 1920, aprovados pela Câmara Municipal, a Diretoria de Obras autorizou não somente a construção do muro na rua e travessa Jacarehy. Ela autorizaria, entre abril de 1920 e março de 1923, os dezessete pedidos encaminhados pelo sr. Francisco de Barros, relativos à construção e/ou reforma de uma série de edificações de, no mínimo, dois patamares cada. A despeito da primeira resposta oferecida pela Diretoria de Obras Municipal – munida de legislação, plano e projeto –, o sr. Barros construiu, em um intervalo de apenas três anos, aquele que viria a ser o maior cortiço da cidade de São Paulo.

Assim, a Vila Barros foi construída em um território que era alvo dos mais atentos esforços projetuais por parte do poder público – ao menos no plano discursivo. Os dois projetos acima, e sobretudo o “Plano de Melhoramentos para a Bela Vista”, podem ser lidos como exercício de projeto fundamental para a composição daquele que viria a ser o grande plano de conjunto de melhoramentos para a capital: o Plano de Avenidas. Na primeira metade da década de 1920, enquanto a Diretoria de Obras concedia os alvarás para construção dos sobrados no fundo do vale do Bexiga, a Prefeitura patrocinava a realização de estudos que projetavam a reconfiguração do vale do Bexiga como aspecto fundamental e necessário à remodelação viária de uma São Paulo que sofria de uma verdadeira crise de crescimento.

Entre 1924 e 1926, Ulhôa Cintra e Prestas Maia publicam uma série de artigos sob o título “Um problema atual: os grandes melhoramentos de São Paulo”. Os dois engenheiros, ambos “comissionados pela Prefeitura para organizar o plano da cidade e estudar a sua remodelação”,¹⁶ apresentam uma proposta de um “plano integral previamente assentado, de transformação e embelezamento”¹⁷ para a capital, que antecipa as ideias apresentadas de forma mais extensa, detalhada e definitiva em 1930, no “Plano de Avenidas de São Paulo”. Ulhôa Cintra e Prestes Maia defendem, em consonância com o postulado por Victor da Silva Freire desde meados da década de 1910, a “necessidade de um plano de conjunto” para a cidade:

estendida até ela. Já a Travessa Jacarehy é perpendicular à Rua Humaitá.

16 CINTRA e MAIA, 1924, p. 56.

17 CINTRA e MAIA, 1924, p. 91.

É hoje quase desnecessário insistir em que todos os melhoramentos devem obedecer a um plano de conjunto, onde tudo esteja previsto e coordenado, na medida do possível e sob todos os pontos de vista. E isto nada mais é que o caso, em relação às cidades, daqueles ‘princípios de organização, a aplicação dos quais às nossas grandes indústrias, durante o século decorrido, conduziu-nos a uma tão formidável eficiência’ (Unwin, *City Planning in Practice*). Nenhuma cidade pode crescer normalmente sem um tal plano, nem administração alguma exercer de maneira satisfatória seus deveres: existiria somente um regime de empreendimentos parciais, mal orientados, frutos de ideias isoladas e de interesses particulares muitas vezes contraditórios, onerosos e sem a eficácia que só da coordenação pode resultar. (CINTRA e MAIA, 1925, p. 93)

De acordo com os engenheiros, esse plano integral de remodelação deveria estar fundamentado sobre o projeto de um sistema geral de viação, sobretudo por meio de um perímetro de irradiação capaz de receber e distribuir o tráfego por meio de avenidas radiais.

Devem, antes de tudo, as ruas e praças satisfazer às necessidades do movimento da cidade, da maneira a mais perfeita; é essa a sua missão primordial. Deve para isso começar o planejador de uma cidade, ou bairro, por estabelecer as verdadeiras correntes de circulação, tanto presentes como as que o futuro permite prever. Dessas, as principais são sempre as que conduzem do centro aos subúrbios e vice-versa. (...) Dá isso lugar a uma rede de linhas radiais ou raios (...). São, pois, as artérias radiais as primeiras e mais importantes, ao estabelecer a rede de viação. Dividem essas artérias a cidade e os subúrbios em uma série de setores. (...). A segunda categoria de linhas de circulação é a que serve para estabelecer a ligação entre os diversos setores. Em conjunto, formam uma série de circunferências em torno do centro da cidade. São as ruas anulares ou ‘rings’ que se distinguem nas de primeira, segunda e terceira ordem, etc., conforme a sua significação no plano geral.

Para completar esse conjunto de regras simples e claras de Stübben, faltava-nos examinar como tratar a parte mais delicada do problema: o centro da cidade. É o que nos ensina Hénard, o pai do urbanismo francês, na síntese admirável que fez do plano das grandes capitais europeias, mostrando claramente a existência e o papel importantíssimo representado pelos perímetros de irradiação. (...). Este perímetro é, por assim dizer, o regulador da circulação convergente, que atingiria inextrincável caos, se todas as vias concorressem à mesma praça. É ele que recebe as correntes afluentes e que

as distribui em seguida, com o auxílio de pequenas ruas secundárias, até o edifício ou a casa que é o escopo do movimento individual de cada elemento da circulação. Para que o perímetro de irradiação seja eficaz, é mister, não que ele contenha, em um núcleo muito grande, todos os edifícios principais, todos os pontos de atração da cidade, mas, antes, que passe através do semeado irregular desses edifícios, deixando-os ora de um lado, ora de outro do seu percurso fechado.

(CINTRA e MAIA, 1924, pp. 123 e ss.)

A argumentação vem acompanhada pelo desenho “São Paulo: Projeto da Avenida de Irradiação”, que caracteriza o traçado exato do sistema viário proposto para o centro da cidade. É a comparação entre esse desenho e aquele primeiro, que havia sido elaborado pelo próprio engenheiro Cintra em 1920 (“Plano de Conjunto de Melhoramentos para o bairro da Bela Vista”), que permite apontar a existência de uma linha de continuidade entre os dois projetos: no que diz respeito ao vale do córrego Bexiga, o traçado de ambos propõe a mesma solução urbanística-viária, apresentada por meio de desenhos similares:

Figura 11: “São Paulo: Projeto da Avenida de Irradiação”

Conhecidas agora em que consistem as linhas mestras de um plano racional de circulação, lancemos os olhos sobre a planta da nossa cidade. À primeira vista, ela se nos apresenta desordenada, como cidade que cresceu ao favor da sorte; examinando-a, porém, mais de perto, ferem-nos a atenção certas características oriundas da própria origem da cidade, que se acentuaram com o crescimento e que ainda hoje se impõem como linhas mestras, às quais todos os desconchavos dos crescimentos sucessivos não podem furtar-se de sofrer a influência. É que São Paulo, ao contrário da maioria das suas irmãs americanas, teve a sorte de não ser presenteada, ao nascer, com o clássico plano em xadrez. Assim, ela nasceu e cresceu à maneira das velhas cidades europeias. Aconchegou-se, primeiramente, em

torno da Igreja jesuítica, acastelando-se, na colina de fundação, em posição magnificamente estratégica contra as tribos selvagens, que a punham em contínuo sobressalto. Desse núcleo, desse centro, que ainda é hoje o coração da cidade, irradiaram-se as primeiras veredas em demanda dos aldeamentos vizinhos. Como em toda a parte, essas veredas passaram a estradas e hoje são grandes ruas da nossa cidade. Daí o destacar-se na planta atual um centro perfeitamente caracterizado, e, irradiando-se para todos os setores, um bom número de grandes vias de comunicação.

(CINTRA e MAIA, 1925, p. 124)

Figura 12

Comparação entre detalhe do desenho “São Paulo: Projeto da Avenida de Irradiação” e pormenor do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para o bairro da Bela Vista”.

Os desenhos propõem a ampliação e ajardinamento dos Largos do Piques e do Bexiga, transformando-os em praças circulares ou átrios cujo formato lembra o de uma estrela com suas várias pontas, nóculo que articula o encontro e organiza o cruzamento das ruas e avenidas que para essa baixada concorrem. No desenho de 1924, o Largo do Piques está incorporado ao Perímetro de Irradiação proposto (perímetro hachurado); o Largo do Bexiga está imediatamente à sua margem, funcionando como uma espécie de antessala, ligado ao perímetro de irradiação através de uma larga via que parece querer unificar os dois Largos. De acordo com o esquema proposto no desenho, esse tecido urbano renovado seria capaz de cumprir com maior eficiência a dupla função de receber o tráfego que converge para o centro da cidade e distribuir o fluxo que sai em direção à periferia.

No entanto, enquanto a municipalidade comissionava as figuras mais ex-pontes de seu quadro técnico para formular estudos e debater as razões teóricas que justificariam a adoção do ambicioso plano para a remodelação da capital, a Diretoria de Obras seguia concedendo alvarás e licenças para a execução de obras inteiramente em desacordo com as propostas defendidas pelos engenheiros municipais ao equacionar uma solução urbanística de conjunto para a cidade. Enquanto projetos e intervenções monumentais eram debatidos, formulados e aprovados, a urbanização no bairro do Bexiga seguia ao passo de intervenções pontuais, fragmentadas e desconexas; seguia conforme um “regime de empreendimentos parciais, mal orientados, frutos de ideias isoladas e de interesses particulares muitas vezes contraditórios” – modelo de urbanização condenado pelo discurso urbanístico oficial mas amplamente autorizado pela prática cotidiana da Diretoria de Obras da cidade de São Paulo e suas Seções Técnicas competentes.

A história de construção da Vila Barros é uma prova disso. Apenas no ano de 1920, após obter a autorização para a construção do muro na rua e travessa Jacarehy (negado em função do Plano de Conjunto de Melhoramentos), Francisco de

Barros daria entrada em mais quatro solicitações junto à Diretoria de Obras e Viação Municipal. Além do pedido inicial, de abril, encaminharia em maio *(i)* pedido para construir outro muro, “na extensão de trinta metros linear, sito à rua Travessa Jacarehy nº 3, com um portão de entrada para o terreno”;¹⁸ em agosto, *(ii)* pedido de “aprovação de planta para a construção de um sobrado à Rua Jacarehy, nº 9 tinta, esquina da Travessa Jacarehy”;¹⁹ em setembro, *(iii)* pedido para fazer “uma construção de seis sobrados de acordo com a planta junta sita à travessa Jacarehy nº 1 e 3”;²⁰ e em outubro, *(iv)* pedido de “alinhamento para construir 2 prédios na travessa Jacarehy, nº 3-5”.²¹ Todas essas autorizações e alvarás foram concedidos sem maiores objeções por parte da Diretoria de Obras.

A análise dos 17 processos de aprovação e/ou substituição de plantas referentes à Vila Barros indica que a autoridade exercida pela Diretoria de Obras estava circunscrita à fiscalização no interior do lote particular: a regulamentação da atividade construtiva limitava-se à negativa na concessão do alvará enquanto o proponente não ajustasse as dimensões e os usos dos cômodos planejados às disposições contidas na legislação construtiva em vigor. A Diretoria de Obras e Viação Municipal exercia unicamente a função de corrigir a proposta apresentada – os cálculos, as plantas e/ou o projeto das fachadas – para adequá-la à lei respectiva que disciplinasse a matéria. Os projetos de remodelação urbana, apesar de aprovados pela Câmara, não funcionavam como baliza para as decisões da Diretoria. Assim, o lote era encarado pelos engenheiros municipais como unidade autônoma e autossuficiente, recortada do contexto urbano que o conforma.

O conjunto de processos pesquisados permite afirmar que o estado das redes de infraestrutura e a configuração do tecido urbano do bairro eram tomados em consideração apenas quando interessava ao proprietário dos terrenos. Nestes episódios, diante das reclamações feitas por Francisco de Barros, a Diretoria de Obras somou esforços no sentido de consolidar a urbanização que se configurava como o resultado mesmo da dinâmica que se desejava combater, caracterizada por um conjunto “ineficiente” de “empreendimentos parciais e interesses particulares muitas vezes contraditórios”. No vácuo deixado pela inoperância das ideias e planos gestado no meio técnico especializado, navegavam os interesses e estratégias pessoais de valorização imobiliária:

O abaixo assinado sendo proprietário de muitas casas na Rua Jacarehy e Travessa Jacarehy e sendo o calçamento da Rua Abolição muito primitivo e dificultando a entrada para as mesmas Rua e Travessa venho respeitosa-

18 Processo nº 289718-J, Caixa J1, 1920, AOP/AHMWL.

19 Processo nº 2562, Caixa J1, 1920, AOP/AHMWL.

20 Processo nº 4807, Caixa J1, 1920, AOP/AHMWL.

21 Processo nº 7052, Caixa J1, 1920, AOP/AHMWL.

mente pedir a mudança do calçamento da Rua da Abolição por pedras que estão saindo de outras Ruas. Esperando ser atendido neste justo pedido.

6/10/1922

Ao Sr. Chefe da 3 Seção,

A execução do serviço de substituição do calçamento à Rua da Abolição de que trata o presente requerimento do Sr. Francisco Lopes de Oliveira Barros é de grande conveniência dada a imprestabilidade do calçamento atual. A Lei nº 2385 de 28.4.1921 prevê essa substituição dependendo da necessária autorização. Junto cópia do orçamento aprovado.

19/10/1922

(Processo nº 68925, Caixa J1, 1922, AOP/AHMWL)

Diante do requerimento de Francisco de Barros, a Diretoria articulou a abertura de concorrência pública²² para a execução do serviço, tendo sido o edital publicado em 08 de novembro de 1922. De acordo com o proprietário, o calçamento da rua da Abolição favoreceria o acesso à rua e à travessa Jacarehy e, portanto, ao enorme conjunto de casas que vinha construindo. Em 24 de março de 1923, depois de obter todas as autorizações necessárias à construção do enorme conjunto composto por dez sobrados,²³ Francisco de Barros encaminha ainda um último pedido à Diretoria, no qual aparece pela segunda e última vez uma reivindicação que aponta para o contexto urbanístico daquela baixada:

Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que estando construindo 2 casas na travessa Jacarehy, conforme plantas aprovadas sob os nº 11 e 13, acontece que não pode continuar em vista de não ter bueiro e as águas pluviais não tem para onde cair invadindo o terreno aonde o requerente está construindo e prejudicando os alicerces das construções. Pede, pois, que sejam desviadas as águas para qualquer ponto por meio de uma canaleta de pedra.

(Processo nº 10626, Caixa J1, 1923, AOP/AHMWL)

22 Como transparece na interlocução entre o Engenheiro Chefe da 3ª Seção e os demais funcionários desta repartição: Em 24/10/1922, o engenheiro-chefe pergunta: “O serviço já foi posto em concorrência pública?”. Obtém como resposta o seguinte: “Ao Sr. Chefe da 3ª Seção. Não foi publicado Edital de concorrência para o serviço de que se trata. A execução do serviço de substituição do calçamento atual da rua Abolição só depende de autorização do Exmo. Sr. Prefeito. Existe lei nº 2385 de 28 de abril de 1921”. Em 09/11/1922 comunica a seus funcionários que “Está aberta a concorrência, devendo-se proceder às obras”. Processo nº 68925, Caixa J1, 1922, AOP/AHMWL.

23 A Vila Barros era formada por um total de 13 edificações independentes, mas apenas 10 contam com pedido de autorização junto à Diretoria de Obras e Viação Municipal. É possível afirmar que as 3 edificações restantes foram construídas à revelia de qualquer fiscalização e/ou autorização municipal.

O pedido revela que apesar da série de sobrados em construção, o vale do Bexiga permanecia caracterizado por uma urbanização precária.²⁴ Sobretudo a topografia acidentada do vale imprimia dificuldades à atividade construtiva que, apesar de incorporar os desníveis do terreno por meio da edificação de “embasamentos dando para os fundos”, se via ameaçada pelas águas pluviais que corriam em direção à várzea do córrego do Bexiga. Diante da inexistência de qualquer infraestrutura para a captação de águas, coube ao proprietário dos terrenos solicitar à Diretoria de Obras a adoção das providências necessárias, como a “construção de sarjetas, bocas de lobo ou canaletas que encaminhem as águas para a galeria dos fundos dos prédios 11 e 13”.²⁵ Apesar dos grandes planos de melhoramentos para a região, o vale permanecia longe dos investimentos por parte do poder público municipal – que, ao longo de 1923, diante dos interesses de um rico proprietário de terrenos, ensaiava respostas improvisadas:

Sr. Chefe da 2ª Seção,

A travessa Jacarehy constitui verdadeiro beco sem saída. (...)

As casas em construção estão localizadas no trecho oficial da rua (no limite). Elas defrontam com prédios construídos há muito tempo. As casas de frente (há outras em fundos do terreno que não interessam ao caso) ficam na parte oficial da rua.

20/09/1923

Sr. Eng. Chefe de Seção,

Como solução provisória seria aconselhável prolongar o sarjetão de paralelepípedos que vai do começo da r. Jacarehy até as proximidades do prédio nº 13 da travessa, e fazê-lo atingir o prédio nº 21, tinta, último da numeração ímpar. Assim, as águas viriam se juntar quase em frente ao prédio nº 13, encaminhando-se naturalmente pela entrada aí existente e indo parar em terrenos particulares. O inconveniente [desta solução] é aquele que decorre do alagamento de terrenos onde estão agora edificando. Novas reclamações adviriam. A solução definitiva seria outra. Como os prédios pares tem suas

24 Os anais da Câmara dos Vereadores registram que é também desse período (limiar da década de 1920) a reivindicação pelo calçamento das rua e travessa Jacarehy: REQUERIMENTO N. 16, DE 1919: Requeiro ao sr. Prefeito se digne mandar orçar, pela repartição competente, o calçamento da rua e travessa Jacarehy. Sala das sessões, 11 de janeiro de 1919. – Almeirindo Gonçalves. – À Prefeitura. REQUERIMENTO N. 56, DE 1919: A Câmara Municipal de S. Paulo decreta: Art. 1º - Fica a Prefeitura autorizada a executar o serviço de substituição do calçamento de alvenaria faceada da rua da Abolição pelo de paralelepípedos de pedra e bem assim a calçar a rua Jacarehy, no trecho compreendido entre a travessa do mesmo nome e a rua da Abolição, correndo as despesas por conta da autorização contida na lei n. 2.041, de 30 de dezembro de 1916. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões, 2 de agosto de 1919. – Almeirindo M. Gonçalves, José Maria Passalacqua. – Às comissões reunidas de obras e finanças.

25 Processo nº 10626-J, Caixa J1, 1923, AOP/AHMWL.

soleiras cerca de 1.20m mais altas do que as dos prédios ímpares e a rua não foi ainda regularizada no trecho que interessa ao presente caso, a primeira coisa a fazer-se seria a regularização definitiva da rua. Seriam feitos, depois, as sarjetas ao longo dos prédios pares e ímpares; construídas duas bocas de lobo no ponto de encontro das duas rampas da rua; construído o trecho de 60m de galeria da rua ao baixo do Q. de Águas. Levar a efeito o sarjetão indicado no começo desta informação seria fácil; mas, repetindo o que já disse na primeira informação, não seria aconselhável; a rua não está em estado de se fazer qualquer obra, que resultaria em pura perda.

25/10/1923

Sr. Diretor,

Depois de regularizada a rua, deve a Prefeitura indicar ao Governo do Estado a construção de bocas de lobo necessárias ao recolhimento das águas do local por lhe competir a ele Governo tais serviços.

03/11/1923

Ao Sr. Prefeito,

É conveniente declarar, por despacho, à parte, a quem incumbe o serviço de águas. Depois, deve ser encaminhada a esta Diretoria para a (regularização?) da rua.

06/11/1923

Sr. Eng. Chefe da III Seção,

Na presente data foi feito pela turma a regularização da trav. Jacarehy, de acordo com o perfil junto.

08/02/1924

(Processo n° 10626, Caixa J1, 1923, AOP/AHMWL)

Figura 13: Desenho elaborado pelo engenheiro da 3ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação Municipal, para ilustrar uma possível solução para o problema das “águas pluviais” na Travessa Jacarehy.

CAPÍTULO 2

A VILA BARROS

Naquela São Paulo remodelada, a população estava rendida aos interesses da iniciativa privada, que pretendia extrair o maior rendimento possível do mercado de casas de aluguel, bem como reproduzir indefinidamente, em ‘regime de franca liberdade’, a dinâmica puramente especulativa do mercado de terrenos. A alta densidade habitacional, o alto custo e o baixo padrão das habitações da gente pobre e trabalhadora da Pauliceia eram descritos e denunciados por diversos veículos e atores, que, a partir do retrato das condições de higiene dos cômodos ou cubículos, desfiavam uma teia de considerações a respeito da índole de seus moradores. Apontando a manifesta insuficiência de habitações, bem como a omissão dos poderes públicos e o caráter duvidoso da iniciativa privada, mais interessada no ganho econômico do que na qualidade habitacional, insistiam:

Não há hoje problema que mais preocupe a população da cidade (...). Mais que a carestia de gêneros, a de habitações atribula a totalidade do povo. (...) A cidade é uma só pensão. Não há por aí casa, que não sendo palacete, não dispense um, dois e três quartos para pensionistas, com que até bem pouco tempo ninguém contava. E por que preço! Leiam-se os anúncios de cômodos e pensões: são alugueis de prédios inteiros por um quarto apenas. (OESP, O problema das casas, 19/04/1920, apud SEVCENKO, 2009, p. 128)

Oh! Os cortiços. (...) Ora, depois da gripe, era de se esperar que nossas autoridades não perdessem de vista os cortiços, e, ou tratassem de acabar com eles ou exigissem de seus proprietários uma higiene rigorosa, rigorosamente fiscalizada. Entretanto, nada ou quase nada foi feito nesse sentido, e os cortiços continuam a aumentar de número, pomposamente denominados de ‘vilas’ e dando rendimentos fabulosos aos proprietários. (OESP, 04/02/1921, apud KOWARICK, 1994, p. 78)

Nesses cortiços não moram, amontoam-se os pobres seres, em telheiros de zinco, em porões, nos quais seres irracionais não ficariam! E o preço exorbitante desses pardieiros! E a escala ascendente de seus alugueis, sem uma lei que coíba essa extorsão abusiva em que a ambição dos proprietários corre parelha com a ganância em tirar proveito dos menores recantos de suas propriedades. Pois encontramos em um cortiço, num só cômodo, reunidas a cozinha e a privada! (...) Ao lado de cada porta, há o clássico fogareiro de late de querosene. As mulheres, ao tanque, lavam, cantando ou ralhando com as crianças ou discutindo entre si.

(Habitações Coletivas em São Paulo, In: Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1926, p. 292)

Desde o final do século XIX, a fórmula que a legislação desenhava como modelo ideal de moradia para os pobres era o das casas unifamiliares em vilas – ou seja, “casas para trabalhadores, com entrada para um pátio comum, porém em melhores proporções que as dos atuais cortiços”.¹ Erguidas de acordo com um padrão superior ao da tipologia que caracterizava os cortiços de então – fileiras de cubículos cobertas de meia-água – no interior das casas das vilas, as paredes definiam “sub-espacos minúsculos, atenuando a ‘promiscuidade’ do cômodo único do cortiço”.² Estabeleciam ainda a rígida separação entre os espaços de uso público e privado, desenhando os cômodos que acomodariam uma ‘pobre-porém-decente’ família trabalhadora, cuja casa deveria ter uso exclusivamente residencial.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, face ao progressivo agravamento das condições de alojamentos dos trabalhadores urbanos, centenas de normas vieram atualizar, substituir, complementar e/ou especificar as anteriormente elaboradas, criando uma profusão de modelos e ‘soluções’ que nunca foram implementados de forma concreta. Cabe aqui apenas anotar que, no bojo do processo de produção de vilas, diferenciou-se “um outro processo especificamente destinado à produção de vilas operárias. A diferença essencial que distingue as vilas operárias reside no fato de que elas são propriedade das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa”.³ Dessa forma, nem todas as vilas eram ‘vilas operárias’ ou ‘vilas industriais’. A Vila Barros é um exemplo nesse sentido: era uma vila construída por um empreendedor particular, interessado em alugar suas casas e cômodos localizados no centro da cidade.

Apesar de as exigências e padrões legais para edificações terem sido constan-

1 Conforme o disposto em 1886 pela edilidade paulistana. O Padrão de fevereiro de 1889 viria a consolidar uma lista extensa e minuciosa de diretrizes para a construção de habitações populares, notadamente das vilas, que deveriam ser construídas fora do perímetro comercial. Ver CAMPOS, 2008.

2 A afirmação é de ROLNIK, 1989, p. 68.

3 BLAY, 1985, p. 11.

temente detalhadas e consolidadas ao longo das primeiras décadas do século XX,⁴ a legislação nunca foi capaz de impedir a proliferação de cortiços e habitações precárias. O aumento da demanda por moradia e a valorização dos terrenos no centro estimulavam a superutilização do lote e das construções pelos empreendedores particulares, de tal modo que o aparato regulatório, apesar de rigoroso, nunca operou de maneira eficaz no sentido de determinar a forma da cidade. Assim,

o fato de o higienismo ter transformado suas posturas em leis não significava que essas normas eram obedecidas na prática. Pelo contrário, já no final do século XIX começou a se ampliar o fosso entre os padrões legais e a atividade de construção de moradias populares, empreendida quase sempre por particulares que visavam obter delas rendimentos por meio da cobrança de aluguel. A construção barata era uma exigência intrínseca ao negócio, pois os níveis de remuneração dos trabalhadores não permitiam alugueis elevados. Os cortiços e as casas coletivas eram, portanto, essenciais para a reprodução da força de trabalho a baixos custos e, enquanto tal, não podiam ser reprimidos e demolidos na escala prevista pela lei e desejada pelos higienistas. (...). Embora existam inúmeras referências à demolição de habitações tidas como insalubres, nunca o poder público pôde levar a lei ao pé da letra pois isto significaria deixar ao desabrigo boa parte dos trabalhadores urbanos. (...). Ao se chocar com as condições econômicas estruturais, baseadas nos baixos salários e em regras mercantis de produção de moradias de aluguel, o higienismo perde sua arrogância. Nem por isso, contudo, a legislação urbana tornou-se letra morta. Pelo menos até meados da década de 1920, a fiscalização e a polícia sanitária mantiveram-se ativas e vigilantes.

(BONDUKI, 1998, p. 39)

Mesmo nos casos em que o empreendimento era aprovado após rigorosa avaliação por parte da Diretoria de Obras Municipal, no sentido de adequar cada detalhe do projeto à legislação vigente, o imóvel poderia vir a ser ocupado por numerosas famílias. Os “baixos salários” e as “regras mercantis de produção de moradias de aluguel” faziam da superlotação de cômodos a única estratégia de sobrevivência possível à maior parcela dos trabalhadores urbanos. Nos desvãos abertos pelas tensões que ora aproximavam e ora opunham Francisco de Barros e a Diretoria de Obras, os usos e normas prescritos para os espaços projetados seriam reinventados pela população e suas práticas perturbadoras do espaço social – ‘promiscuidade’, epidemias, greves e todo tipo de ‘desordens’.

A Vila Barros era formada por quatro conjuntos de casas, conhecidos como

4 Ver, a esse respeito, CAMPOS, 2008.

‘Navio Parado’, ‘Vaticano’, ‘Geladeira’ e ‘Pombal’. Cada uma das edificações era marcada por uma tipologia peculiar, que guarda em si a história construtiva da Vila. Composto por 13 construções independentes e dezenas de cômodos, esse conjunto de habitações figura pela primeira vez como ‘Vila Barros’ em fevereiro de 1923, quando Francisco de Barros encaminha à Diretoria de Obras e Viação Municipal o pedido para construção do ‘Navio Parado’, pavilhão composto por 23 casas geminadas, maior edifício da Vila. Nesse pedido, o proprietário-construtor apresenta uma planta que reúne todos os sobrados, construídos e/ou por construir, no seu enorme terreno, que dava frente tanto para a Rua de Santo Amaro quanto para a travessa Jacarehy:

Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros, proprietário de terreno que dá frente para a rua S. Amaro nº 58 e [rua] Jacarehy e Travessa Jacarehy, que desejando construir 30 casas de acordo com a planta junta vem pedir a necessária aprovação da mesma.

07/02/1923

O interessado deve juntar uma planta exata do terreno e locais dos prédios com a devida precisão, afim de evitar equívocos. O projeto das fachadas não satisfaz, tratando-se de construções quase no centro da cidade. As áreas da frente (30,00m²) e dos fundos (12,00m²) devem ser calçadas.

14/02/1923

(Caixa OP138/54, Processo nº 4763A, Caixa J1, 1923, AOP/AHMWL)

Este pedido, de fevereiro de 1923, é a última das dezessete solicitações encaminhadas pelo Sr. Francisco de Barros à Diretoria de Obras Municipais relativas à construção da Vila Barros.⁵ O ‘Navio Parado’ foi a última edificação a ser projetada; é, no entanto, peça fundamental à compreensão da identidade da Vila: é devido a esse extenso pavilhão assobradado que surge uma rua interna de circulação, comum a todas as casas ali construídas. O ‘Navio Parado’, ao ocupar o miolo do lote, conferiu um aspecto de conjunto às edificações construídas sobre aquele terreno, que passaram a estar interligadas (entre si e com a rua) por meio de uma via interna calçada.⁶ Mais do que caracterizar o nascimento formal da Vila Barros, o ‘Navio Parado’ sinaliza ainda o caráter que ela assumiria perante a cidade: o de cortiço insalubre, evidência incontornável que expunha com ressonância amplificada a precariedade das condições de alojamento dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos:

5 São dezessete solicitações relativas às três ruas que circunscrevem o terreno onde se localizava a Vila Barros (ruas de Santo Amaro, Jacarehy e Travessa Jacarehy). Investigações anteriores já indicaram que Francisco de Barros era proprietário também de terrenos em outros pontos da cidade de São Paulo (ver, por exemplo, SCHNECK, 2016, p. 97). No presente estudo, porém, delimitamos como objeto de análise apenas os processos de aprovação de plantas relativos à construção da Vila Barros.

6 Conforme a definição de ‘vila’ elaborada por BLAY, 1985, p. 7.

Alguns dos pavilhões foram construídos com grandes proporções, evidenciando ou mesmo ostentando a sua finalidade. O caso mais famoso foi provavelmente o do edifício conhecido como Navio Parado, um pavilhão de grandes proporções, acomodando milhares (sic) de habitantes. Ficava nas proximidades de um córrego e era habitado por numerosas lavadeiras, que dispunham no seu grande pátio interno as roupas de seus fregueses, que secavam expostas ao sol e à poeira da cidade.

(REIS FILHO, 2001, Cadernos de Pesquisa do LAP, p. 40)

Figura 14: Desenho apresentado à Diretoria de Obras Municipal pelo proprietário, Sr. Francisco de Barros. Ao mesmo tempo em que detalha o projeto de cada uma das 30 casas a serem construídas, atende à solicitação da Diretoria no sentido de apresentar uma “planta exata do terreno e locais dos prédios com a devida precisão, afim de evitar equívocos”. Assim, no que corresponde aproximadamente ao terço superior do desenho, aparece a planta que reúne todas as edificações do terreno, construídas ou por construir: aparece configurada a Vila Barros.

O cortiço era a única alternativa habitacional disponível à maior parte das trabalhadoras e trabalhadores da cidade. Caracterizado pela insalubridade decorrente da utilização comum das latrinas, que marcou uma grande variedade de tipologias construtivas, o cortiço desponta em São Paulo ao longo das duas últimas décadas do século XIX. A cidade, que a partir de então mergulhou em um intenso e duradouro processo de crescimento populacional que se fez sentir sobretudo na crescente demanda por terrenos e habitações, testemunhou famílias inteiras de trabalhadores instalarem-se em cubículos exíguos, resultantes da divisão e subdivisão de cômodos. Ocupados majoritariamente em atividades pouco valorizadas e/ou mal remuneradas, o aluguel ou a aquisição de uma casa exigiam uma quantia de dinheiro que exorbitava, e muito, o salário dos trabalhadores da pauliceia.

O cortiço é caracterizado como a habitação coletiva situada num lote de terreno onde coabita involuntariamente grande contingente humano que precisa dividir banheiros, torneiras, tanques e outras áreas de uso comum. Marcada por péssimas condições de habitabilidade quanto a seus aspectos físicos, insalubre, sem as mínimas condições higiênicas, esta modalidade de moradia apoia-se no aluguel de cômodos de mínimas dimensões onde se espreme grande quantidade de pessoas de sexos e idades diferentes.

(KOWARICK; ANT, 1994, p. 86)

Cada uma das vinte e três casas geminadas que compunham o pavilhão era formada por um dormitório (4m x 4m), varanda (ou sala de jantar, de 4m x 4m), cozinha (3,30m x 2,0m) e banheiro (2,0m x 1,0m). O 'Navio Parado' ocupou o centro da quadra, e sua arquitetura corresponde à solução de projeto encontrada para equacionar o acentuado desnível do terreno que caracterizava o fundo do vale do córrego Bexiga. Assim, no trecho mais baixo do terreno foram instaladas vigas de concreto que davam suporte à edificação um patamar acima do solo; o acesso às casas se dava por uma escada privativa a cada uma das moradias, cujo segundo lance criava uma espécie de corredor entre o dormitório e a cozinha. No patamar acima do solo havia, ainda, um corredor externo, que se estendia de ponta a ponta da fachada do pavilhão, unindo todos os dormitórios a uma varanda de circulação externa. Imediatamente abaixo, no vão criado pelas vigas de concreto, formava-se um corredor de circulação térreo, que se abria para o pátio interno da Vila Barros.

Principal edifício do conjunto, o 'Navio Parado' ocupava o antigo vale do rio Bexiga. De grandes dimensões, tinha dois pavimentos e era ladeado por varandas que serviam simultaneamente de área de circulação, de sociabilidade e cozinha. Cada unidade do cortiço, segundo relatos de antigos moradores, era constituída de dois cômodos com dimensões razoáveis. Isolado no terreno, o 'Navio Parado' foi de certo modo o primeiro bloco habitacional da cidade.

(BONDUKI, 1998, 56)

Além das 23 casas que compunham o pavilhão, o pedido de 07 de fevereiro de 1923 solicitava autorização para construir ainda mais uma casa de 90m² e seis casas iguais de 52m² cada – totalizando, assim, 30 casas. Estas sete casas restantes, conforme a localização no interior do terreno indicada pela planta submetida à aprovação, correspondem ao casario que ficou conhecido como ‘Geladeira’. Enquanto a casa maior conta com sala (4,0m x 4,0m), dois dormitórios (4,0m x 2,8m), varanda (4,0m x 4,0m), cozinha (2,90m x 2,80m) e banheiro (2,0m x 1,0m); as seis casas menores contam apenas com um dormitório (4,0m x 4,0m), varanda (4,0m x 4,0m), cozinha (2,50m x 3,0m) e banheiro (1,30m x 3,30m). Consta no pedido, ainda, o detalhamento dos materiais a serem utilizados:

MEMORIAL

Para a construção de 30 casas a rua S. Amaro nº 58, em terreno firme. Alicerces em concreto de pedregulho e cimento. Paredes em alvenaria de tijolos assentes com argamassa de cal e areia revestidas com a mesma argamassa. Cobertura com telhas nacionais sobre madeiramento de peroba. Camada isolada dos alicerces será de três fiadas de tijolos assentes com argamassa de cimento e areia. Porão liso e suas paredes será impermeabilizado e providos (sic) de ventiladores de ferro fundido e provido de tela de malhas estreitas. No dormitório será colocada veneziana. Calhas e condutores serão de ferro galvanizado. O piso da cozinha e W.C. será ladrilhado e as paredes impermeabilizadas até a altura de 1,50. Ao redor do prédio será feita uma sarjeta de 1,00 de largura. Forros serão de pinho do Paraná. Esquadrias serão de peroba e pinho do Paraná. Assoalhos serão de peroba sobre vigamento da mesma madeira. Será observado o que dispõe o art. nº 4 do art. 136 (sic) do ato 1235, isto é, as ruas serão calçadas como figura na planta.

As plantas e o memorial delineavam um conjunto de casas que se fazia merecedor da anuência da Diretoria de Obras e Viação: o pedido para a “construção de 30 casas” foi aprovado em um curto lapso de 24 dias. Os engenheiros encarregados da aprovação do pedido apresentaram apenas duas objeções pontuais; uma que se referia ao aspecto das fachadas, cujo “projeto não satisfaz, tratando-se de construções quase no centro da cidade”, e outra que lembrava ao interessado que “as áreas da frente (30,00m²) e dos fundos (12,00m²) devem ser calçadas”. À primeira vista, os desenhos apresentados conferem organização e salubridade aos espaços – tanto internos quanto externos – da moradia proletária. Os dormitórios e varandas são de dimensões razoáveis e possuem, invariavelmente, janelas. Nos fundos, as cozinhas e os banheiros contam com entradas independentes. No desenho à bico de pena, estas casas eram portadoras dos atributos que as autoridades municipais julgavam necessários ao coabitarem “adequado”, “salubre”, de uma família trabalhadora.

As plantas apresentadas ajustavam-se ao modelo criado pela legislação sani-

tária e construtiva em vigor nos anos 1920, cujas disposições, em linhas gerais, estabeleciam pés direitos e áreas mínimas diferenciadas segundo a finalidade do aposento, vetavam a habitação em garagens e formalizavam a proibição de se cozinhar fora das cozinhas. Durante toda a Primeira República, apesar da escassez de alternativas habitacionais para a população de baixa renda, o poder público limitou-se a regulamentar formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, trabalhando com um modelo de cidade ideal a ser construída e editando, com esse objetivo, regulamentações de “não pode”. As disposições tanto do Código de Posturas Municipal, de 1886, quanto do Código Sanitário Estadual, de 1897, no que diz respeito à “habitação das classes pobres” ou “habitações insalubres” são exemplos basilares dessa postura.⁷ O Padrão Municipal de 1920 e o Código Sanitário de 1918 (atualizações dos Códigos anteriores), apesar de serem mais sofisticados, saindo da generalidade das proibições para discriminar regras construtivas bastante precisas, aprofundam a lógica segundo a qual a escassez e a insalubridade habitacional seriam resultado da mera inobservância das diretrizes técnicas estabelecidas pela Prefeitura – e não da alta geral dos preços dos alugueis, baseada no binômio baixos salários/prática especulativa com terrenos.

Os códigos vão ficando cada vez mais detalhados e minuciosos; do código de posturas que tratava de tudo que não se pode fazer na cidade aos códigos de obra da década de 20, é um caminho que vai da generalidade para a particularidade, da punição para a positividade de um “modelo alternativo a seguir”, detalhadinho. Mas, contra o desejo dos higienistas os males da cidade resistem: os desvios persistem, os focos aumentam. A legislação urbana conseguiu no máximo detalhar claramente as regiões “clandestinas”, os espaços fora-da-lei, denomina-los, e não acabar com eles.

(ROLNIK, pg. 114)

Durante todo o período, a concessão de estímulos e isenções ao setor privado para a construção de casas para aluguel foi a única medida aceita pelo Estado para incrementar a produção habitacional.⁸ Com base no discurso e na legislação higienistas o Estado limitava-se a fiscalizar a maior ou menor adequação dos empreendimentos aos parâmetros estabelecidos em lei e a reprimir, por meio de despejos e demolições,

7 As Posturas Municipais de 1886 e o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 proíbem terminantemente a construção de habitações populares no centro da cidade. Estabelecem, ademais, uma série de proibições quanto a áreas mínimas, recuos, portas e janelas.

8 Durante a Primeira República, o investimento de capitais no mercado de alugueis era um negócio bastante rentável: “a existência de excedentes econômicos nas mãos de investidores de diversos portes, a restrita capacidade de aplicação no setor industrial, a expansão e retração cíclica da cafeicultura, a valorização imobiliária e a grande demanda por habitação em São Paulo, os incentivos fiscais e a inexistência de controles estatais dos valores dos alugueis – tudo isso tornou o investimento em moradias de aluguel bastante atraente durante a Primeira República.” BONDUKI, 1998, p. 45.

as situações em que a precariedade das moradias chegava ao extremo. Declarações de várias ordens e matizes reconheciam nessa forma de habitação a origem de múltiplos males. Assim, forjava-se um consenso entre autoridades públicas, técnicos e especialistas, segundo o qual sanar e sanear a cidade passava necessariamente pela eliminação dos cortiços – ao menos da área central, que se modernizava e estava destinada a ser o cartão-postal da metrópole em formação.

A vida em comunidade acarreta inconvenientes que se estendem desde o enfraquecimento direto das condições de resistência do organismo individual até a ameaça, na ordem moral, de dissolução da própria família. Parte, e não pequena, de semelhantes inconvenientes vai encontrar a sua origem nas ‘condições de alojamento’ (...). Procuram atenuá-los os ‘Códigos Sanitários e as Posturas Municipais sobre Habitações’. Eis a sua missão:

Primeiro – positivo, de proteção e amparo – proporcionar à parte da população que aspira viver num ambiente sadio e decente, e educar a sua prole em condições de dignidade, disposições que lhe facilitem realizar essa tão legítima ambição;

Segundo – negativo, de repressão e polícia – impedir que a parte restante, a qual pouco se importa com tudo isso ou é incapaz de tentar o esforço necessário para o alcançar, possa criar situações que venham a constituir ameaça para os vizinhos, para a comunidade e para a civilização.

(FREIRE, 1918, p. 231)

No entanto, no caso do ‘Navio Parado’ (bem como em todas as demais edificações da Vila Barros), apesar de o projeto descrever a construção de casas “completas” e, ainda mais, localizar as áreas de cozinhar, comer e lavar roupas no fundo de cada moradia – o que, a princípio, as definiria como “regiões íntimas” e exclusivas ao coabitar da família –, a contiguidade das casas misturava famílias, idades e etnias. Ainda que o interior das casas estivesse dividido segundo funções, sexos e idades, “o espaço semi-público do cortiço, corredor/pátio”, era vivenciado “simultaneamente por grupos sociais diversos, que tem em comum o fato de serem os grupos mais miseráveis da cidade: imigrantes, recém-chegados e recém-ingressantes no trabalho fabril, negros e mulatos que ocupam o famoso “setor degradado” da produção, em cujo limite se encontram as prostitutas, criminosos e vadios”.⁹

A aparente privacidade e salubridade dos espaços delineados no papel contrasta, assim, com as fotografias da Vila Barros, disponíveis no Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. As imagens, produzidas em 1942 por Benedito Junqueira Duarte,¹⁰ registram a disposição espacial das edificações no interior do ter-

9 ROLNIK, 1981, p. 59.

10 Benedito Junqueira Duarte era fotógrafo e, a partir de 1935, passou a chefiar a Seção de Iconografia

reno e o aspecto exterior das fachadas – ou seja, registram o conjunto edificado que as plantas submetidas à aprovação da Diretoria de Obras, vinte anos antes, apenas prescrevia. As imagens exibem ainda alguns dos moradores e moradoras, suas roupas e pertences, seu movimento e afazeres nos espaços semi-públicos da Vila Barros, tais como varandas, escadarias e pátio. As fotografias acrescentam ao conteúdo de cunho eminentemente normatizador das plantas aprovadas, o registro, ainda que fragmentário, da sociabilidade no interior do cortiço.

Em que pese o intervalo de vinte anos entre a elaboração das plantas aprovadas e a execução da série fotográfica – ou talvez até mesmo graças a ele –, o cruzamento entre estas duas fontes documentais é recurso indispensável ao esforço de compreensão das disputas que forjaram o espaço social da Vila Barros. Cada uma delas carrega em si um conjunto de tensões subjacentes tanto à construção quanto à permanência da Vila: os pedidos de aprovação de plantas expressam, sobretudo, o embate entre o empreendedor particular e o urbanismo nascente, entre o proprietário, Francisco de Barros, e o poder público, na figura da Diretoria de Obras e Viação Municipal; as fotografias, por sua vez, assinalam o conflito entre as prescrições morais-higiênico-sanitárias e os usos e práticas da população que ocupava e cotidianamente reinventava este espaço. Ademais, foi somente a partir da comparação e contraste entre as plantas e as fotografias que foi possível concluir que o terreno originalmente apresentado à Diretoria de Obras, em 1923, sofreu uma espécie de desmembramento, de tal modo que a Vila Barros deixou de incluir o sobrado de esquina entre as Rua e Travessa Jacarehy. As razões e a data desta cisão não puderam ser esclarecidas.

Figuras 17, 18 e 19

Na planta ao lado, o perímetro delimitado em vermelho escuro corresponde à área que, por uma razão desconhecida, deixou de fazer parte da Vila Barros. Os detalhes de duas fotografias de B.J.D. (reapresentadas acima) registram que estas duas casas no alinhamento da Rua Jacarehy “davam as costas” para o pátio da Vila.

do recém-criado Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ao longo de década de 1940, Benedito Junqueira Duarte produziu uma série de filmes e registros fotográficos a respeito das habitações operárias na cidade. Para sua trajetória como documentarista ver MACHADO Jr, 2004.

Figura 22: Plantas das casas geminadas que compunham o pavilhão 'Navio Parado'. A janela dos dormitórios abria-se para a rua interna de circulação do cortiço; abaixo dos dormitórios, no vão criado pelas vigas de sustentação no patamar térreo, formava-se um corredor que unia as entradas das 23 casas.

Figura 23: O 'Navio Parado' visto do segundo andar de um dos sobrados que formavam o 'Pombal'. Abaixo, em primeiro plano, vê-se um conjunto de casas construído à revelia de qualquer processo de aprovação e/ou fiscalização por parte da Prefeitura Municipal.

Figura 24: À esquerda observa-se o ‘Navio Parado’; à direita, o ‘Pombal’. No centro da foto, o pátio interno da Vila Barros, dominado pelas roupas e lençóis estendidos nos varais.

Figura 25: Rua interna calçada com paralelepípedos, conforme estabelecia o “nº 4 do art. 136 do ato 1235” (declarado no Memorial construtivo). À direita, sequência de vigas que dava sustentação ao ‘Navio Parado’.

Figuras 26 e 27

Planta apresentada para a construção do conjunto de sete casas que, posteriormente, passaria a ser conhecido como 'Geladeira'. Para estas casas, não foi apresentado nenhum corte transversal, de tal modo que não fica claro se seriam construídas casas térreas ou assobradadas. As fotografias de 1941, no entanto, evidenciam que foram construídas casas de dois patamares.

Figura 28

No quadrante inferior direito aparecem dois sobrados que compõe o conjunto apelidado como 'Geladeira'. À esquerda, o 'Navio Parado'.

Figuras 29 e 30

Pátio do 'Geladeira', cujos desvãos e lances de escadas compõe uma circulação um tanto quanto labiríntica. Chama a atenção a quantidade de roupas estendidas nos varais.

Figura 31

Pátio do 'Geladeira'. Nota-se, em primeiro plano, o telhado improvisado de uma edificação térrea que não aparece na planta aprovada pela Diretoria de Obras Municipal.

Figura 32

Mulheres lavam roupa em meio ao pátio, enquanto as crianças brincam sob as roupas estendidas nos varais.

Enquanto a expedição do alvará para a construção das 30 casas que formavam o ‘Navio Parado’ e o ‘Geladeira’ levou apenas 24 dias, a aprovação das plantas dos cinco sobrados do ‘Pombal’ se deu ao longo de um intervalo de dois anos e meio. Há, portanto, uma diferença significativa entre a dinâmica de obtenção destas autorizações. Enquanto aquele último pedido foi autorizado em menos de um mês, o processo de aprovação das plantas do ‘Pombal’ se deu forma mais distendida e demorada, por duas razões principais. Primeiro porque o proprietário-construtor, Francisco de Barros, encaminhou um a um os pedidos de autorização; ou seja, para cada sobrado formulou uma solicitação independente à Diretoria. Em segundo lugar porque, em alguns destes processos, os engenheiros da Seção Técnica encarregada exibiram um rigor acentuado na análise de cada detalhe dos cálculos e dos desenhos apresentados, o que compeliu o sr. Francisco de Barros a alterar e a refazer suas propostas por diversas vezes, antes de obter as licenças para construir.

Os sobrados do ‘Pombal’ foram erguidos no alinhamento da Travessa Jacarehy: dos “dois prédios sitos à Travessa Jacarehy, nº 3 e 5”, passou-se aos de número 7 e 9; depois ao de número 13 e, por fim, ao sobrado de número 15.¹¹ Os pedidos foram

11 Como detalha o Anexo I desta dissertação. A fim de facilitar a narrativa, neste capítulo faremos referência detalhada apenas a alguns dos processos, a fim de levantar questões úteis para a discussão dos processos subjacentes à constituição do espaço social da Vila Barros.

encaminhados entre setembro de 1920 e fevereiro de 1923 e correspondem, assim, às primeiras edificações a serem construídas por Francisco de Barros em seu terreno no vale do córrego Bexiga. Foram, ao todo, oito requerimentos relativos à pedidos de alinhamento, autorização para construção de muros, aprovação e/ou substituição das plantas. Encaminhados à Diretoria de Obras regular e consecutivamente, todos as solicitações foram aprovadas.

Merece atenção o fato de que quatro dos cinco sobrados aprovados tiveram, a pedido de Francisco de Barros, suas plantas recém aprovadas substituídas por outras, novas, que invariavelmente aumentavam a área total a ser construída, o número de cômodos e subdivisões no interior da mesma construção, ou ambas as coisas.¹² A separação e o intervalo de tempo entre a apresentação de cada um dos pedidos indica que, quando deu início à sua atividade construtiva, Francisco de Barros provavelmente ainda não tinha uma visão de conjunto do empreendimento que estava por construir. A constante reformulação das plantas no sentido de aumentar o número de casas e/ou cômodos assinala, no entanto, que ao longo dos quase três anos em que investiu na construção de casas para aluguel, o proprietário-construtor via vantagens crescentes no negócio.

Enquanto os desenhos expressam um significativo esforço projetual no sentido de assegurar o máximo aproveitamento do terreno, a Diretoria de Obras e Viação Municipal buscava, por meio de correções e críticas aos esquemas apresentados, estabelecer os limites que, em tese, assegurariam a “qualidade” e a “salubridade” das construções. A tensão entre os interesses do proprietário do terreno, de um lado, e as regulamentações construtivo-sanitárias apresentadas pela Diretoria, por outro, está registrada sobretudo no pedido de aprovação de planta relativo aos dois primeiros sobrados erguidos no alinhamento da Travessa Jacarehy, sob os números 3 e 5. Em 23 de fevereiro de 1921, o Sr. Barros solicitou a substituição das plantas anteriormente aprovadas das casas nº 3 e 5, uma vez que desejava modificá-las:

Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que tendo aprovado a sua [planta] para a construção de 2 casas a travessa Jacarehy nº 3-5 como se vê junto a este, e desejando modificar de acordo com a nova vem pedir a necessária substituição da mesma.

(Processo nº 17603, Caixa J1, 1921, AOP/AHMWL)

Se o primeiro pedido para os números 3 e 5 havia sido aprovado em outubro de 1920 no intervalo de apenas uma semana, sem qualquer resistência ou objeção por parte da Diretoria de Obras, neste pedido o crivo do poder público é mais exigente. O processo registra que a planta submetida à aprovação teve que ser alterada e reelaborada por, pelo menos, 3 vezes. O responsável pelo rigor na análise das plantas

12 Vale notar que, conforme registram os processos de aprovação de plantas, cada pedido encaminhado à Diretoria de Obras tinha um custo de mil réis de expediente.

apresentadas era o engenheiro Arthur Saboya, técnico urbanista devotado ao estudo, aplicação e atualização da legislação construtiva. Neste pedido, ele levanta uma série de objeções quanto a aspectos do projeto que estavam em desacordo com a Lei 2332/1920, que estabelecia o Padrão Municipal para as construções particulares no município de São Paulo.

Promulgada em 09 de novembro de 1920 – no exato intervalo de tempo entre o primeiro e o segundo pedido de aprovação de planta para os sobrados de nº 3 e 5 –, a Lei 2332 era um código completo a ser seguido no campo da construção civil. Definia formalmente conceitos como área, lote, alinhamento, habitação; estabelecia a divisão da cidade em zonas; padronizava diretrizes para a elaboração dos projetos, definindo a altura mínima dos pés-direitos de cada pavimento e, nesse particular, introduzia a distinção entre porões e embasamentos; estabelecia ainda regras para a arquitetura das fachadas. No que diz respeito à execução das obras, normatizava a utilização dos materiais e a construção de alicerces, paredes, pisos e coberturas.

A Lei 2332 tornou-se a régua matriz com a qual os engenheiros da Diretoria de Obras passam a medir e avaliar os projetos para edificações. Sua recente promulgação – a lei vigorava há apenas três meses quando Francisco de Barros solicitou a substituição das plantas dos dois sobrados da Travessa Jacarehy –, explica o crivo rigoroso de Arthur Saboya na aplicação dos dispositivos, sobretudo quanto à “existência de dormitórios no embasamento”:

As espessuras das paredes externas e da fachada infringem ao art. 192, a. As das internas infringem ao art. 192, d. Não podem existir dormitórios no embasamento (e não porão como está nas plantas) por não haver altura mínima de 3m (art. 66, §1º). Resumo: 66, §1º e 192 a e d da Lei 2332.

09/03/1921

Ainda não posso dar as custas para a licença. Em primeiro lugar, no prédio maior, haverá um embasamento (em relação à fachada dos fundos, visto o terreno circundante só ser mais elevado na fachada da frente) com altura de 2m, pelo que os cômodos aí projetados com a designação “porão para utensílios da casa” não podem ser aceitos. Art. 106. Depois, as paredes internas devem obedecer ao que está prescrito no art. 192, d quanto à espessura das paredes.

23/03/1921

As plantas foram modificadas mas continua o defeito quanto ao destino dos cômodos do porão da casa maior que não pode ser o de dormitórios. A parte poderá compreender. Art. 101, Lei 2332.

14/04/1921

(Processo nº 17603, Caixa J1, 1921, AOP/AHMWL)

A nova legislação era inspirada no Building Code de Nova York e sinaliza a crescente influência do urbanismo americano, ao favorecer o adensamento urbano e potencializar o rendimento dos terrenos. Em São Paulo, desde o final da década de 1910, o debate a respeito do “rendimento urbano” era alimentado sobretudo pelo Diretor de Obras e Viação Municipal, Victor da Silva Freire, que afirmava que o Código de Posturas de 1886 “com as exigências descabidas que lhe introduzem as aspirações da higiene ‘ideológica’, é contraproducente”.¹³ A Lei 2332/1920 incorporava novos parâmetros construtivos, julgados mais adequados ao crescimento e modernização da cidade: ao mesmo tempo em que reduzia a altura mínima exigida para os pés-direitos, introduzia o debate norte-americano sobre a utilização dos embasamentos. Assim, enquanto de acordo com o art. 101 da referida legislação, era proibida a habitação nos porões, podendo apenas “ser utilizados para despensa, adegas e depósitos”; o art. 106 estabelecia que o embasamento poderia “ser aproveitado para compartimentos de dormir e de permanência diurna, se tiver suficiente pé-direito, iluminação e insolação, de acordo com a presente lei, e se dispuser também de uma latrina interna ou externa”.

Há um grande equívoco no espírito público; tende ele a confundir ‘embasamentos’ e ‘porões’, colocando ambos na mesma condenável categoria. Nada menos acertado e exato. Os dois são totalmente diferentes. Muitos embasamentos são adequados para habitação; poucos porões se acham em tal caso. Repare-se que embasamento foi definido como um andar cujo piso fica abaixo do terreno exterior mesmo em diminuta profundidade. Alguns ficam-lhe inferiores apenas um ou dois degraus; prática e claramente valem tanto do ponto de vista higiênico como o andar superior; seria desarrazoado proibi-lhes a ocupação. Onde há um certo arbítrio é na demarcação da fronteira, a partir da qual um andar, em tais condições, passa a ser condenável, de aceitável que era. É evidentemente discutível – no papel, pelo menos – que o que era bom até 1,40 metros, passe a ser ruim com 1,41. Mas esse argumento surge sempre que há necessidade de fixar uma regra ou norma determinada e precisa. Não merece a pena discuti-lo; basta fazer notar que não há prejuízo nem dificuldade apreciáveis para quem quer que seja e conformar-se com a craveira formulada. Essa craveira – de metade do pé direito para cima do terreno circundante adjacente – tem a sustenta-la uma experiência de cinquenta anos. Como durante tão dilatado período nenhum inconveniente lhe foi arguido, nada mais há a fazer do que conservá-la.

(FREIRE, 1918, pp. 263-266)

13 FREIRE, 1918, p. 266. Victor Freire foi o principal idealizador da Lei 2332/1920. A conferência apresentada em 1918, “Códigos Sanitários e Posturas Municipais sobre Habitações”, da qual foi extraída a citação a seguir, é a resposta a uma consulta, endereçada ao Instituto de Engenharia pela Câmara Municipal de São Paulo, a respeito de um projeto de reforma das suas Posturas sobre construções.

Acompanham o processo apenas as plantas aprovadas pela Diretoria de Obras, quase dois meses depois da realização do pedido, nas quais não figura nenhuma destinação aos compartimentos dos embasamentos das duas casas a serem construídas. Uma vez ajustadas as plantas, as autorizações foram concedidas sem quaisquer objeções relativas às condições do terreno, à condição legal da rua ou à existência ou não de infraestrutura no local.

Apesar do rigor na tentativa de adequar o projeto à legislação, a fiscalização da Diretoria não foi capaz de garantir a salubridade das construções. As fotografias evidenciam, por exemplo, que o uso dos cômodos não correspondia exatamente aos propostos no projeto. As plantas aprovadas para os nº 3 e 5 indicavam que os sobrados contariam, além de cozinha, banheiro e varanda, com: “depósito de lenha e carvão”, “sala para costura”, “rouparia”, “quarto de empregada”, “despensa”, “lavanderia”, “quarto para engomar”, “adega” e “sala para garrafas” (ver figura 33). As fotografias indicam que dentro de uma mesma casa habitava muito mais que uma família: as imagens mostram grande número de roupas estendidas nas janelas e varais, além de dezenas de crianças brincando no pátio; há, ainda, colchões, travesseiros, cadeiras e vasos amontoados pelos cantos das varandas, compondo com o aspecto das fachadas a figura de uma edificação bastante deteriorada.

Figura 33

Travessa Jacarehy, nº 3 e 5. Planta aprovada em 19 de abril de 1921. Nota-se que os compartimentos das casas eram todos intercomunicantes, não havendo espaço para corredor, a não ser do lado de fora - configuração que praticamente eliminava a privacidade entre os cômodos.

O esforço por parte da autoridade municipal no sentido de vigiar a salubridade das residências se faz notar em especial na intimação dirigida pela Diretoria do Serviço Sanitário ao proprietário-construtor, em novembro de 1921. Francisco de Barros foi intimado a fazer “reformas no terraço” do casarão ‘Vaticano’, um antigo casarão colonial do final do século XIX, localizado no alinhamento da Rua de Santo Amaro, nº 58. O ‘Vaticano’ era a edificação mais antiga da Vila, a única que não foi construída pelo Sr. Barros. Sua planta, infelizmente, não pode ser localizada no Acervo de Obras Particulares da Prefeitura de São Paulo. Quanto a ele, foi localizado apenas este pedido de autorização para as reformas:

Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros, que, desejando fazer algumas reformas no terraço existente da rua Santo Amaro nº 58, **reformas essas na balaustrada do mesmo e cimentação do piso e abrir 4 portas no prédio existente para dar saída para o terraço em vista de ter sido intimado pela Diretoria do Serviço Sanitário para fazer as mesmas**, vem com todo o respeito pedir a necessária licença.

25/11/1921

Sr. Chefe da Seção.

Obras internas de reforma. Valor igual a 300\$000. L. urbano.

30/11/1921

(Processo nº 39994, Caixa 55, 1921, AOP/AHMWL. Grifos nossos.)

A intimação da Diretoria do Serviço Sanitário provavelmente era resultado dos novos procedimentos de vistoria estabelecidos pelo Código Sanitário de 1918, que “institucionalizou a fiscalização domiciliar para detectar possíveis irregularidades que afrontassem a higiene das habitações. Em suma, quem morasse mal, contrariando as condições estabelecidas pelo citado código, deveria sanar as irregularidades reformando seu imóvel”.¹⁴ Ademais, Francisco de Barros estava construindo os sobrados do ‘Pombal’ na outra borda de seu terreno (no alinhamento da travessa Jacarehy), o que talvez tenha colocado as casas ali existentes também na mira dos procedimentos de vistoria recém-criados pela Lei 2332/1920, o Padrão Municipal. Somava-se à fiscalização sanitária, a vistoria quanto aos padrões construtivos: “a partir da entrada dos requerimentos, solicitando aprovação de projetos na Prefeitura, os fiscais percorriam as ruas do bairro, procurando localizar os endereços apresentados, conferindo se os projetos estavam sendo cumpridos à risca ou ainda visando a identificação de quaisquer irregularidades que surgissem”.¹⁵ As obras exigidas pela Diretoria do Serviço Sanitário deveriam melhorar as instalações, a circulação de ar e a salubridade dos

¹⁴ LEMOS, 1999, p. 81.

¹⁵ SCHNECK, 2010, p. 194.

espaços internos do casarão – que provavelmente já era um cortiço habitado por inúmeras famílias.

Figura 34

A fachada do casarão 'Vaticano' tinha feições coloniais.

Figura 35

Fachadas de dois dos sobrados do 'Pombal', no alinhamento da Travessa Jacarehy (Rua Japurá). Entre eles, sob o corredor de circulação que une as duas construções, forma-se uma espécie de portão de entrada para a Vila Barros.

Figura 36

Ao fundo, através da porta, é possível ver a escadaria que se erguia em direção à Rua de Santo Amaro, 58. A foto registra, portanto, o corredor que atravessava o pátio da Vila, ligando a Travessa Jacarehy à Rua de Santo Amaro. À direita, fundos do ‘Geladeira’. À esquerda, uma das extremidades do ‘Navio Parado’.

“Todo o Bexiga era uma descida para o vale. Se as ruas não eram em descida, e muito poucas não eram, as casas tinham as escadarias sempre para baixo em direção ao vale. Dois, três, quatro lances de degraus afundando nos subsolos buscavam o vale. (...). Neste lado baixo do bairro é onde se encontrava o maior número de cortiços, com escadarias sempre afundando para baixo. Em cada patamar, ladeavam portas que se abriam para outras portas. Atrás de cada porta uma família de oito a dez pessoas.” (GRÜNSPUN, 1983, p. 21)

Figura 37

No centro da foto, menino parado na porta de acesso à escadaria que subia para a rua de Santo Amaro. No alto, fundos do casarão conhecido como ‘Vaticano’.

Figuras 38 e 39

O 'Pombal', em último plano, emoldurando o pátio da Vila Barros - onde roupas e lençóis secam estendidos nos varais. No centro da foto, casebres construídos sem qualquer processo de aprovação de plantas.

Figuras 40 e 41

Estes casebres, construídos irregularmente no miolo do terreno, aparecem já no levantamento topográfico da cidade realizado em 1930 (Mapa SARA Brasil).

Figuras 42 e 43

Fundos das edificações no alinhamento da Travessa Jacarehy (Rua Japurá). Era esse o aspecto da face interna que o 'Pombal' oferecia para os moradores da Vila Barros.

Figuras 44 e 45

As fotos registra, em último plano, os 'pontilhões' que interligavam os sobrados do 'Pombal', criando uma rede de circulação labiríntica.

Na tentativa de localizar dados a respeito de quem eram os homens e mulheres que habitaram a Vila Barros, foi realizado um levantamento na série Boletins de Ocorrência Médico-Policiais, do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. A escolha por esse conjunto documental foi pautada, fundamentalmente, pela aposta historiográfica/analítica segundo a qual os personagens que viveram nos cômodos e cubículos da Vila Barros seriam, de forma recorrente, chamados a explicar, comentar ou relatar os acontecimentos de sua vida, entre vizinhança e trabalho, rua e escadas, à autoridade policial. Na São Paulo do início do século, as preocupações com a discriminação, classificação e controle da população eram intensas. Como também foi típico “nas cidades europeias no início da industrialização, essas preocupações eram frequentemente expressas em termos de saúde e higiene, sempre associadas à moralidade”.¹⁶

Diante do propósito de limpar a cidade, expurgando os males e moléstias que reiteradamente a assolavam, os espaços identificados como focos de sujeira e/ou de doenças eram objeto de um esquadrinhamento constante e invasivo. O cômodo único do cortiço, “insalubre” e “contaminado por moléstias e vícios”, incubaria perigos de ordem tanto física quanto moral. Seus habitantes, ocupados sobretudo em serviços temporários e informais, cujo exercício dependia de pouca ou nenhuma especialização, transitavam pelo estreito limiar da pobreza que ora os classificava como “pobres trabalhadores”, ora como “perigosos marginais”, como “donas-de casa” ou “vagabundas”. O discurso higienista opera, assim, uma forma de discriminação poderosa, que distingue de um lado a miséria permitida, útil e explorada, e de outro, a miséria ilegal, insubordinada e perigosa. Havia uma “gradação descendente, das vilas mais sofisticadas aos cortiços mais precários, refletindo a escala social – da classe média ou do trabalhador mais qualificado ao desempregado. (...) Abaixo de certo nível de qualidade, o empreendimento deixava de seguir os padrões municipais e tornava-se ‘clandestino’, deixando de ser vila, merecedora de incentivos e elogios, e passando a ser cortiço, condenado e estigmatizado”.¹⁷

O Boletim de Ocorrência Médico-Policial era o documento assinado por um médico sempre que prestava algum atendimento ou socorro, no âmbito do Posto Médico da Assistência Policial. Estes postos, ligados à Repartição Central de Polícia (Secretaria da Justiça e da Segurança Pública), localizavam-se junto às Delegacias, e contavam com uma equipe formada por um médico, enfermeiros e motoristas. A depender do caso, um motorista conduzia o médico e/ou um enfermeiro até o local indicado pelo chamado telefônico, que poderia ser tanto na residência do paciente, quanto na via pública. O médico realizava também atendimentos no próprio posto, quando a pessoa ferida ou doente se dirigia até o local. Conforme a natureza das ocorrências, diferentes tratamentos e providências eram adotados, sendo possível a transferência

16 Ambas as citações são de CALDEIRA, 2000, p. 214.

17 BONDUKI, 1998, p. 54.

– tanto da ocorrência quanto dos indivíduos nela envolvidos – para a Delegacia de Polícia competente.

Os Boletins¹⁸ registram o nome, cor da pele, idade, estado civil, nacionalidade e residência de cada paciente. Registram ainda o motivo do socorro, o tratamento feito, o local do acidente, o horário do chamado e o destino dado à pessoa.¹⁹ Entre os motivos de socorro mais recorrentes estão “socorro em domicílio”, “socorro na via pública”, “desastre”, “morte repentina”, “tentativa de suicídio”, “acidente de trabalho” e “crime”. Dessa forma, os Boletins pesquisados registram uma infinidade de situações e aspectos da vida cotidiana dos indivíduos que foram atendidos pelos Postos da Assistência Policial, e não apenas condutas consideradas transgressoras ou criminosas. É claro que os incontáveis Boletins de Ocorrência denotam o esforço da Secretaria de Segurança Pública Municipal no sentido de recolher informações policiais sobre uma população que se buscava ativamente vigiar e controlar. Enquanto conjunto documental, porém, os Boletins guardam mais incidentes de pouca importância do que episódios de crimes e prisões. Exibe em cada página uma variedade de minúcias que marcaram a vida e o cotidiano dos moradores da Vila Barros.

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis.

(FARGE, 2009, p. 14)

Foi realizado o levantamento de todos os Boletins registrados na cidade de São Paulo nos anos ímpares compreendidos no intervalo entre 1923 e 1940, nos quais o endereço registrado como ‘residência’ de cada indivíduo corresponde ao do casario que formava a Vila Barros – dando entrada pela Rua de Santo Amaro, o casarão sob o nº 58 (‘Vaticano’); no alinhamento da Travessa Jacarehy,²⁰ as casas sob os números

18 A fim de evitar repetições, onde se ler “Boletins de Ocorrência” ou “Boletins”, entenda-se “Boletins de Ocorrência Médico-Policiais”.

19 Como o levantamento envolveu a pesquisa de Boletins de Ocorrência registrados entre 1923 e 1939, há, obviamente, pequenas alterações no formulário da ocorrência a ser preenchido pelo médico de plantão. Entre elas, vale destacar a inserção de alguns quesitos a serem preenchidos, tais como: ‘Diagnóstico’, ‘É indigente?’, ‘Nome do motorista que correu ao chamado’, ‘Nome do enfermeiro que correu ao chamado’ e ‘Número do carro’.

20 Pelo Ato 139 de 1931, a Travessa Jacarehy passou a chamar-se Rua Japurá. Apesar da mudança de nome, a numeração das casas manteve-se inalterada até 1941, ano em que a Prefeitura atualizou o emplantamento da rua conforme o sistema métrico, como atesta o Livro 29, p. 59, da série Registro de Emplantamento das Ruas de São Paulo, disponível no acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

3, 5, 7, 9, 13 e 15 ('Pombal'). O marco temporal de início (1923) corresponde ao ano em que aparece configurada pela primeira vez, ainda que em fase de projeto, a Vila Barros; o marco final (1940), ao ano em que deixam de ser registradas as ocorrências médico-políciais na cidade. O levantamento percorre, assim, toda a extensão do período de existência da Vila Barros coberto pelo registro dos Boletins de Ocorrência.

A escolha pelo levantamento de anos intercalados deve-se, sobretudo, à enorme quantidade de material: sem quebrar seu ciclo histórico, o recorte procurou tornar possível o trabalho de investigação individual. Não se trata, portanto, de uma amostragem estatística capaz de quantificar dados definitivos quanto ao número total de famílias, sua composição etária, seu perfil ocupacional. O método utilizado (apuração dos anos ímpares) não faz necessariamente do banco de dados criado uma amostra representativa da população do cortiço. Apesar de serem indicadores consistentes da ambiência no interior da Vila, os números e dados aqui apresentados não podem ser estendidos ao total de sua população. Trata-se de uma amostra pragmática, que faz uma varredura dos humores do cortiço. Os dados levantados antes se parecem a um percurso fotográfico pelo interior das casas e pátio, na medida em que colhem a brevidade de um incidente: são sequências curtas de informações, que delineiam personagens, hábitos, trajetórias.

O arquivo é abundante em personagens, mais que qualquer texto ou que qualquer romance. Esse aglomerado incomum de homens e mulheres, cujo anonimato não diminui em nada com a revelação de seus nomes, reforça no leitor uma impressão de isolamento. O arquivo impõe logo de início uma enorme contradição; ao mesmo tempo em que invade e imerge, ele conduz, por sua desmesura, à solidão. Uma solidão em que pululam tantos seres "vivos" que parece quase impossível dar conta deles, ou seja, fazer sua história. (...) Se presente ao mesmo tempo a força do conteúdo e a impossibilidade de decifrá-lo, a ilusão de restitui-lo.

(FARGE, 2009, p. 20-21)

Os Boletins registram uma série desarticulada e ofegante de acontecimentos: atropelamentos por automóveis e bondes; queimaduras com água, leite, azeite ou álcool; ferimentos em latas, cacos de vidro, agulhas e espinhos; acidentes de trabalho; doenças e males súbitos; agressões a pau, faca, socos, pontapés; mordidas de cachorro; feijões no nariz e orelha das crianças; fraturas de braço, nariz e perna; tentativas de suicídio; disparos acidentais por arma de fogo. Os dados permitem levantar hipóteses bastante sólidas quanto a convivência de inúmeras famílias no interior das casas e no vai-e-vem do pátio para a rua, dos afazeres domésticos e dos cuidados com as crianças, das brigas e desentendimentos entre vizinhos; permitem entrever a solidão dos mais velhos.

A pesquisa encontrou um total de 303 Boletins de Ocorrência Médico-Cri-

minais envolvendo moradores da Vila Barros.²¹ Apesar de os dois endereços acima indicados (Travessa Jacarehy/Rua Japurá e Rua de Santo Amaro) corresponderem à localização da Vila – conforme asseguram os pedidos de aprovação de plantas –, não é possível discernir com rigor em qual das edificações habitavam os homens, mulheres, idosos e crianças capturados nesses Boletins. Enquanto o ‘Pombal’ e o ‘Vaticano’ localizavam-se no alinhamento das referidas ruas, o ‘Geladeira’ e o ‘Navio Parado’ estavam situados no interior do lote, no miolo da quadra, de tal forma que os moradores desses edifícios só poderiam fornecer à autoridade médico-policia ou o endereço do ‘Pombal’ ou o do ‘Vaticano’, que eram as portas de entrada para a Vila.

As ambiguidades oriundas da indicação do domicílio por meio de qualquer dos dois endereços são reforçadas, ainda, pela dificuldade em reconhecer uma correspondência numérica congruente a partir das informações registradas pelos Boletins. Os documentos indicam uma organização bastante labiríntica do espaço: Travessa Jacarehy/Rua Japurá 3 e 3A; 5, 5A, 5B e 5-baixos; 9, 9A, 9B e 9C; 11, 11A, 11B e 11C; 13 e 13-fundos; 15, 15A, 15B e 15C. Além dessa espécie de ramificação numérica, há uma série de especificações e complementos como “Rua Japurá 9C - casa 4”, “Rua Japurá 11A - casa 26”, “Rua Japurá 13 - casa 16”, “Rua Japurá 11C - casa 24A”, “Rua Japurá 13 - apartamento 10”, “Rua Japurá 15C - apartamento 6 - Fundos”. Ademais, em alguns Boletins há apenas uma referência ao nome da Vila e ao número da casa, sem qualquer especificação quanto ao endereço: “Vila F. de Barros - casa 29A”, “Vila F. de Barros, nº 22-A”.

A distribuição das ocorrências conforme os anos, cor da pele e nacionalidade é a seguinte:

	1923	1925	1927	1929	1931	1933	1935	1937	1939
Número de Ocorrências	14	26	23	42	31	36	32	47	52
Total	303								

Tabela 01: Distribuição dos Boletins de Ocorrência por ano de levantamento.

	Branca	Preta	Parda
Número de Ocorrências	218	48	37
Porcentagem	72%	15,8%	12,2%

Tabela 02: Ocorrências segundo a cor da pele.

21 Deste total, 240 ocorrências são relativas ao casario da Travessa Jacarehy/Rua Japurá, enquanto apenas 63 à Rua de Santo Amaro, nº 58.

	Brasileira	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Alemã	Outras
Número de Ocorrências	249	16	15	9	4	10 *
Porcentagem	82,2%	5,3%	4,9%	3%	1,3%	3,3%

Tabela 03: Ocorrências segundo a nacionalidade.

*Na seguinte proporção: 2 japoneses, 2 húngaros, 2 iugoslavos, 1 russo, 1 estoniana, 1 estadunidense e 1 argentina.

O número de Boletins registrados obedece a uma tendência genérica de crescimento, consoante ao incremento populacional experimentado pela cidade de São Paulo ao longo das décadas de 1920 e 1930.²² Como é possível inferir das tabelas acima, a expressiva maioria dos inquilinos atendidos pelo Posto Médico de Assistência Policial teve a cor de sua pele identificada como “branca”, sendo diminuta a diferença entre a quantidade de indivíduos identificados como “pretos” e “pardos”. Quanto à nacionalidade, havia um predomínio bastante majoritário de brasileiros, enquanto entre os estrangeiros o maior grupo era de italianos, seguidos pelos portugueses, espanhóis e alemães.²³ A Vila Barros era marcada, assim como todo o bairro do Bexiga, por uma mistura peculiar que avizinhava nacionais e italianos:

Durante muitos anos os negros libertos e seus descendentes comemoravam a data de 13 de maio com uma festa na capela que existia no largo de São Manuel. Chamava-se Festa de Santa Cruz. Mas a capela foi demolida antes da Primeira Guerra Mundial e só então a festa passou a ser realizada na rua Celeste, que depois foi chamada de 13 de maio, onde havia vários cortiços habitados por ex-escravos. O último desses cortiços existe até hoje: é o ‘Navio Negreiro’. Os moradores italianos do bairro prestigiavam a festa, colocando mesinhas nas calçadas, com comida e bebida para os foliões. Era uma mistura de fogazza com batuque. Sabe como é, os italianos do sul também gostam de festa!

(Entrevista com José Scaramuzza, *apud* ROLNIK, 2013, p. 84)

A maior parte das ocorrências registram o atendimento a pacientes vitimados por algum tipo de acidente ou doença: as categorias “desastre”, “socorro em

22 Entre 1920 e 1930, a população da cidade cresceu 56%, saltando de 579.033 para 901.645 habitantes. Em 1940, após um crescimento de mais 47% ao longo da década, a cidade atinge 1.326.261 habitantes. SOMEKH, 2014, p.177.

23 A análise dos dados ano a ano indica que, ao longo do período, não houve aumento ou diminuição súbitos no número de ocorrências relativas a estrangeiros: para todos os anos verifica-se uma média constante, que oscila ao redor de seis ocorrências.

domicílio” e “socorro na via pública” respondem, juntas, a mais de 78% dos casos. Entre os episódios de “desastre” há uma infinidade de acontecimentos contingentes e acidentais, de maior ou menor gravidade – desde uma simples agulha espetada na mão de Conceição Cazzi,²⁴ até o disparo acidental por arma de fogo que, em janeiro de 1931, atingiu sua vizinha Benedicta Antunes de Freitas, uma menina de 13 anos de idade, em sua própria residência, na Travessa Jacarehy nº 13.²⁵ Os casos de “socorro em domicílio” referem-se quase exclusivamente ao chamado de uma pessoa doente; os incidentes taxados como “socorro na via pública” registram o atendimento a uma pessoa doente que ou decidiu dirigir-se ao Posto da Assistência Policial, ou circulava pela cidade – como foi o caso de Adelina Catuci, moradora da Travessa Jacarehy nº 3, que em junho de 1929, aos 26 anos, foi acometida por uma “hemorragia vaginal” em plena rua Major Quedinho.²⁶

Os episódios de crime correspondem a 17,1% das ocorrências médico-policiais envolvendo moradores da Vila Barros. São 52 ocorrências que registram, invariavelmente, casos de agressão: em 1925, Antônio Pereira da Silva, um rapaz negro de 15 anos de idade, engraxate, foi ferido “no braço esquerdo por canivete, em agressão no Parque Anhangabaú”; Augusto Teixeira, branco, 26 anos, empregado no comércio, teve um “ferimento no rosto, produzido por louça, em agressão na Praça Antônio Prado”; Edmundo Nascimento, preto, 32 anos, negociante, foi golpeado “no supercílio direito, por pau, na Rua da Abolição”; em 1931, Miguel Castilho, brasileiro, operário, foi “agredido a socos, na Rua Augusta”; em 1933, Vicente Cesar, branco, motorista, foi “agredido a tijolo, no Parque Antártica”; em 1939, José Gancosci, brasileiro, guarda civil, sofreu “agressão na Rua 13 de Maio”; Benedito Francisco Neves Carvalho, preto, 38 anos, funcionário municipal, foi vítima de “agressão no Parque D. Pedro II”.²⁷

Os Boletins não dão a conhecer o contexto das rixas e/ou as razões alegadas como causa das agressões, não marcam os antecedentes mediatos ou imediatos do conflito. Registram apenas o dia, a hora e o local em que irrompeu a violência, e quais foram as armas e objetos utilizados. Apesar da escassez de dados quanto aos desencontros, a análise dos documentos revela um aspecto importante que marca estes confrontos: enquanto os 31 episódios de agressão entre homens tiveram como palco sobretudo os espaços públicos da cidade (ruas, praças e parques), quase a totalidade das agressões que envolvem mulheres deram-se no interior da Vila. Na medida em que, como também registram os Boletins, o universo das ocupações e dos afazeres cotidianos de homens e mulheres estavam relacionados, majoritariamente e respectivamente, ao espaço da rua e ao espaço da casa, os episódios de “ajustes de contas” expressam

24 Boletim nº 64099, Livro E14201, BOMP/APESP.

25 Boletim nº 101529, Livro E14276, BOMP/APESP.

26 Boletim nº 6789, Livro E14207, BOMP/APESP.

27 Estes episódios estão registrados, respectivamente, nos seguintes Boletins: nº 10063, Livro E14115; nº 13740, Livro E14120; nº 40489, Livro E14151; nº 119041, Livro E14297; nº 158931, Livro E14363; nº 345058, Livro E14600; nº 350829, Livro E14606. BOMP/APESP.

tensões que notadamente marcavam a experiência cotidiana e as relações de convivência travadas por cada um destes sujeitos.

Havia, entre os homens, uma profusão de ocupações autônomas e informais: empregado no comércio, padeiro, pintor, jardineiro, cozinheiro, motorista, ajudante de motorista, engraxate, barbeiro, sapateiro, pedreiro, eletricista, carroceiro, ambulante. É provável, no entanto, que estes indivíduos nem sempre estivessem de fato empregados, dada a instabilidade do quadro ocupacional da São Paulo das três primeiras décadas do século XX. O inchaço populacional que a cidade experimentava, somado à expansão e retração cíclicas da lavoura e da indústria, gerava uma situação ambígua e alternada de participação/exclusão no mercado de trabalho, de tal forma que os ofícios informais, intermitentes e de baixa remuneração restavam como o único meio permanente de subsistência. Eram profissões sem local fixo de trabalho, que se exerciam nas ruas, nas esquinas.

A facilidade com que outros desempregados, dada a pouquíssima demanda de capital e a nula exigência de especialização, recorriam ao mesmo tipo de expedientes, provocava acirrada disputa entre estes trabalhadores casuais, sendo a violência um dos meios dos concorrentes solucionarem o conflito e assegurarem para si os eventuais fregueses. (...) É possível estabelecer uma relação direta entre a grande incidência de rixas e de brigas, dentro deste grupo de profissionais autônomos, com a sua própria situação de trabalho. A escassez de oportunidades de ganho gerava a sobreposição das áreas de interesse e, conseqüentemente, o aumento das zonas de atrito.

(BORGES, 1984, p. 164)

Entre os 21 Boletins que registram hostilidades com mulheres, apenas três assinalam investidas fora do espaço da Vila: no início de 1927, Maria Joaquina, parda, de 20 anos, teve “escoriações produzidas por pau, em agressão na Av. Celso Garcia” e Eugenia de Souza, uma datilógrafa de 37 anos, foi vítima de “três ferimentos produzidos por arma de fogo, em agressão na Rua José Bonifácio”; dez anos depois, em fevereiro de 1937, aos 20 anos de idade, Maria Rosa Gonçalves, doméstica, sofreu “uma agressão a faca na Rua Formosa”.²⁸ A maior parte das agressões, no entanto, ocorreu no interior das residências ou nas imediações do cortiço: Gueza Terek, branca, 15 anos, yugoslava, “ferida no supercílio por pedra, em agressão na Rua de Santo Amaro, em 23/07/1925”; Felícia Mauro, branca, 43 anos, espanhola, ferida “por queda de escada, em agressão em sua residência, em 11/03/1929”; Maria Benedicta, preta, 27 anos, “ferida por guarda-chuva, em agressão na Travessa Jacarehy, em 23/09/1929”;

28 Estes episódios estão registrados, respectivamente, nos seguintes Boletins: nº 10063, Livro E14115; nº 13740, Livro E14120; nº 40489, Livro E14151; nº 119041, Livro E14297; nº 158931, Livro E14363; nº 345058, Livro E14600; nº 350829, Livro E14606. BOMP/APESP.

Vicentina Maria Mendes e Maria Lourdes, vizinhas, ambas “pretas” e “domésticas”, vítimas de “contusão no ventre” e de “contusão na frente”, após um episódio de agressão na Travessa Jacarehy, em 08/06/1931; Dolores Lopes, parda, 32 anos, brasileira, vítima de “agressão a dentada, na rua Japurá, em 17/06/1937”.²⁹

Quanto às ocupações, em apenas 5 dos 140 Boletins relativos a mulheres que compõe o banco de dados da Vila Barros as atividades por elas exercidas foram nomeadas com uma alcunha distinta da de ‘doméstica’: duas ‘costureiras’, duas ‘cozinheiras’ e uma ‘engomadeira’. Alguns Boletins simplesmente não fazem qualquer referência à ocupação das mulheres, invisibilizando a longa lista de tarefas e de responsabilidades deixadas a seu cargo por conta da divisão sexual do trabalho, tais como fazer a feira e comprar carvão, cozinhar, limpar a casa, lavar e passar roupas, costurar, passar e engomar, cuidar das crianças. Para as mulheres, ademais, a moradia não se configurava apenas como espaço doméstico, mas também como espaço de trabalho, e mesmo de lazer. Os afazeres “do lar” não incluíam apenas as tarefas relativas aos cuidados com a casa e os filhos, mas também formas de trabalho remunerado que lhes asseguravam a subsistência. Além da faina cotidiana de reprodução da força de trabalho, produziam para o mercado nesse mesmo espaço, exercendo tarefas extensivas da atividade doméstica.

Não havia cortiço onde não houvesse roupa no varal. Própria e dos outros. Em cada casarão havia pelo menos uma lavadeira de roupa de fora. Podia ocupar mais da metade do quintal porque era respeitada em seu trabalho. Esta era uma das profissões mais comuns do Bexiga: lavar roupa para fora. Quando as freguesas eram do próprio Bexiga ganhava-se uma miséria porque todos sabiam do preço. Mas quando os fregueses eram de fora do bairro, como Morro dos Ingleses ou Paraíso, dava para ganhar bem. Mas a roupa era fina e se desaparecesse uma peça o problema era grande. Assim os garotões e garotonas cuidavam da roupa. Vigiam como rebanho. Contavam as peças estendidas como pastor apascentando ovelhas. Às vezes, realmente uma peça de roupa desaparecia, ou para uso, porque era bonita, ou para criar encrenca da lavadeira com a patroa e assim tentar ganhar a freguesa que já era conhecida.

(GRÜNSPUN, 1983, pp. 32-33)

Para outras mulheres ainda, o cortiço foi um lugar de esquecimento, como explicita o caso da “paciente desconhecida”, que “faleceu no Posto, quando lhe eram prestados os últimos socorros”.³⁰ Faleceu como “paciente desconhecida” no dia 17/12/1937,

29 Boletins: n° 12388, Livro E14118; n° 62878, Livro E14199; n° 73117, Livro E14218; n° 110066 e 110067, Livro E14281; n° 263548, Livro E14503, BOMP/APESP.

30 Boletim n° 280168, Livro E14528, BOMP/APESP.

apesar de morar na casa nº 22 da Vila Barros. O Boletim registra que os primeiros socorros lhe foram prestados em seu domicílio, e é possível supor que os vizinhos forneceram algumas das informações: era brasileira, doméstica, tinha 72 anos. Seu nome, porém, foi a última informação a ser acrescentada ao Boletim, ao lado do rabisco que pretendia resgatá-la do anonimato, ainda que depois de sua morte: Maria das Dores Ferreira. Além de Maria das Dores, há o caso de mais outra “paciente desconhecida”, atendida em sua residência, na Rua Japurá, 11-C: no dia 04/06/1939, a mulher “desconhecida”, “brasileira”, “preta”, de “30 anos presumíveis”, foi encaminhada para a Santa Casa, devido a uma “doença” que solicitava maiores cuidados médicos.³¹

Conviveram com aqueles trabalhadores casuais, uma minoria de homens e mulheres ocupados em serviços fixos e que exigiam maior qualificação: 40 operários (entre eles uma única mulher), um contador, um funcionário municipal, dois funcionários públicos, um oficial de justiça, um jornalista empregado na redação do Correio de São Paulo, uma datilógrafa, um farmacêutico, um litógrafo. Existia, portanto, entre os moradores da Vila Barros, uma pequena parcela de trabalhadores especializados, cujos salários eram, provavelmente, superiores aos de seus vizinhos. Entre os operários havia um predomínio relativo de estrangeiros: embora o levantamento registre a existência de 25 operários brasileiros e de 15 estrangeiros, a proporção sobre o número total de trabalhadores nacionais e imigrantes indica que enquanto 27, 8% dos estrangeiros se declararam operários (15 operários, sobre um total de 54 estrangeiros), apenas 10% dos brasileiros estariam empregados na indústria (25 operários, sobre um total de 249 brasileiros).

No caso das crianças, os Boletins registram inúmeros episódios de lesões, contusões e ferimentos produzidos por mordidas de cachorro e quedas acidentais (de escadas e bicicletas), cortes nos pés descalços produzidos por vidros, latas e espinhos. Há também casos mais graves de queimaduras (com água, leite e ferro de passar roupas) e de atropelamentos por automóveis e bondes. Os locais das ocorrências indicam um vai-e-vem constante dos meninos e meninas da Vila Barros tanto pelos espaços semi-públicos do cortiço quanto pelos espaços públicos da cidade. Os Boletins registram inclusive dois casos de meninos ocupados em “vender jornais”: Angelo, filho de Francisco Spina, um garoto de 12 anos que em dezembro de 1923 sofreu uma “contusão no pé esquerdo, por ter sido atropelado por um automóvel, no Largo do Correio” e Manoel, filho de Diniz Araújo, que em novembro de 1925, aos 13 anos de idade, teve “escoriação no joelho esquerdo, por queda acidental, na Alameda da Memória”.³² Há, por fim, os casos de um menino operário – Christioso Joseph, alemão, 12 anos, que em agosto de 1925 teve “ferimentos por ter sido atropelado pelo automóvel nº 5024, na Av. São João” – e de outro “empregado no comércio” – Tiburcio da Costa Pina, um garoto português de 14 anos.³³

31 Boletim nº 333058, Livro E14588, BOMP/APESP.

32 Boletins: nº 106946, Livro E14101 e nº 16250, Livro E14123, BOMP/APESP.

33 Boletins: nº 12766, Livro nº E14119 e nº 14622, Livro E14121, BOMP/APESP.

	Desastre	Socorro em Domicílio	Crime	Socorro na via pública	Acidente de trabalho	Outros
Número de Ocorrências	124	101	52	12	8	6
Porcentagem	41%	33,3%	17,1%	4%	2,6%	2%

Tabela 04: Ocorrências segundo seu motivo.

	Doméstica	Operário	Comércio	Escolar	Pintor	Outras	Não Consta
Número de Ocorrências	75	40	23	6	5	41	113
Porcentagem	24,75%	13,2%	7,6%	2%	1,65%	13,5%	37,3%

Tabela 05: Ocorrências segundo a ocupação.

	Mulheres (adultas e crianças)	Homens (adultos e crianças)
Número de Ocorrências	140	163
Porcentagem	46,2%	53,8%

Tabela 06: Ocorrências segundo o sexo.

Os Boletins registram ainda, para o ano de 1939, dois ‘guardas-civis’ moradores da Vila: Jorge Miguel Calil e José Gancosci, ambos brancos, residentes à Rua Japurá nº 11. O guarda Jorge Calil aparece por três vezes nos registros dos Boletins, sendo a primeira ocorrência motivada por uma “queda, na sede da Guarda Civil”, a segunda por “doença”, e a terceira, apenas um dia depois, por “agressão na rua Japurá”. Apesar de todos os episódios datarem de 1939, em cada um deles Jorge Calil conta com uma idade diferente – 22, 20 e 21 anos, o que denota certa inconsistência na coleta dos dados pessoais por parte dos funcionários do Posto de Assistência Médico-Policial. Quanto ao guarda José Gancosci, de 20 anos de idade, o Boletim registra uma “agressão, na Rua 13 de Maio”.³⁴

A relação entre os trabalhadores empobrecidos e a autoridade policial era, como já mencionado acima, marcada por uma tensão constante e acentuada – sobretudo no centro da cidade, em área contígua aos jardins do Anhangabaú, coração e vitrine de São Paulo. Nesse sentido, o expressivo número de prisões contravencionais – que são as prisões pelos chamados ‘crimes sem vítima’, tais como embriaguez, desordem e vadiagem – efetuadas na São Paulo da virada de século “revelam uma estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem viver, ou simplesmente pela indefinida figura dos ‘suspeitos’. No período 1892-1916, com lacunas nos anos 1899, 1901 e 1903, dentre 178.120

³⁴ Boletins: nº 327666, Livro E14582; nº 353023, Livro E14608; nº 353050, Livro E14608 e nº 345058, Livro E14600, BOMP/APESP.

pessoas presas na cidade, 149.245 (83,8%) foram detidas pela prática de contravenções ou para averiguações”.³⁵ A autoridade policial paulistana, à paisana ou de uniforme, tinha poderes discricionários para “deter, extorquir, espancar e encarcerar indefinidamente quaisquer pessoas, sem explicações, sem motivos e sem ter que responder pelos seus atos (...). As cenas de espancamento selvagem de cidadãos detidos sem culpa formada, por grupos de policiais em plena rua e à luz do dia, que causavam comoção nos passantes e revolta na imprensa, segundo [o jornal] O Estado, eram ‘coisas de todos os dias’”.³⁶

A tensão às vezes irrompia em episódios de ataques abertos, como o ocorrido em junho de 1929 na Travessa Jacarehy, porta de entrada para a Vila Barros:

Figura 46

Notícia publicada em 5/6/1929 pelo jornal O Estado de São Paulo, p. 5.

TRES GUARDAS CIVIS PRATICAM ACTOS BRUTAES

Um menino quasi victima da façanha de um ‘grillo’ – Uma ameaça de tiroteio em plena praça pública

Esteve, hontem, em nossa redação, um cidadão (que reside na Villa F. Barros) com o fim de dirigir ao sr. Diretor da Guarda Civil da capital uma reclamação contra o acto praticado, hontem, por três guardas, na travessa Jacarehy. O facto pode ser synthetizado nas seguintes palavras:

Aproveitando a folga dominical, alguns garotos muniram-se de um baralho e iniciaram uma partida em uma das calçadas da referida via pública. Entregavam-se, sossegadamente, a tal divertimento, quando, a certa distancia, surgiu a figura hercúlea de um ‘grillo’. Como era natural, os pequenos abandonaram o local, dispersando-se. Vendo que não podia apanhar nenhum dos meninos, o ‘grillo’ alvejou o maior deles, que, correndo com mais velocidade, não pudera, entretanto, desviar-se da direção tomada pelo

35 FAUSTO, 1984, p. 23.

36 SEVCENKO, 2009, p.144.

seu perseguidor. Felizmente, e por milagre, o projectil não atingiu o alvo. No entanto, quase causou a morte de uma menina (filha da pessoa que nos procurou para relatar a ocorrência) que passeiava por ali em companhia de uma criada. A bala roçou o rosto da pequena, tendo ido, provavelmente, alojar-se em alguma parede próxima. Convalescente ainda de uma intervenção cirúrgica a que se submetera dias antes, a menina desfaleceu com o choque moral que lhe adviera da imminência de uma morte, tendo sido conduzida, desmaiada, à residência de seus pais, por algumas pessoas que accorreram. Essas pessoas protestaram energicamente contra o acto violento de ‘grilo’. O original agressor, porém, achando que estava sendo desautorado, meteu o apito na boca, solicitando a presença de outros colegas, que não tardaram a chegar. Estes, em número dois, ali chegando, não fizeram mais do que completar o atentado promovido pelo “valente” companheiro, espancando uma das pessoas presentes. Deante da ameaça de um tiroteio é que os indivíduos se afastaram dos ‘grilos’, num movimento espontâneo de legítima defesa.

A reclamação feita por um morador da Vila Barros narra em cores vivas a brutalidade da força policial, encarnada na figura do guarda-civil que atirou contra um menino, errou o alvo e quase matou outra criança. Os vizinhos e pedestres que por ali estavam, ao reagirem e protestarem contra tamanha truculência foram ainda intimidados e espancados pelos “grilos”. O episódio explicita a vigilância, perseguição e criminalização sumária a que estava submetida a parcela mais empobrecida da população, sobretudo nas ruas do centro da cidade e bairros contíguos. Os homens, mulheres e crianças que habitavam os cômodos e porões dos cortiços do Bexiga estavam sujeitos a uma violência repressiva latente, sustentada tanto pela repressão direta quanto pelos mecanismos disciplinares do Direito Penal, inclusive nos momentos em que tomavam as ruas a fim de sossegadamente entregarem-se a passatempos e diversões.

Ora, quem se der ao trabalho de percorrer esse bairro, ficará impressionado com a maneira de vida dos que o habitam. Há por ali, nas vias principais, muitas casas grandes, mas são raras as que já não se transformaram em cortiços (...). Vivendo mal acomodada, a população tem, naturalmente, necessidade de ar livre. E é por isso que, a certas horas do dia, sobretudo à tarde, as ruas formigam de crianças, e à frente das casas se formam grupos de famílias que vem respirar para a rua. Um vereador inteligente e observador que por ali passasse notaria logo o fato, e haveria de querer verificar se o bairro não tem um jardim público, onde toda aquela gente pudesse espairecer e tonificar os pulmões no bom ar oxigenado. E ficaria espantado de saber que nem um só jardim – nem o mais pequenino jardim público possui o Bexiga!

(OESP, ‘O Bexiga’, *Apud* SEVECENKO, 2009, pp. 131-132)

CAPÍTULO 3

QUANDO O MODERNO BATE À PORTA

Lavar a roupa tinha um segredo. O segredo era surrar a roupa sobre uma pedra. As pedras da futura avenida, lá no vale, parece que caíram do céu para bater a roupa e perto de quase todos os tanques tinha uma pedra da futura avenida, para bater a roupa.

(GRUNSPUN, 1983, p. 34)

Se a preocupação com o embelezamento e a remodelação do espaço urbano do centro da cidade de São Paulo já era uma realidade desde o final do século XIX, as décadas de 1930 e 1940 assinalam a reconfiguração dos padrões de intervenção. Do ponto de vista da política urbanística, a execução de obras de alargamento e abertura de praças, ruas, avenidas e viadutos assume uma nova escala, amplificada: o período registra a construção em concreto, tijolo e aço de uma série das propostas reunidas no “Estudo para um Plano de Avenidas”. O estudo, elaborado ao longo da década de 1920 por Francisco Prestes Maia e Ulhôa Cintra, propunha uma estrutura de sistema viário já bastante conhecida, que conjugava perímetro de irradiação, avenidas radiais e um sistema de interligação norte-sul (sistema Y). O novo ciclo de reformas – que pretendia “preparar a cidade para viabilizar a circulação motorizada e as incorporações através de verdadeiras cirurgias urbanas que substituíssem a modernidade neoclássica, eclética e higienista”¹ – definiu a fisionomia da metrópole paulista.

O engenheiro e arquiteto Francisco Prestes Maia foi nomeado prefeito de São Paulo em 1938. Governou a cidade entre 1938 e 1945 e, sem sofrer qualquer oposição por parte da Câmara Municipal – que, por jugo da ditadura de Getúlio Vargas, esteve fechada ao longo de todo o período – pode executar as desapropriações e demolições necessárias ao alargamento e/ou abertura de avenidas que compõe o perímetro

¹ BONDUKI, 1998, p. 250.

de irradiação: Avenida Senador Queirós (alargada para 40 metros), Avenida Ipiranga (inaugurada em 1941, com 37 metros de largura), Avenida São Luís (passou a ter 33 metros de largura), Viaduto Jacareí (construído em 1941), Rua Maria Paula (passou a ter 33 metros de largura). Ao longo do período, o crescimento do número de carros na capital, aliado ao progresso da verticalização no centro, configuraram uma lógica segundo a qual “os recantos ajardinados deveriam ceder o espaço que ocupam às necessidades da circulação”.² Nesse contexto, Prestes Maia operou a remodelação do Vale do Anhangabaú: construiu a Av. Anhangabaú que, cortando o vale ao meio, passou a ligar o norte e o sul da cidade: na altura dos Largos do Bexiga e da Memória, a avenida se abria em duas direções divergentes, dando acesso tanto à Av. 9 de Julho quanto ao trecho inicial da Av. Itororó.³

O Bexiga e, em particular, a área em que se localizava a Vila Barros foram atravessados pelas vias e viadutos do Plano de Avenidas. Sobretudo a construção da Avenida 9 de Julho e do Viaduto Jacareí reconfiguraram a fisionomia do bairro. A conclusão das obras da Av. 9 de Julho sinalizava o avanço da urbanização e do sistema viário sobre um terreno de topografia irregular, marcado por baixadas sujeitas às enchentes irregulares do córrego Saracura. A região era ocupada por casebres e cortiços que davam abrigo a homens e mulheres empobrecidos, reunidos às margens do vale, ao longo de seus barrancos e ribanceiras até então desvalorizados. A memória de um antigo morador do Bexiga enfatiza os contornos insalubres daquela baixada, ainda na década de 1930:

Numa mesma linha, quando o bonde entrava à esquerda chegava ao Bexiga com o nome quase ofensivo de Bela Vista; virando à direita, passava pela mesma Bela Vista e caminhava para os bairros granfinos (*sic*) dos Jardins. A separação era um vale profundo, enlameado, fedorento, que em dias de sol e época de seca tinha um pó fino que levantava mas não chegava às casas dos dois lados.

(GRÜNSPUN, 1983, p. 17)

A abertura da avenida enterrou o córrego e fez daquela várzea uma artéria fundamental à consolidação do sistema de circulação sobre rodas. A construção do Viaduto Jacareí operou no mesmo sentido: fragmento do perímetro de irradiação, o viaduto recebe o fluxo de automóveis oriundo do Viaduto 9 de Julho (que cruza por cima da avenida de mesmo nome), conduzindo-os até a Rua Maria Paula e o Viaduto Dona Paulina, atrás da Igreja da Sé. O Viaduto Jacareí foi construído em área linde-

2 MAIA, 1930, p. 47.

3 As obras da Av. 9 de Julho foram concluídas durante a primeira gestão de Prestes Maia à frente da Prefeitura de São Paulo. As obras da Av. Itororó (atual Av. 23 de Maio), por outro lado, seriam concluídas apenas na década de 1970.

ra ao cortiço Vila Barros, e alterou em parte o desenho da Rua Jacaréí. Conforme já exposto acima, o primeiro pedido encaminhado à Diretoria de Obras e Viação Municipal por Francisco de Barros (solicitando a largura do alinhamento da Rua Jacaréí) foi negado porque existia um Plano de Conjunto de Melhoramentos para a Bela Vista, que previa a execução de obras no local. O desenho do referido Plano de Melhoramentos indica que, apesar das diferenças quanto ao traçado exato do viaduto, as ideias em debate na década de 1920 não foram descartadas e, inclusive, contribuíram para dar forma à cidade – pelo menos no que diz respeito a este trecho sul do perímetro.

Figuras 47 e 48

À esquerda, detalhe da Planta Geral dos Melhoramentos Centrais, publicada por Prestes Maia em 1945. À direita, detalhe do Plano de Conjunto de Melhoramentos para a Bela Vista, de 1920. A comparação entre os dois traçados aponta para certa contiguidade entre o projeto e a execução do Perímetro de Irradiação.

Figuras 49 e 50

A nova configuração do Largo do Riachuelo e o traçado da Av. 9 de Julho são, em 1942, bastante semelhantes ao proposto pelo desenho traçado por Ulhôa Cintra vinte anos antes, no Plano de Conjunto de Melhoramentos para o bairro da Bela Vista.

Figuras 51 e 52

Obras para a abertura da Av. 9 de Julho. Abaixo, reurbanização do Largo do Bexiga (ou Largo Riachuelo), aos pés da ladeira Dr. Falcão, em 1940. Ao lado, o Largo do Bexiga, a Rua de Santo Antônio e o início da Av. 9 de Julho, em 1941.

Figura 53

Largo do Riachuelo, fotografado em novembro de 1942 por Benedito Junqueira Duarte. As indicações constam na fotografia original. De acordo com a legenda: 1) Rua Asdrubal Nascimento; 2) Rua de Santo Amaro; 3) Viaduto Jacaré; 4) Rua Santo Antônio; 5) Viaduto Major Quedinho; 6) Avenida 9 de Julho; 7) Largo Riachuelo; 8) Largo da Memória.

Figura 54

Benedito J. Duarte registrou esta imagem a partir da Rua João Adolfo, de onde era possível avistar o Viaduto Jacarehy. De acordo com as legendas originais: 1) Prédio da Associação Cristã de Moços; 2) Rua Santo Antônio; 3) Viaduto Jacarehy; 4) Rua João Adolfo; 5) Avenida 9 de Julho.

Figura 55 [à esquerda]: Panorama tomado a partir do Vale do Anhangabaú, com o bairro do Bexiga ao fundo, em 1935. Em primeiro plano, o Viaduto do Chá em obras. A imagem registra o casario e parte do jardim que seriam removidos para a construção da Avenida Anhangabaú. A área baldia, na metade superior da imagem, corresponde ao leito do córrego Saracura, onde seria implantada a Avenida 9 de Julho.
Figura 56 [à direita]: A Avenida 9 de Julho, em 1942. Fotografia tomada em direção ao centro da cidade.

Se é possível encontrar correspondências entre o desenho do perímetro de irradiação contido no Plano de Melhoramentos de 1920, e a configuração do perímetro construído por Prestes Maia na primeira metade dos anos 1940, bem como entre o traçado e o executado quanto ao Largo do Riachuelo e à Avenida 9 de Julho (conforme apontam as imagens acima), o mesmo não acontece em relação à proposta de ajardinamento do vale do córrego Bexiga – aprovada pela Câmara Municipal em 1920 e apresentada pela Diretoria de Obras, num primeiro momento, como óbice à concessão dos alvarás solicitados por Francisco da Barros. A proposta, que previa “o aproveitamento dos terrenos impróprios para construção, de modo a transformá-los em bela avenida ajardinada, como continuação, ou antes, transição, do embelezamento que em ficou transformado o Parque Anhangabaú”⁴ era o cerne do Plano de Melhoramentos para a Bela Vista, e foi totalmente abandonada. Enquanto a ilustração de Ulhôa Cintra cria a figura de um jardim recobrimdo a baixada do córrego Bexiga, a configuração assumida por esta várzea foi completamente diferente: os lotes foram ocupados por casas e sobrados – entre eles, o ‘Pombal’, o ‘Geladeira’ e o ‘Navio Parado’ –, construídos sobre o leito do córrego, que foi enterrado.

Apesar da elaboração e aprovação do Plano de Melhoramentos para a Bela Vista, a produção do espaço no entorno do córrego Bexiga obedeceu, ao longo da década de 1920, a uma dinâmica puramente privatista segundo a qual os proprietários dos terrenos puderam construir sobre seus lotes as edificações que julgaram mais convenientes a seus interesses de exploração econômica da área. Diante da inexecução do projeto de ajardinamento ou de qualquer outra solução que determinasse os contornos da quadra, a disposição espacial da Vila Barros traduz as formas encontradas pelos empreendedores particulares no sentido de viabilizar a construção no fundo do vale e, assim, garantir o máximo aproveitamento do terreno (especialmente com o pavilhão ‘Navio Parado’). As vicissitudes da iniciativa privada determinaram a forma daquela baixada até então desvalorizada.

4 ACMSP, 1920, pp. 178 e ss.

Figuras 57 e 58

Plano de Melhoramentos para a Bela Vista (1920) e Planta SARA Brasil (1930). Contraste entre o jardim que havia sido planejado e a urbanização que caracterizou o vale do córrego Bexiga.

Construído de acordo com todas as prescrições impostas pela Diretoria de Obras e Viação Municipal, a existência do enorme conjunto de cortiços a poucos metros do centro – especialmente a partir de meados dos anos 1930 e da gestão de Prestes Maia, quando as intervenções embelezadoras ganham fôlego renovado – arranhava a imagem que o poder público desejava criar para São Paulo. Ao mesmo tempo em que procuravam equacionar uma solução de sistema viário capaz de desafogar o trânsito na colina histórica, expandindo o centro da cidade, a construção de um circuito de avenidas amplas, à moda dos *boulevards* parisienses, ecoava a ideia segundo a qual regiões consideradas “degradadas” poderiam ser recuperadas. As remoções e despejos necessários à ampliação e abertura de ruas eram pautadas também por um discurso que veiculava formas de estigmatização em constante (re)construção.

A ideia de cidade viciosa se prestará plenamente a desqualificar – pelo discurso – a cidade real, onde vivem as camadas populares. Ali onde viceja a pobreza, onde chafurdam os miseráveis em busca das ‘sobras’ da sociedade para o seu sustento, ali, é o lugar do vício, é onde se presentificam a confusão e a imobilidade. (...) As classes dominantes fundam seu poder sobre a

cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir ‘usos e abusos’ e principalmente, fundam seu poder por meio de representações que legitimam o que são os bons usos e o que seriam os abusos.

(PECHMAN, 1993, p. 31-32)

Se as representações acerca dos (bons) usos compatíveis com a cidade-cenário burguesa a ser construída condenavam, desde o final do século XIX, as formas de morar dos trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos da pauliceia, depois de 1930 houve uma atualização importante neste discurso, acrescentando à receita da “fórmula correta de morar” uma camada adicional: se antes “a questão central era a salubridade da moradia, independentemente do seu estatuto de propriedade”, a partir de 1930, “a salubridade e a eliminação das formas coletivas de morar continuavam sendo um objetivo meritório mas, de maneira geral, alcançável em consequência da difusão da casa própria”.⁵ Houve, dessa maneira, uma inflexão importante nas razões e justificativas que orientavam as ações e intervenções do poder público no sentido de eliminar os cortiços e demais formas de habitação congêneres do centro da cidade.

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945), movido pelas pressões resultantes da imensa demanda por habitação nos grandes centros urbanos, inaugura a política de produção de habitação popular pelo Estado brasileiro. Seu governo, além de regulamentar – com a Lei do Inquilinato de 1942 – as relações entre locadores e inquilinos, passou a produzir habitação através de autarquias estatais. Na medida em que consumia a maior parte dos rendimentos dos trabalhadores, a habitação popular passou a ser considerada como um elemento central no projeto político de industrialização do país: somente a partir do rebaixamento do preço da “mercadoria habitação” seria possível reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, favorecendo o processo de acumulação capitalista-industrial. Para além do congelamento dos valores dos aluguéis,

o mais comum era a defesa intransigente da casa própria e as tentativas de torná-la acessível. A questão da moradia assumiu papel fundamental no discurso e nas realizações do Estado Novo, como símbolo da valorização do trabalhador (...). No centro dessa concepção estava a ideia de que o trabalho dignifica e gera frutos, os quais compensariam décadas de sacrifícios. (...) Além de criar a ilusão do progresso econômico, contribuindo para a estabilidade da ordem macropolítica, a habitação passou a ser considerada fundamento da constituição moral da sociedade e do bom trabalhador, avesso a desejos a práticas desviantes.

(BONDUKI, 1998, pg. 83-4)

⁵ BONDUKI, Op. cit., p. 86.

A conquista da casa própria seria um objetivo capaz de recompensar os longos anos de sacrifícios e a extenuante jornada de trabalho – inclusive atribuindo sentido a ela. Acreditava-se que o operário “agitador” e “subversivo” daria lugar ao abnegado trabalhador, deixando de ser uma ameaça à ordem política. Em posição diametralmente oposta, aparecia “de forma incontestada a figura do morador do cortiço, condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social”.⁶ Desse modo, a difusão da propriedade privada, além de garantir a estabilidade da ordem política, contribuiria para o objetivo de “educar” e “civilizar” o trabalhador.

Alerta: a crítica às formas de moradia coletiva atravessou incólume todo o período: o cortiço foi continuamente varrido da zona central de São Paulo, condenado tanto pelo autoritarismo sanitário da Primeira República e sua legislação de base higienista quanto pela política habitacional do nacional desenvolvimentismo, que concedia direitos aos trabalhadores assalariados. A inflexão refere-se tão somente às justificativas que declaradamente pautaram, em cada período, o duradouro processo de remoção, estigmatização e criminalização dessa forma coletiva de morar, habitada pelos homens e mulheres que compunham a parcela mais empobrecida da população da cidade. É o caso de justificativas moventes, que atualizam as formas e usos prescritos para a vida doméstica da classe trabalhadora, na esteira do “progresso” e do “desenvolvimento” da cidade.

Durante todo o período que se estende desde a década final do século XIX até os anos 1920, período do primeiro ciclo de modernização – modernização burguesa – da cidade, a reprovação e o repúdio às habitações coletivas fundavam-se sobretudo no medo da contaminação, da transmissão de doenças e disseminação de epidemias. A partir da década de 1930, como condição e resultado do processo de modernização industrial em que entrava São Paulo, a justificativa de combate aos cortiços assume, paulatinamente, um tom mais “civilizatório” e “educativo”: era necessário, então, forjar a disciplina e o senso de responsabilidade naqueles homens e mulheres; era necessário fazer deles operosos trabalhadores e trabalhadoras. Esse componente “civilizatório” atribuído à casa unifamiliar, salubre e exemplar mobilizava, via de regra, o repertório característico das teorias raciais, de tal modo que assumia contornos diretamente relacionados à tarefa de “elevação moral da raça”.

os poderes públicos e agentes sociais como engenheiros, médicos higienistas e educadores preocupavam-se com questões morais e com o aperfeiçoamento físico da ‘raça’, julgando ser a habitação coletiva e deficiente do proletariado em São Paulo um obstáculo ao desenvolvimento econômico, à estabilidade política, ao ‘saneamento racial’. (...) Embora os tons dos discursos dos poderes estabelecidos e dos técnicos tenham variado ao sabor

6 Ambas as citações são de BONDUKI, Op. cit., p. 84.

das correntes hegemônicas de pensamento, com ênfase decidida na eugenia e no aprimoramento racial/nacional durante as décadas de 1920 e 1930, houve uma constante atenção com o reerguimento físico e moral da classe operária, que cumpria disciplinar e regenerar para o trabalho e para uma aceitação sem conflitos da ordem urbano-industrial que, em São Paulo, tinha peso social crescente.

(GUZZO, 2014, pg. 73)

Os ideais eugênicos ligados aos princípios da produtividade e do trabalho justificaram os inúmeros estudos realizados e as soluções propostas em favor da habitação sã e higiênica, bem como da proteção da infância pobre e operária. É nesse contexto que, em maio de 1931, durante a sessão inaugural do Primeiro Congresso de Habitação – evento promovido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo –, o engenheiro Alexandre de Albuquerque aponta como a habitação deveria ser pensada como forma de “desenvolver a raça”:

A casa econômica não resolve só o caso particular dos seus habitantes. A questão deve ser encarada sob o ponto de vista social. Dela depende também o desenvolvimento da raça. Da vida promíscua em cortiços sai um curso de pervertidos, de delinquentes, cortejados por moléstias terríveis. A casa individual, rodeada de ar e de luz, simpática e convidativa ao repouso, é a célula mater das raças fortes. (...) Evitar a vida em promiscuidade é problema social de grande importância; com a sua solução melhora-se a raça, e dá-se combate aos grandes flagelos da humanidade: alcoolismo e tuberculose. É fácil descrever o que se vê em muitas destas casas de três peças: a promiscuidade excita os hábitos de pouca limpeza, grandes e pequenos a eles se habituam, e transportam-nos para as oficinas e escolas. De volta destas, as crianças fogem para a rua, seu asilo predileto, e os homens para as ‘vendas’, adquirindo aí doenças físicas e morais, e odiando a sociedade. As moças, na promiscuidade em que vivem, perdem o senso da dignidade e do pudor. E tudo isto quando as crianças conseguem vencer, enfraquecidas com as doenças que pululam em meio tão propício.

(ALBUQUERQUE, 1931, p. 22 e ss.)

Entre todos os trabalhos apresentados no Primeiro Congresso, o discurso de Albuquerque chama a atenção por enumerar sem qualquer pudor o “cortejo de males” cultivados nas habitações coletivas. A maior parte dos vinte e quatro trabalhos do Congresso dedicou-se a analisar aspectos técnicos referentes à atividade construtiva: soluções de iluminações elétricas, propostas de padronização dos tijolos nacionais, apresentação de blocos de cimento, críticas às normas técnicas para habitações. Todas as reflexões estavam orientadas – ao menos em teoria – pelo objetivo de reduzir os cus-

tos da construção de habitações populares e pautavam-se pelas discussões acerca da “habitação mínima”.⁷ A fala inaugural do citado engenheiro, porém, chama a atenção por explicitar os conteúdos de cunho político e moral que embasavam as discutidas “soluções técnicas”.

Nesse mesmo diapasão foi realizado, dez anos mais tarde, outro evento voltado à discussão das condições de alojamento dos trabalhadores na cidade de São Paulo: a Jornada da Habitação Econômica. O evento, realizado em São Paulo em setembro de 1941, foi organizado pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e reuniu uma gama variada de profissionais, levando os contornos do debate para além dos campos profissionais da engenharia e da arquitetura. Criado em 1931, o IDORT defendia a necessidade da máxima racionalização do trabalho e, para isso, a organização racional em todos os quesitos da vida – daí o interesse em promover uma Jornada da Habitação Econômica.⁸ Dessa forma, muitos dos trabalhos apresentados na Jornada refletiram explicitamente sobre o ambiente normatizador da habitação. Uma das maiores preocupações do IDORT era a “qualidade da produção nas indústrias (...). Por isso o enfoque voltado para o espaço privado do trabalhador e sua família; e mais ainda para aquele operário que satisfeito com seu meio teria comportamentos considerados virtuosos”.⁹

É fora de dúvida que resolvido o problema da habitação, teremos contribuído, indiretamente, para a diminuição da criminalidade. Porque haverá uma maior estabilidade social e individual, haverá um fortalecimento dos elos familiares e consequentemente a não dispersão dos membros de uma comunidade doméstica, que tão tristes resultados acarretam; porque haverá para todos – com a casa própria – a possibilidade de edificar sobre essa base material, a grandeza e a dignidade de uma família e com ela a da sociedade e da pátria.

(SINISGALLI, *A habitação como fator da delinquência*, 1942, p. 168)

7 O tema já havia sido abordado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) de 1929 e 1930, bem como pelo Congresso Panamericano de Arquitetura de 1930. Incluía, entre outras, questões como a área mínima necessária para uma habitação salubre, o barateamento, a padronização e a racionalização dos materiais e processos construtivos. Ver, a esse respeito, entre outros, Kenneth Frampton, *História Crítica da Arquitetura Moderna*.

8 Nesse sentido, em 1938, o IDORT já havia promovido a Jornada Contra o Desperdício, que expressava a vontade de moldar a utilização do tempo integralmente de acordo com as normas da indústria. “A Jornada Contra o Desperdício possibilitava essa prática de largos horizontes, uma vez que não desperdiçar é observar o princípio da eficiência. E eficiência não se garante sem ordem, disciplina e hierarquia. Nesse sentido, já que tudo é trabalho, lutar contra o desperdício – através da mesma forma com a qual a indústria moderna conseguia eliminá-lo – resulta em ‘fabricizar’ a sociedade. E ‘submeter à disciplina da razão, da lógica e da economia todos os nossos atos’ não seria o mesmo que submeter-se à vontade da grande indústria?”. In: TENCA apud MARTINS, 2013, pp. 100.

9 MARTINS, 2013, p. 17.

A concepção habitacional a ser exemplarmente construída não tolerava a existência de “uma multiplicidade de agenciamentos familiares, de redes de compadrio, de estratégias produtivas, de arrimos de sobrevivência, de astúcia ao potencializar a utilização do espaço ao máximo”, em arranjos que possibilitassem “extrair da posição subalterna (...) a dignidade do viver”.¹⁰ Replicando o arranjo que caracteriza a família nucleada burguesa – composta por pai, mãe e filhos –, a casa proletária deveria também reafirmar a separação entre os cômodos conforme seus usos, bem como a ruptura entre o público e o privado. Essa seria a medida de habitação moralmente aceita. O amontoamento da família em cubículos, resultado de altos aluguéis e pouco dinheiro, seria considerado “promiscuidade”.

Em muitos discursos da Jornada manifesta-se o propósito de desqualificar e marginalizar modos de trabalho e comportamento que fugiam à delimitação rígida dos espaços. Se para a maior parte das trabalhadoras e trabalhadores pobres, a rua e o espaço doméstico eram lugares de produção, para o poder público essa realidade era considerada inconveniente, vexatória e desmoralizante. Prova disso era a concepção do habitat legal formulado naquele momento, que baseada na ideia de “lar” ou casa como espaço destinado exclusivamente para pai, mãe e filhos, e estritamente reservada para seu comer, dormir e coabitar, relegava ao campo da ilegalidade urbanística os arranjos que divergissem desse modelo estabelecido. Somente pela constituição de um “lar” a família poderia desempenhar seu papel edificante; a existência de um “lar”, porém, dependia inteiramente da colocação da mulher no papel de dona-de-casa recatada, subserviente a seu marido e filhos.

Ao se condenar a destruição do “pudor” e do “recato” feminino, era condenada a maneira de trabalhar e de se relacionar entre si e com a cidade de mulheres que tinham por único “pecado” a necessidade de prover o próprio sustento e o de seus familiares, ocupando-se em serviços que – apesar de exclusivamente realizados por elas, estas mulheres “despudoradas” e “maliciosas” – eram muito solicitados pelos habitantes da cidade, sobretudo pelos endinheirados. Mulheres que cozinhavam e lavavam. Mulheres que limpavam, engomavam e passavam. Mulheres “barulhentas”, de “pouca vergonha”, que “falavam palavrões” e “brigavam como homens”. Seguramente eram mulheres desse tipo que prepararam o almoço e engomaram as calças do senhor Aldo Sinisgalli, nosso citado palestrante da Jornada da Habitação Econômica. Mas não só as dele.

Em quase todas as apresentações é contumaz a crítica às circunstâncias “dissipadoras da moral da família” encontradas nos cortiços. É nesse quadro que a apreensão com as gerações futuras de trabalhadores se colocava, uma vez que “doentes e raquíticos” constituiriam, como adultos, “maus operários e maus elementos e consequentemente revoltados e indolentes”. Fica claro que “os projetos de dominação das elites sobre o vasto proletariado da metrópole, que se industrializava a passos largos,

¹⁰ A citação é de ROLNIK, Op. Cit., pp. 80-1.

não se restringiam ao âmbito da produção, mas buscavam alcançar as várias esferas do cotidiano popular e operário”.¹¹ A citação é longa, mas valiosa em cada linha:

No seio da família aprende o homem, desde criança, e continua a aprender quando adulto, a abafar em si os movimentos do egoísmo; adquire o espírito do sacrifício, de amor ao trabalho, de dedicação, de lealdade, de solidariedade social; ali se aprende a polir as arestas do caráter, a crescer em virtudes, a corrigir os próprios defeitos e a tolerar os alheios; a sobrepor o bem geral aos interesses particulares, embora legítimos. Este pálido quadro do lar que buscamos traçar, nem sempre, infelizmente, está a salvo de fatores dissociativos, que conspiram contra a estabilidade do lar, perturbando-lhe e roubando-lhe a paz, quando não a fazem desaparecer. (...).

Destas causas perturbadoras da moral da família, fiquemos com a habitação, cujas más condições podem por muitos modos prejudicá-la. Outros trabalhos apresentados a este certame já tem colocado sob nossos olhos os porões, os cortiços, as habitações coletivas. Conheceis portanto qual é o mal responsável pelos inúmeros efeitos que passaremos em revista a seguir. (...)

Uma sala ou duas, sem higiene e sem conforto, mal arejada e mal ensolada, onde se cozinha, come e dorme, como reunir a família para as refeições e as palestras em comum? Para o pai e os filhos do sexo masculino há o recurso da rua; para a mãe e as mulheres, a vizinhança, os enredos, os disque-disques; para as crianças, o pátio do cortiço, com todos os seus perigos tanto de ordem física como moral.

Observando o cortejo dos malefícios da habitação precária para a moral da família, vamos encontrar o grande inimigo do pudor e do recato feminino. Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e respeito que só se obtém na habitação individual. No cortiço e em outras moradias semelhantes, desde o amanhecer até o cessar tardio do movimento de inquilinos, está a mulher a vista de todos, sujeita à promiscuidade, desde o tanque comum até as demais instalações. Essa frequência diária com indivíduos de outro sexo, estranhos à família, vai aos poucos despudorando a mulher pela impossibilidade de deixar esta de ser vista a todo instante e com qualquer traje. Entretanto, o recato feminino é a barreira natural de que Deus a dotou para preservá-la da malícia, da sensualidade e dos atentados de ordem moral.

O caráter do homem sofre, por outro lado, grandes perversões em face das dificuldades da vida de que a casa anti-higiênica e sem conforto é um constante lembrete. Após um dia de trabalho extenuante exercido sem a neces-

11 GUZZO, 2014, p. 73.

sária e compensatória alimentação e uma caminhada longa ou uma viagem em circunstâncias pouco cômodas, o operário que não encontra em casa um ambiente que lhe propicie o necessário descanso físico e mental torna-se um revoltado contra uma ordem de coisas que o escraviza a um trabalho mal remunerado. (...). Como impedir, em meio a tamanha miséria moral, a avalanche de crimes de toda ordem, de brigas, de roubos, de perversões e de abusos sexuais, da malandragem e das orgias que o samba tanto embala emprestando o encanto da música à propagação da imoralidade?

(FERREIRA, *A habitação e a moral*, 1942, pg. 172 e ss.)

O assistente social Francisco de Paula Ferreira expõe o raciocínio que articulava (e articula) a precariedade material com a dita “ausência absoluta das mais elementares normas morais”. A pobreza faria minguar as qualidades morais – notadamente as de “obediência, disciplina e ordem” –, deixando um campo fértil à “proliferação” de homens e mulheres desvirtuados, insatisfeitos e revoltados. Aparece, assim, inteiramente formulada a noção segundo a qual a pobreza redundava em sintomas de “patologia social”. Francisco de Paula Ferreira, bem como todos os outros especialistas da Jornada, parecem desconsiderar a possibilidade de esses indivíduos possuírem “formas culturais próprias e independentes, mesmo que forjadas continuamente, na verdade, pela dialética entre os projetos ou modelos culturais feitos para eles e aqueles engendrados a partir de sua prática real de vida”.¹² A insubordinação a uma ordem social injusta não é característica “negativa”, no sentido de “ausência de moral” ou “anomia”.

Os teóricos da patologia social postulam que a pobreza a que fica condenada uma grande parte da população – pobreza esta oriunda de contradições estruturais – produz um estado de “anomia”, de “ausência de normas”, de “falta de padrões de comportamento” etc, que se manifesta através da desagregação da família, alto índice de criminalidade e outros fatores considerados sintomas de desajuste. O que ocorre aqui, por um lado, é a simples dedução de que um estado de pobreza ou miséria destrói padrões de comportamento, laços de família e solidariedade e estabelece o caos social entre as classes populares. Por outro lado, em vez de tentar compreender melhor o sentido e a racionalidade intrínsecos aos diferentes tipos de comportamento da classe trabalhadora, o que se faz é apenas julgar esses tipos de comportamento a partir de padrões que lhes são extrínsecos, ou seja, tenta-se impingir aos populares a camisa-de-força de comportamento da classe dominante.

(CHALHOUB, 2001, pg. 306)

¹² Ambas as citações referem-se a CHALHOUB, 2001, pg. 303-4.

A condenação e estigmatização das formas de vida dos trabalhadores são recursos utilizados no sentido de disciplinar, controlar e estabelecer normas sobre os homens e mulheres da classe trabalhadora, levando-os a assumir as posturas consideradas desejáveis. Os cortiços não eram encarados apenas como “foco” de moléstias nocivas ao organismo dos indivíduos: representavam um perigo para a própria ordem e moral burguesas. Os homens se tornariam ‘revoltados’; as mulheres, ‘despudoradas’. A questão da “promiscuidade” – que implica a não separação do núcleo familiar e, dentro dele, dos sexos e idades – esteve no centro de toda a condenação dos modos de viver dos homens e mulheres moradores dos cortiços da cidade.

O fato de uma parte das tarefas e vivências cotidianas se dar em um espaço que misturava famílias, raças, idades e sexos e, ainda mais, que as regras de contatos sociais, posturas corporais e maneiras de expressar afetividade não fossem iguais àquelas que a elite defendia como dignas e respeitáveis, foi suficiente para que o território popular fosse visto e representado como promíscuo e desregrado. Através desse mecanismo, poderoso, porque plenamente em vigor até os dias de hoje, se adere à precariedade material o estigma moral, condenando o que é, antes de tudo, diverso e desconhecido, à condição de marginal.

(ROLNIK, Op. Cit., pg. 69)

Em relação à condição feminina especificamente, semelhante preocupação funda-se sobretudo na necessidade de garantir o trabalho não-remunerado e invisível das mulheres, responsabilizadas pelas tarefas e cuidados relativos à reprodução da força de trabalho. Assim, enquanto os homens são julgados de acordo com a sua maior ou menor “adequação ao modelo do ‘cidadão útil à sociedade’, sua dedicação ao trabalho – já que garantir a subsistência da família constitui seu dever principal –, as mulheres são julgadas pela sua fidelidade, dedicação ao lar e aos filhos”.¹³ Fora dos meios trabalhadores e operários, a habitação popular era vista como ambiente desastroso também para as crianças, como formadora de péssimos hábitos que prejudicavam a disciplina nas escolas – era indefinível o número de “males” gestados nos cortiços. As palavras de Bruno Rudolfer, engenheiro chefe da Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais da Prefeitura de São Paulo durante o final da década de 1930 e início da de 40, dão os contornos do problema:

O problema da habitação afeta direta ou indiretamente todos os membros da comunidade. Afeta diretamente aqueles que estão a sofrer os efeitos da má habitação, no seu habitar. Indiretamente aqueles que, não vivendo ne-

13 SOIHET, 1989, pg. 4.

las, sofrem em virtude das desvantagens decorrentes das habitações indesejáveis como lugares de maior delinquência, de controle social deficiente, de promiscuidade perigosa para os bons cânones da moral, de desorganização da família, de focos de moléstia e de endemias que representam; das práticas de má ordem que induzem.

(RUDOLFER, *O problema social da habitação*, 1942, pg. 30)

As palestras da Jornada evidenciam que já não bastava apenas a intervenção edificante da engenharia e da arquitetura para a “civilização” e o “desenvolvimento” da “raça” e da “nação”. A questão do acesso dos trabalhadores e trabalhadoras à habitações salubres deixa de ser encarado como um problema exclusivamente econômico, e passa a ser percebido como matéria também de sociólogos, educadores e assistentes sociais, responsáveis, a partir de então, por ensinar o “moderno jeito de morar” a esses indivíduos. Com a palavra, Oscar Egídio de Araújo, técnico de estatística do Departamento de Cultura de São Paulo:

O que dissemos deixa transparecer certo comodismo quanto ao morador do cortiço, o qual, aliado à ignorância, cria uma mentalidade específica que deve ser combatida por todos os meios possíveis. O mais eficiente desses meios é a educação em sentido lato, a educação sob todos os aspectos possíveis – filmes, rádio, palestras escolhidas em lugares apropriados – capazes de demonstrar que só há vantagens medíveis, presentes e futuras, na troca do pátio da habitação coletiva pelo quintalzinho na zona rural, onde uma horta e um galinheiro poderão erigir-se em renda para a família. O problema do cortiço é mais um problema educativo do que financeiro e como tal deve ser encarado, para os meios profiláticos tentados na sua extirpação alcançarem os resultados desejados.

(ARAÚJO, *O papel da habitação e do salário no nível de vida da família operária*, 1942, pg. 66)

O trecho, escolhido entre muitos outros de semelhante conteúdo, identifica pobreza à ignorância para afirmar que é a partir das duas que se constrói uma “mentalidade específica do morador do cortiço”, a ser intransigentemente combatida. A “educação” seria o meio mais eficaz na batalha para transformar essa mentalidade, o único meio capaz de fazer do ‘Jeca’ o valoroso trabalhador-*self-made-man*, “civilizado” e cosmopolita. A arma mais poderosa, nessa cruzada civilizatória:

Logo de início, mostrou-nos o Dr. Roberto Simonsen que o problema da habitação econômica deve correr ‘pari-passu’ com o da elevação do padrão média de vida do nosso povo. Mas padrão de vida é coisa que não se pode impor a ninguém. Cada qual tem o padrão de vida de que é capaz.

Se pegarmos um desses caboclos desdentados que pitam o cigarro de palha sentados no calcanhar e cuspidos de esguicho à porta da cabana e o instalarmos numa poltrona maple, e no living-room elegante de um palacete do Jardim América, ele por certo se sentirá contrafeito e deslocado, com saudades do seu rancho e dos seus hábitos. A melhoria do padrão de vida tem de ser procurada pelo próprio indivíduo, logo que sinta necessidade de melhorar. E essa necessidade se incute pela educação, criando no indivíduo a ambição e o hábito da higiene e do conforto. O problema da habitação se transforma, assim, em um problema de educação (...). Num país como o nosso, em que o homem se encontra nas mais diversas idades da civilização, desde a da pedra lascada até a do maior requinte moderno, com escala por toda a gama dos estágios intermediários, essa ação educadora é de importância inestimável, pois desse desnível é que nascem todos os nossos maiores problemas.

(VALENTE, Encerramento da Jornada, 1942, pg. 324)

Figura 59

“Se o quadro assim se apresenta, a simples reforma da casa não faria tudo. Imagine-se, para argumentar apenas, que colocássemos na boa casa do patrão um inveterado habitante da casa do caboclo e, por sua vez, o patrão na casa deste. Ao cabo de pouco tempo, veríamos a transformação da boa casa em pardieiro imundo com as mesmas sevandijas da choupana e a casa do caboclo imediatamente reformada e limpa, concertada e habitável. Fruto de que? Do que mais nos falta: a generalização de um padrão mínimo de educação, único capaz de estabelecer com a intensidade desejada a reforma que pugnamos. Assim, (...) torna-se indispensável um serviço de educação sanitária, de educação, em uma palavra que abrange o conceito mais vasto e que compele o homem ao progresso”.

Declaração do Doutor Geraldo Paula Souza, Diretor do Instituto de Higiene e São Paulo, em entrevista sobre a Jornada da Habitação Económica ao jornal O Estado de São Paulo, em 12/09/1941.

Figura 60

Colchões e travesseiros secam ao sol, pendurados no parapeito do corredor que unia dois dos sobrados do 'Pombal'. Em segundo plano, o 'Navio Parado'.

Figura 61

Roupas, baldes e móveis deixados em uma das varandas de circulação do 'Pombal'. É possível distinguir, pendurada no final do corredor, a gaiola de um passarinho.

Figura 62 [à direita]

Cinco mulheres ao redor da escada de acesso ao primeiro pavimento do 'Navio Parado'. A cada uma delas corresponde uma forma de trabalho doméstico: encostadas à porta, uma mulher carrega uma criança no colo e outra veste um avental. Ao pé da escada, duas meninas tem vassoura e panela em mãos e, ao fundo, outra mulher utiliza um tanque ou fogão

Figura 63 [abaixo]

No detalhe, o casario que delimitava a divisão entre a Vila Barros e as casas construídas no alinhamento da Rua Jacarehy. O círculo vermelho indica o local onde foi tomada a foto ao lado.

Figuras 64 e 65

A senhora Concheta Gambone utiliza um dos tanques de lavar roupas da Vila Barros. De acordo com a legenda original da foto, ela era uma “italiana residente no Brasil há 43 anos e há 20 no mesmo cortiço”.

Enquanto a cidade expandia-se horizontalmente em direção às periferias, sem qualquer espécie de planejamento urbano ou constrangimento legal aos loteamentos clandestinos e à especulação com terrenos – fazendo da autoconstrução na periferia o meio mais efetivo para a conquista da casa própria –, a construção de conjuntos habitacionais multifamiliares assumia importância estratégica, na medida em que exibiriam publicamente a efetividade da política de amparo às camadas empobrecidas da população nacional. Nesse sentido, os conjuntos residenciais de grandes proporções, construídos em terrenos bem localizados, suplantavam em termos de importância política a produção habitacional periférica, que permaneceu pulverizada e atomizada no interior dos lotes particulares.

Os recursos necessários ao financiamento do programa de produção habitacional decorriam de um rearranjo promovido por Vargas no sistema previdenciário. A criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) ofereceu ao Estado a possibilidade de controlar significativos recursos de origem não-orçamentária, que passaram a funcionar como a mola-mestra das obras e realizações do nacional-desenvolvimentismo. Criados paulatinamente a partir de 1933, os Institutos organizavam-se por categoria profissional, o que lhes deu marcada fisionomia corporativa, sendo a associação dos trabalhadores compulsória. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi o último instituto de previdência a ser criado, em 31 de dezembro de 1936. O IAPI estruturou suas operações imobiliárias em três planos, que organizaram os investimentos do Instituto conforme o grau de remuneração esperado. Os planos eram os seguintes:

Plano A: Locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos Institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido;

Plano B: Financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio;

Plano C: Empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o Instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas.

(BONDUKI, 1998, pg. 104)

Diante da preocupação com a rentabilidade de suas aplicações, o IAPI mobilizava seus recursos e corpo técnico a fim de contratar arquitetos de renome para desenvolver projetos de reconhecida qualidade arquitetônica. Assim, inclusive no que

diz respeito à finalidade institucional da Carteira Predial do IAPI – a produção de moradia para os trabalhadores da indústria –, sobressaía a priorização das obras que, por seu porte ou valor estético, apresentassem os índices mais elevados de retorno do investimento.¹⁴ Foi a partir das condições de financiamento criadas pelas disposições do Plano A que os grandes conjuntos de moradia popular puderam saltar da fase de projeto à de execução da obra, fazendo da habitação social um campo fértil para a construção de monumentos do avanço econômico e do “progresso” do país.

O projeto e a construção do Edifício Japurá inserem-se neste cenário de uma São Paulo remodelada por um urbanismo que operava no sentido de retirar do centro da cidade-metrópole populações consideradas “indesejadas”. Localizado no limiar do perímetro de irradiação (Viaduto Jacareí), o edifício de dezesseis pavimentos foi construído pelo Instituto dos Industriários (IAPI) e substituiu o maior cortiço da cidade, a Vila Barros, por apartamentos adequados ao programa e ao repertório da arquitetura moderna. Elogiado por suas qualidades projetuais, tornou-se um novo cartão-postal da cidade.

O terreno para o qual foi estudado o presente projeto é de forma poligonal, irregular, e de topografia acidentada. A frente para a Rua Japurá mede 101,50 metros. Nos fundos o seu comprimento aumenta consideravelmente. Em quase toda sua área o nível do terreno é mais baixo que o da rua. Está situado nas proximidades da Avenida Circular, que nesse ponto corresponde ao Viaduto Jacareí. Está fora da zona central apenas alguns metros.

(MELLO, 1948, p. 281)

A própria lógica que configurava o atendimento habitacional pelo Instituto excluía deliberadamente a maioria dos antigos moradores da Vila Barros, uma vez que as unidades construídas poderiam ser destinadas apenas aos associados do IAPI – ou seja, aos trabalhadores empregados na indústria. Como os moradores da Vila Barros ocupavam-se, majoritariamente, em atividades autônomas, ficaram automaticamente impedidos de morar nos novos apartamentos. Era traçada, assim, “uma linha divisória entre os cidadãos com direitos sociais, entre os quais os trabalhadores assalariados, e os sub-cidadãos, que não tinham lugar na nova ordem social” e que foram expulsos do território, por um arranjo “que caracterizava o Getulismo em sua primeira fase: tem direito quem tem carteira assinada”.¹⁵ Nas palavras de Eduardo Kneese de Melo, autor do projeto, o Edifício Japurá:

14 O objetivo de constituir um patrimônio sólido, que representasse segurança financeira e rentabilidade, gerou uma preocupação com a qualidade das edificações a serem construídas. A preocupação com o equilíbrio econômico-financeiro do Instituto estabelecia que deveriam ser atendidos “padrões construtivos elevados, de forma a assegurar a permanente preservação da garantia imobiliária”. Além disso, ficava estabelecido que as edificações projetadas deveriam “atender às posturas municipais em vigor e traduzir, tanto quanto possível, empreendimentos de destaque no meio da construção civil”. Vide: BOTAS, 2011, p. 94 e ss.

15 Ambas as citações constam em BONDUKI, 1998, pp. 110.

Destina-se o edifício à habitação de contribuintes do I.A.P.I que trabalham em indústrias localizadas nas proximidades do centro urbano, de modo que o trajeto entre a moradia e o local de trabalho poderá ser feito a pé. Tratando-se de um local em que não haveria espaço para grandes jardins e *play-grounds* que pudessem servir a um número elevado de crianças e considerando também o tráfego intenso do bairro, torna-se aconselhável a localização, nesse edifício, de famílias pequenas, com poucas crianças (...). Para servir a esse conjunto grande de apartamentos, é recomendável destinar-se espaço no edifício para peças complementares, como restaurantes, mercearia, loja de armarinhos, farmácia, garagem e *play-ground*.
(MELLO, 1948, p. 281)

Mesmo quando considerado apenas o restrito universo dos moradores da Vila Barros empregados na indústria e associados ao IAPI, é provável que nem todos tenham tido sua permanência no local assegurada. O próprio Kneese de Mello afirmou, anos mais tarde, que “o objetivo inicial do projeto infelizmente foi esquecido, desfigurado, acabaram alugando os apartamentos indiscriminadamente para atingir uma média mais alta de aluguel”.¹⁶ O episódio da demolição da Vila Barros e de sua substituição pelo Edifício Japurá – com as consequentes alterações na paisagem do centro expandido da cidade – faz parte, portanto, de um contexto de reformas urbanas que articula, de um lado, os propósitos renovadores e higienistas das grandes obras viárias em execução na cidade de São Paulo e, de outro, a política de atendimento habitacional do governo Getúlio Vargas, que concedia direitos sociais apenas aos operários registrados com carteira assinada, enquanto mantinha a parcela mais empobrecida dos trabalhadores e trabalhadoras no campo da marginalidade laboral e urbana.

Como apontam os croquis apresentados adiante (elaborados pelo próprio Kneese de Mello), o Edifício Japurá procurava criar um espaço capaz de propiciar o surgimento de um novo modo de vida operário, moderno, coletivo, adequado ao modelo de desenvolvimento nacional marcado por um significativo processo de industrialização e metropolização. As ilustrações mostram os usos prescritos aos espaços projetados, dando ênfase aos espaços de sociabilidade coletiva, tais como restaurante, bar, salão de cabelereiro, garagem, *playground* e um terraço de onde seria possível esticar-se ao sol e vislumbrar a cidade. Apesar do ceticismo de arquitetos importantes, diversos expoentes da arquitetura brasileira viram na habitação social o caminho para modificar o padrão de vida da classe trabalhadora, introduzindo novos hábitos e um modo de vida “moderno” que romperiam com o atraso do país, expresso no subdesenvolvimento, na ignorância, na injustiça social e nas práticas de produção atrasadas e de baixa produtividade.

¹⁶ SAMPAIO, 2002, p. 87.

O Japurá (...) aplica o conceito moderno de habitação mínima, isto é, o aproveitamento econômico do espaço, projetado em função de medidas ergonômicas, sem implicar a diminuição do conforto da moradia, buscando a máxima eficiência no atendimento das necessidades de um “homem-tipo”. O cientificismo e o racionalismo da moradia estabeleceriam novos parâmetros espaciais, estéticos, morais e sociais, que transformariam a casa operária em uma “máquina de morar”. Objetivo consoante ao intuito disciplinador do estado nacional centralizado, estabelecendo a partir da revolução de 1930, e de seu empenho na formação do homem novo, urbanizado e educado para transformar-se no trabalhador necessário ao desenvolvimento industrial do país.

(BONDUKI, 2014, pg. 144)

APARTAMENTOS PARA INDUSTRIÁRIOS

SUB-SOLO

EDUARDO KNEESE DE MELLO
ARQUITETO

PAV. TERREO

Figuras 66 e 67

Ilustrações elaboradas por Kneese de Mello, sugerindo as comodidades que os apartamentos e áreas comerciais do Edifício Japurá propiciariam aos associados do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

APARTAMENTOS PARA INDUSTRIÁRIOS

Figura 68: Ao mesmo tempo em que o espaço doméstico permanece identificado à figura da mulher, novas formas de sociabilidade também são esboçadas: do terraço-jardim uma mulher observa a cidade com um binóculo, enquanto outra deita-se ao sol.

Figura 69: Reproduções da planta da Vila Barros, com identificação dos edifícios que formavam o cortiço e a área de intervenção onde foi implantado o Edifício Japurá.

Em 1945, o arquiteto Eduardo Kneese de Mello, então presidente do departamento estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil, foi convidado pelos presidentes do IAPI, os engenheiros Plínio Castanhede e Pedro Alim, a fazer o projeto do que viria a ser o Edifício Japurá.

A presença de Kneese de Mello no rol dos arquitetos que trabalharam para o IAPI (...) demonstra a relação entre os arquitetos engajados no movimento moderno e a preocupação do Instituto em construir edifícios que se destacassem na paisagem da cidade. Engenheiro-arquiteto formado na tradição 'Beaux Arts', Kneese de Mello converteu-se definitivamente ao movimento moderno depois de participar do V Congresso Pan-americano de Arquitetos em Montevidéu, em 1940. A partir daí tornou-se árduo defensor dos preceitos modernistas e a chamada do IAPI para que elaborasse projeto para edifício na área central de São Paulo, em localidade antes ocupada por um conjunto de cortiços, foi a oportunidade dada a Mello para que pudesse implementar suas propostas de habitação.

(BOTAS, 2011, pg. 110)

Kneese de Mello acreditava que somente com a racionalização do projeto e com a pré-fabricação de componentes a atividade construtiva seria capaz de corresponder aos problemas colocados pelo acelerado processo de urbanização de um Brasil que se modernizava. Defendia que por meio de expedientes como estes a arquitetura poderia cumprir um papel decisivo na empreitada construtiva rumo ao enfrentamento do déficit habitacional que progressivamente se agravava em São Paulo. Os pressupostos de sua atividade profissional valorizavam, ainda, a criação de escolas, de serviços de assistência médica e de centros comerciais junto às moradias. Demonstravam, portanto, afinidade pela solução proposta por Le Corbusier e sua *unité d'habitation*, que integrava em um mesmo edifício habitações e equipamentos comunitários.

A proposta da *unité* partia da ideia de que habitar não equivale a ocupar uma unidade residencial individual e particular: envolve também o acesso a um conjunto de equipamentos e serviços coletivos. O edifício habitacional deveria, assim, ser concebido como uma unidade urbana, com moradias funcionais de qualidade, servidas por equipamentos e serviços. Eram rompidas, assim, as divisas “que separavam casa, equipamentos urbanos e sistema de circulação, estabelecendo-se a noção de que não se habitava mais apenas um apartamento, mas sim um conjunto interligado de funções coletivas, tornando a arquitetura inseparável do urbanismo”.¹⁷

Eu acho que habitação não é só casa. Habitação é um conjunto, e quando nós fazemos milhares de casas, não estamos resolvendo o problema da

17 GALESI e CAMPOS, 2002, s/p.

habitação. (...) O complexo da habitação deixou de ser só a casa. A casa é um de seus elementos, o elemento central da habitação, mas ela tem que ser servida por escolas de diversos graus, ela tem que ter o playground para a criança pequena, tem que ter assistência médica, assistência social, assistência de todo tipo. Tem o contato com o trabalho, com o divertimento, com a cultura. Então a Arquitetura deixou de ser a casa, passou a ser um complexo. E a Arquitetura de hoje tem que ser feita com essa ideia.

(Depoimento de Eduardo Kneese de Mello. In: SANTOS, 1985, p.88)

O projeto do edifício Japurá, que data de 1945, inseria-se no Plano A de financiamento do IAPI e, mesmo apresentando tipologias de apartamentos menores e mais econômicos, “foi um investimento garantido para o Instituto”.¹⁸ Kneese procurou a racionalização econômica utilizando uma série de elementos do repertório Moderno, de maneira especial aqueles de concepção corbusiana: isolou o edifício do chão por meio de pilotis, no teto jardim projetou a instalação de equipamentos coletivos, e criou uma área de recreação infantil junto ao primeiro pavimento. O prédio é composto por dois volumes distintos, sendo o maior uma grande lâmina de dezesseis pavimentos de altura, que segue aproximadamente a orientação da divisa de fundos do terreno. Este bloco é ligado através de duas passarelas ao segundo, uma pequena edificação de apenas dois pavimentos de planta retangular, que faz a marcação do alinhamento frontal do terreno.

O principal edifício do conjunto é composto por 288 apartamentos, distribuídos em quatorze andares. A cada dois pavimentos, 36 unidades duplex de dois dormitórios, com área aproximada de 77 m² cada, se distribuem ao longo dos 120 metros da fachada marcada por uma curvatura que, apesar de pouco sinuosa, ameniza as circulações internas, quebrando a perspectiva de compridos corredores lineares. A constituição dos compactos apartamentos pressupõe uso de áreas coletivas para serviços, construídas em diferentes locais do prédio. A interligação entre o prédio principal e o bloco menor se dá por duas longas e espaçosas galerias aéreas, envidraçadas. Este bloco menor, de uso misto residencial e comercial, possui no pavimento térreo quatro lojas e no piso superior 22 apartamentos mínimos, do tipo quitinete.

A preocupação em executar uma obra de qualidade com o máximo de economia é o objetivo que parece ter influenciado decisivamente a concepção da obra. O emprego do sistema de apartamentos duplex cria um maior número de pavimentos dentro do gabarito estabelecido para o local, que autorizava pés-direitos mais baixos para as áreas de estar e a cozinha. Como vantagem extra, o arranjo em duplex, além de diminuir o número de paradas dos elevadores, permite, a cada dois pavimentos, a incorporação das áreas de circulação comuns à área útil de cada apartamento. Na cobertura deste bloco maior localiza-se o terraço-jardim, coberto parcialmente por

¹⁸ A afirmação é de BOTAS, 2011, pp. 167.

uma marquise de formas ondulantes, a qual é vazada nos pontos correspondentes aos poços de ventilação dos pavimentos localizados imediatamente abaixo.

O subsolo, em função do desnível do terreno, ficou reservado para os automóveis, sendo sua laje de cobertura vazada em dois pontos com a função de melhor ventilar a grande área de estacionamento. De acordo com o projeto, neste pavimento se localizaria também o restaurante comunitário e sua cozinha, que – por integrarem o programa de assistência ao trabalhador proposto pelo IAPI – serviriam tanto os moradores do edifício quanto os moradores e trabalhadores do entorno. No pavimento térreo, afastado do solo por pilotis, estaria localizada a creche comunitária.

Figura 70
Maquete do Edifício Japurá.

Figura 71
Plantas dos apartamentos do Edifício Japurá. À esquerda, o pavimento onde se localizam a cozinha e a sala de estar; à direita aqueles onde se localizam os dormitórios.

Figura 72
Planta dos apartamentos tipo
quintete.

Figura 73
Vista aérea da maquete.

Figura 74
Detalhe da cobertura do edifício (terraço-jardim)
e corte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Lutando pela sobrevivência, aos pés dos arranha-céus...”

CORTIÇOS E FAVELAS DE SÃO PAULO

O repórter não precisou de andar muito para satisfazer o intuito que levava em mira. Em plena rua Augusta, encontrou um cortiço. O transeunte despreocupado não o nota. Envergonhado talvez da própria miséria, esse viveiro coletivo não se atreveu a afrontar, a céu aberto, o luxo da metrópole. Ocultou-se, humilhado... (...). Pouco adiante, na rua Japurá, em baixo do viaduto d. Maria Paula (antigo Piques), em Bela Vista, o mesmo cenário em ponto ampliado. Com a diferença de que este está escancarado à luz do dia, a céu aberto, no coração da Capital. Parece ser o maior cortiço de S. Paulo: duas alas compridas de prédios velhos, sem pintura, de dois altos andares, sustentados por magras colunas. A ala esquerda (cerca de 120 moradias) é de propriedade do I.A.P.I., que paga um zelador incumbido de fiscalizar o conjunto. A ala direita, menor, pertence ao Sr. Hermes Alves Lima. Os principais dados, colhidos pelo repórter, concernentes aos dois conjuntos, são os seguintes:

	Famílias	População	Quarto p/ família	Aluguel
Conjunto I.A.P.I.	126	590	3	280,00
Conjunto H.A.L.	10	50	3	342,50

As construções são precárias, tendo havido um desabamento grande na ala direita. Engenheiros da Prefeitura visitaram os edifícios, prometendo providências que até hoje não vieram. Há água em abundância, e o preço desta e o da luz se incluem nos dados referentes aos alugueis, acima citados. Sendo

um baixio, é comum nas épocas de chuva ficarem as águas estancadas, e proliferaram mosquitos. Aliás, ali por baixo do solo, corre um afluente do Anhangabaú, e as crianças costumam perfurar a camada fina de terra para que as poças estagnadas desaguem no rio. Esse colossal cortiço existe há mais de trinta anos. Entre os dois grandes lanços de construções, ergueram-se depois outras menores, de um só andar. As cordas de arame entrecruzaram-se em vários sentidos e nelas, ou sobre o solo, estendem-se as roupas, a corar e enxugar. De tal modo que quem contemplar, do alto do viaduto, este espetáculo penoso e triste, de casas vacilantes e panos brancos desfraldados, tem a impressão do tombadilho de um navio parado, ilhado pelas muralhas intransponíveis dos arranha-céus de granito. “Navio Parado” é mesmo o apelido pelo qual se conhece esse cortiço. O seu fundo, oposto ao viaduto, por ser mais elevado, é conhecido como “Vaticano”. No terreiro as crianças jogam bola e, em frente às moradias, amontoam-se as caçarolas e panelas. Cozinha-se ao ar livre. Há um pedaço de chão cimentado – que os meninos denominaram de “Geladeira” – onde não raro se fazem festas, de dança e canto. (...). Assim vai crescendo a capital... Impetuosa, arrogante e robusta, castigando duramente, rebaixando, recalcando os que perpetraram a loucura de afrontá-la sem fôlego para acompanhar a vertiginosidade do seu progresso. Mas as massas castigadas vingam-se com a sua própria miséria. E ostentam-se ao sol, como largas chagas abertas no manto dourado, num riso alvar e dorido. Aí estão elas, as favelas, os cortiços, aos milhares, lutando pela sobrevivência, aos pés dos arranha-céus de cimento e de granito. São menos uma afronta do que um desafio. Desafio agreste, cotidiano, desabusado, à sabedoria dos homens e à capacidade dos governos! (OESP, domingo, 25 de maio de 1952)

A matéria acima, publicada no jornal O Estado de São Paulo, recupera a imagem da Vila Barros no período imediatamente anterior à sua demolição, em meados da década de 1950. Nesse momento, a Vila é o espaço da degradação: um “espetáculo penoso e triste” encenado no coração da cidade, uma “chaga aberta” em meio ao tecido urbano renovado pelas obras do perímetro de irradiação. Teria havido, inclusive, um “desabamento grande” em uma das “duas alas compridas de prédios velhos”, que davam abrigo a centenas de famílias (‘Navio Parado’ e ‘Pombal’, as maiores edificações do conjunto). A descrição dá o tom de um cortiço em ruínas, carcomido pela velocidade do progresso da capital, encurralado pelo avanço dos arranha-céus a seu redor. Neste quadro, porém, as roupas seguem estendidas nos varais, as panelas seguem secando ao sol. Até mesmo “festas de dança e canto” mantinham-se vivas enquanto a cidade-em-mutação delineava o fim da Vila Barros. Reminiscências de uma São Paulo de das décadas anteriores, que já não tinham mais lugar.

A reportagem revela que, em 1952, parte do terreno já pertencia ao Instituto

de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), e outra parte a um tal Sr. Hermes Alves Lima. Não foi possível identificar ao certo o ano em que o terreno deixou de pertencer a Francisco de Barros, por quais razões foi (aparentemente) desmembrado e quais circunstâncias cercaram sua venda para o IAPI. Para esta pesquisa interessava, sobretudo, considerar os discursos e ideias que, forjadas ao longo das décadas de 1930 e 1940, sustentaram a escolha por um projeto como o do Edifício Japurá – que condensa em si soluções de viés tanto urbanístico quanto habitacional. É por esta razão que os episódios da demolição da Vila Barros e da construção do Ed. Japurá não ocupam mais do que algumas linhas destas considerações finais. Este episódio de demolição-reconstrução é o ponto de fuga para o qual a pesquisa esteve orientada: o projeto de um edifício de apartamentos para operários, construído sobre o terreno onde antes se localizava um cortiço que dava abrigo a centenas de famílias de trabalhadores empobrecidos, é a linha de chegada de uma história marcada pela disputa entre interesses particulares, projetos urbanos e usos/ocupações que concorreram para dar forma a um pedaço do centro da cidade de São Paulo.

A história de construção e existência da Vila Barros descortina alguns dos lapsos entre a “ideia da cidade” e a prática de produção do espaço. Os sucessivos pedidos de alinhamento, aprovação e/ou substituição de plantas, encaminhados na primeira metade da década de 1920, registram a tensão entre os interesses do proprietário-construtor e o esforço por parte da Diretoria de Obras e Viação Municipal no sentido de disciplinar a atividade construtiva. A Vila é resultado do controle urbanístico exercido em uma cidade na qual a autoridade da Diretoria de Obras estava contida no interior do lote particular: as objeções apresentadas pelos engenheiros municipais limitam-se a exigir a adequação do projeto à legislação construtiva então vigente, na tentativa de assegurar certa qualidade nos padrões e usos prescritos para o centro da cidade. Apesar do rigor quanto às áreas, alturas e usos dos cômodos das plantas aprovadas, os alvarás concederam permissão para construir no vale de uma baixada para a qual estava prevista a execução do “Plano de Conjunto de Melhoramentos para a Bela Vista”, aprovado pela Câmara Municipal no final de 1919.

Conforme a princípio alegado por um dos engenheiros da Seção Técnica competente, o “Plano de Melhoramentos” deveria colocar limites à atividade construtiva particular. No entanto, apesar de ter sido apresentado como argumento diante do qual não seria possível conceder a “largura do alinhamento da Rua Jacarehy”, o Plano foi ignorado pela decisão final da própria Diretoria, que concedeu todos os alvarás solicitados. A Vila Barros se instala, portanto, nesta encruzilhada entre os interesses do proprietário, os usos prescritos pela legislação e o urbanismo nascente, que formula planos de projetos para a capital. Ademais, permanece em conflito com as prescrições morais-higiênico-sanitárias ao longo das três décadas em que esteve de pé, na medida em que seus sobrados foram ocupados por muito mais do que uma única família. A mistura entre famílias, idades e etnias, somada ao uso comum das latrinas, tanques para lavagem de roupas e fogões, ligou a Vila Barros às imagens da “sujeira” e da “promiscuidade”.

A história da Vila Barros registra a duradoura permanência de uma política de gestão do espaço urbano que identifica a insalubridade das condições de alojamento dos trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos, a escassez de privacidade e a consequente impossibilidade do exercício da vida doméstica nos moldes burgueses, aos estigmas do “vício”, da “obscenidade” e da “delinquência”. Ao longo de toda a primeira metade do século XX, as formas de vida e de trabalho destes homens e mulheres – que transbordam e ressignificam os códigos do “público” e do “privado” –, foram encaradas pelas autoridades municipais como fonte dos males que assolavam a cidade, como “chaga” que arranhava sua imagem. Apesar das inflexões que estabelecem tanto continuidades quanto descontinuidades entre o autoritarismo sanitário da Primeira República e a política de produção de moradia do nacional-desenvolvimentismo, o dado fundamental é que os cortiços permaneceram como alvo inequívoco de formas de estigmatização em constante (re)construção.

As sucessivas associações entre a casa unifamiliar “higiênica”, os bons hábitos familiares e, ainda, a disciplina para o trabalho estiveram na base de todas as soluções apresentadas. O projeto do Edifício Japurá está inserido nesta lógica. Construído sobre o terreno onde antes se localizava a Vila Barros, o Edifício ecoava a intenção de forjar entre os trabalhadores um modo de vida operário, coletivo. O projeto propunha a criação de uma praça pública no patamar térreo, localizado abaixo do nível da rua devido à configuração acidentada do terreno. Neste patamar, liberado pelo emprego dos pilotis, seria instalado o restaurante comunitário, composto por cozinha, salão de refeições e banheiros, que não serviriam apenas aos moradores do Residencial Japurá, mas aos associados do Instituto dos Industriários como um todo. No terraço-jardim os moradores poderiam se encontrar para conversar, desfrutar da vista panorâmica e admirar a cidade.

O projeto para o Ed. Japurá pretende equacionar no interior do lote particular soluções para as múltiplas ordens de conflito subjacentes à constituição do espaço social. A partir de um programa totalizante, que oferecia uma alternativa exemplar de habitação operária no centro da cidade e abria no interior do lote uma praça pública, delineia formas coletivas de utilização do espaço. O edifício se propõe a sublimar o conflito, a eliminar as disputas: o Japurá carrega pretensões universalizantes no bojo de uma dinâmica pontual de produção do espaço. Sua arquitetura aparece como uma solução *ex-machina*, que pretende sintetizar no interior do lote particular um arranjo inviável enquanto solução urbanística em uma cidade dominada pela prática de especulação com terrenos. Ao propor uma solução habitacional inspirada no ideário universalizante da arquitetura Moderna, o Japurá criou uma tipologia bastante inovadora e qualificada, mas que se manteve encerrada no interior do lote particular e inserida em uma dinâmica de produção do espaço dominada pelos interesses dos proprietários e empreendedores.

Figura 75

Edifício Japurá em construção na década de 1950. Nota-se que o cortiço Pombal, junto à Rua Japurá, ainda estava de pé, no local onde estava prevista a instalação do bloco de uso misto.

BIBLIOGRAFIA

BARBUY, Heloísa. *A Cidade-Exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____. *Conjunto Residencial Japurá: uma unidade de habitação no centro da cidade*. In: “Pioneiros da Habitação Social”, vol. 3. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BORGES, Maria Inês Machado. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Edusp, 1994.

BOTAS, Nilce Aravecchia. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. São Paulo: FAU USP. Tese de Doutorado, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e Modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. *Casas e vilas operárias paulistanas*. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago 2008 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em 25/02/2017.

CAMPOS NETO, Cândido Malta. *Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo*. São Paulo: FAU-USP. Tese de doutoramento, 1999.

CANDIDO, Antônio. *A revolução de 1930 e a cultura*. In: “A educação pela noite & outros ensaios”. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011, pp. 219-240.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: UNICAMP, 2008.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, sem data.

- FARGE, Arlete. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano, a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- GALESI, René e CAMPOS, Cândido Malta. *Edifício Japurá: Pioneiro na aplicação do conceito de “unité d’habitation” de Le Corbusier no Brasil*. São Paulo: Texto apresentado no II Encontro DOCOMOMO Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.031/724>>. Acesso em: 25/02/2017.
- GRÜNSPUN, Haim. *O Bexiga: Anatomia de um bairro*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1983.
- GUZZO, Maria Auxiliadora Dias. *A Habitação Popular em São Paulo (1890-1940)*. In: Revista do Arquivo Histórico Municipal. São Paulo: Arquivo Histórico, 2014.
- HEREÑU, Pablo. *Sentidos do Anhangabaú*. São Paulo: FAUUSP. Dissertação de Mestrado, 2010.
- LEME, Maria Cristina. *(Re)Visão do Plano de Avenidas*. São Paulo: FAUUSP. Tese de Doutorado, 1992.
- _____. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MACHADO Jr., Rubens. *Os filmes de B. J. Duarte: São Paulo e o seu cinema*. In: “História da cidade de São Paulo”, vol. 2. PORTA, Paula (Org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MAIA, Francisco Prestes. *Introdução a um Plano de Avenidas para São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- MAIA, Francisco Prestes. *Os melhoramentos de São Paulo*. São Paulo, IOESP, 2011.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: dimensões de uma privacidade possível*. In: “História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio”. SEVCENKO, Nicolau (Org.), São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- MARTINS, Rafaela Cristina. *Concepções Habitacionais em São Paulo*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- PERRONE, R. A. Cunha, REGINO, A. Nassaralla. *Eduardo Augusto Kneese de Mello: sua contribuição para habitação coletiva em São Paulo*. São Paulo: Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco9-pdf/02_art04_risco9.pdf>. Acesso em 25/02/2017.
- PECHMAN, Robert Moses. *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*. In: “Imagens da Cidade – Séculos XIX e XX”. BRESCIANI, Maria Estella (Org.), São Paulo: Fapesp/Marco Zero, 1993.

REGINO, A. Nassaralla. *Eduardo Kneese de Mello. Análise de sua contribuição à habitação coletiva em São Paulo*. São Paulo: FAU Mackenzie. Dissertação de Mestrado, 2006.

_____. *Eduardo Kneese de Mello: do Eclético ao Moderno*. São Paulo: FAU USP. Tese de Doutorado, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Habitação Popular no Brasil: 1880-1920*. In: Cadernos de Pesquisa do LAP – Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação. São Paulo: LAP/FAUUSP, 2001.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, territórios e política urbanística na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 2013.

_____. *Cada um no seu lugar! São Paulo, início da industrialização: geografia do poder*, 1989

_____. *São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política*. In: “As Lutas Sociais e a Cidade”, p. 78-92. KOWARICK, Lucio (Org.), São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna: 1930-1964*. São Carlos: RiMa, 2002.

SANTOS, L. C. *Arquitetura Paulista em torno de 1930-1940*. São Paulo: FAU-USP. Dissertação de mestrado, 1985.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 2008

SCHNECK, Sheila. *Formação do bairro do Bexiga*. São Paulo: FAU-USP. Dissertação de mestrado, 2010.

_____. *Bexiga: Cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade*. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SOIHET, Raquel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOMEKH, Nádia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador. São Paulo, 1920-1939*. São Paulo: EDUSP/Studio Nobel/FAPESP, 1997.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

_____. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FONTES PRIMÁRIAS

ALBUQUERQUE, Alexandre de. *Anais do Primeiro Congresso de Habita-*

ção, 1931, p. 283 e ss.

ARAÚJO, Oscar Egídio de. *O papel da habitação e do salário no nível de vida da família operária*. Anais da Jornada de Habitação Econômica. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, mar./abr. de 1942.

CINTRA, Ulhôa Cintra, MAIA, Francisco Prestes. *Um problema atual: os grandes melhoramentos de São Paulo*. In: Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, nº 26/27, out. 1924, p. 56-60; nº 28, mar/jun 1925, p. 91-94; nº 29, jul/out 1925, p. 121-132; nº 31, mar/jun 1926, p. 225-132.

FERREIRA, Francisco de Paula. *A habitação e a moral*. Anais da Jornada de Habitação Econômica. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, mar./abr. de 1942.

FREIRE, Victor da Silva. *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações - um capítulo de urbanismo e de economia nacional*. In: Boletim do Instituto de Engenharia, volume 1, nº 3, 1918.

MELLO, Eduardo Kneese. *Apartamentos para industriários*. In: Revista Acrópole, ano 10, nº 119, 1948.

RUDOLFER, Bruno. *O problema social da habitação*. Anais da Jornada de Habitação Econômica. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, mar./abr. de 1942.

SINISGALLI, Aldo H. F. *A habitação como fator da delinquência*. Anais da Jornada de Habitação Econômica. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, mar./abr. de 1942.

VALENTE, Ricardo Capote. *Encerramento da Jornada*. Anais da Jornada de Habitação Econômica. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, mar./abr. de 1942.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Série: Anais da Câmara Municipal de São Paulo. Fundo: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Série: Obras Particulares. Fundo: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Série: Registros de Ocorrência do Gabinete Médico da Assistência Policial. Fundo: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo.

ANEXO I
**SOLICITAÇÕES ENCAMINHADAS À DIRETORIA DE OBRAS E VIA-
ÇÃO MUNICIPAL**

1) Abril de 1920 – Construção de muro, na Rua Jacarehy

(Processo nº 236841-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz o senhor Francisco Lopes de Oliveira Barros, desejando construir muro nas frentes da rua Jacarehy na extensão de dez metros, e de vinte metros na travessa Jacarehy vem respeitosamente pedir a sua E. se digne dar os respectivos alinhamentos, e a largura da travessa Jacarehy, em vista de não ter casa alguma do lado esquerdo da referida travessa”.

2) Maio de 1920 – Pedido de alinhamento, Travessa Jacarehy nº 3.

(Processo nº 289718-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que desejando construir muros na extensão de trinta metros linear, sito a rua travessa Jacarehy nº3, com um portão de entrada para o terreno vem respeitosamente pedir a V. Ex. se digne mandar expedir os respectivos alvarás de licença, de alinhamento e nivelamento. E por ser de justiça pede deferimento (existindo já restos de muros antigos)”.

“Pela apresentação da escritura e pelas plantas antigas do Arquivo da Prefeitura, o alinhamento deve ser dado por uma paralela à linha das construções fronteiras e a uma distância de 13m. Extensão: 30,00m”.

3) Setembro de 1920 – Construção de seis prédios, na Travessa Jacarehy nº 1 e 3.

(Processo nº 4807 / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Exmo. Dr. Prefeito Municipal.

Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que desejando fazer uma construção de acordo com a planta junta sita à travessa Jacarehy nº 1-3, tinta, vem pedir o necessário alinhamento”.

(Processo nº 7052-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que desejando construir 2 prédios a travessa Jacarehy nº 3-5 tinta vem pedir o necessário alinhamento”.

(Processo nº 17603-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

The drawing is a technical architectural plan of a large industrial or commercial complex. It features several large rectangular building footprints with internal room divisions, some with labels like 'CORTIL DE ESCUDO' and 'CORTIL DE ESCUDO'. There are also smaller, more complex building footprints and a large, multi-story building with many windows. The drawing is oriented with a north arrow pointing towards the top right. The overall style is that of a technical architectural drawing from the early 20th century.

6) Maio de 1921 – Construção de casa, na Travessa Jacarehy nº 7.

(Processo nº 23682-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que desejando construir uma casa de acordo com a planta junta a travessa Jacarehy nº7 vem pedir o necessário alinhamento”.

(Processo nº 32206-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

Architectural drawings of the 'Edificio de la Estación' in San Juan, P.R., 1927. The drawings include a site plan at the top showing the building's location relative to the station and surrounding streets. Below this are four detailed floor plans: the top right shows the 'Frente Sur' (South Front) with a width of 110.0; the middle right shows the 'Corte Esc. 100 C.O.' (Elevation 100 C.O.); the middle left shows the 'Corte 3a Esc. 100' (Elevation 100); and the bottom shows two detailed floor plans for the building's levels, with dimensions and room layouts. The drawings are signed 'J. M. L. 1927' and 'J. M. L. 1927'.

8) 11 de Novembro de 1921 – Construir casa, na Rua de Santo Amaro nº 58.
(Processo nº 39000 / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco de Oliveira Barros que desejando construir uma casa e reforma à rua Santo Amaro 58, vem com todo o respeito pedir à V. Exa. A necessária aprovação e guia”.

9) 25 de Novembro de 1921 – Reformas no terraço, Rua de Santo Amaro nº 58.
(Processo nº 39994 / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros, que, desejando fazer algumas reformas no terraço existente da rua Santo Amaro nº 58, reformas essas na balaustrada do mesmo e cimentação do piso e abrir 4 portas no prédio existente para dar saída para o terraço em vista de ter sido intimado pela Diretoria do Serviço Sanitário para fazer as mesmas, vem com todo o respeito pedir a necessária licença”.

“Sr. Chefe da Seção.

Obras internas de reforma. Valor igual a 300\$000. L. urbano”.

10) Janeiro de 1922 – Substituição de plantas, Rua de Santo Amaro nº 58.
(Processo nº 44455 / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que tendo sido aprovada sua planta para a construção de prédios a rua S. Amaro nº 58 de acordo com a planta junta e desejando modificar a mesma junto a este vem pedir a necessária substituição”.

11) Abril de 1922 – Construção de muro, Travessa Jacarehy nº 13.

(Processo nº 51360-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros, que desejando construir 60,00m de muro sito à travessa Jacarehy nº13, tinta, além do portão de madeira existente vem pedir o necessário alinhamento”.

12) Maio de 1922 – Construção de três prédios, na Travessa Jacarehy nº 15A, 15B e 15C.

(Processo nº 56170-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que desejando fazer uma construção à travessa Jacarehy 15, vem requerer a V.E. a necessária aprovação das plantas juntas e alinhamento”.

(Não consta a planta)

13) Agosto de 1922 – Substituição de plantas, Travessa Jacarehy, 15.

(Processo nº 62281-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros, que desejando modificar a sua planta aprovada na parte do 1º e 2º andar de acordo com a nova junto a este. Vem pedir a necessária substituição da mesma.

Travessa Jacarehy nº 15”.

14) Setembro de 1922 – Pedindo mudança de calçamento (na Rua da Abolição).
(Processo nº 68925-A / 3ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“O abaixo assinado sendo proprietário de muitas casas na Rua Jacarehy e Travessa Jacarehy e sendo o calçamento da Rua Abolição muito primitivo e dificultando a entrada para as mesmas Rua e Travessa venho respeitosa-mente pedir a mudança do calçamento da Rua da Abolição por pedras que estão saindo de outras Ruas. Esperando ser atendido neste justo pedido”.

“Ao Sr. Chefe da 3 Seção.

A execução do serviço de substituição do calçamento à Rua da Abolição de que trata o presente requerimento do Sr. Francisco Lopes de Oliveira Barros é de grande conveniência dada a imprestabilidade do calçamento atual. A Lei nº 2385 de 28.4.1921 prevê essa substituição dependendo da necessária autorização. Junto cópia do orçamento aprovado”.

15) 06 de Fevereiro de 1923 – Construção de prédios, na Travessa Jacarehy nº 13 e 15.

(Processo nº 4530-J / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros que desejando construir 2 sobrad-
os sites à travessa Jacarehy nº 13-15 vem pedir o necessário alinhamento e
aprovação da mesma planta junta”.

16) 07 de Fevereiro de 1923 – Construção de casas, Rua de Santo Amaro nº 58.
(Processo nº 4763-A / 2ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

“Diz Francisco Lopes de Oliveira Barros, proprietário de terreno que dá frente para a rua S. Amaro nº58 e Jacarehy e Travessa Jacarehy, que desejando construir 30 casas de acordo com a planta junta vem pedir a necessária aprovação da mesma”.

(Processo nº 10.626-J / 1ª Seção Técnica da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

[illegible]